TEORIAS LINGUÍSTICAS

ORIENTAÇÕES PARA A PESQUISA

Org. Cid Ivan da Costa Carvalho
José Roberto Alves Barbosa

Organizadores
Cid Ivan da Costa Carvalho
José Roberto Alves Barbosa

TEORIAS LINGUÍSTICAS
ORIENTAÇÕES PARA A PESQUISA

2021

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)
Editora Universitária (EdUFERSA)

T314 Teorias linguísticas : orientações para a pesquisa / organizadores, Cid Ivan da Costa Carvalho, José Roberto Alves Barbosa ; autores, Gilson Chicon Alves... [et al]. – Mossoró : EdUFERSA, 2021.
159 p. : il.

ISBN: 978-65-87108-20-9
E-ISBN: 978-65-87108-25-4

1. Linguística. 2. Pesquisa. 3. Letras. I. Carvalho, Cid Ivan da Costa Carvalho. II. Barbosa, José Roberto Alves. III. Alves, Gilson Chicon. IV. Título.

CDD: 410

Bibliotecário-Documentalista
(Mário Gaudêncio, CRB-15/476)

Editora Associada:

Av. Francisco Mota, 572 (Campus Leste, Centro de Convivência) Costa e Silva | Mossoró-RN 59.625-900 | +55 (84) 3317-8267 | edufersa.ufersa.edu.br | livraria.ufersa.edu.br | edufersa@ufersa.edu.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Francisco Paulo da Silva

E eis que me chega o convite-tarefa para escrever o prefácio deste livro. Juntamente, veio o susto, dada a responsabilidade de dizer sobre uma obra, tentando provocar o interesse do leitor para adentrar em suas páginas – parece ser essa a função desse gênero. A memória filiou-se a uma experiência vivenciada por muitos como leitores, pesquisadore s de um certo campo de conhecimento: compreender as várias perspectivas teóricas sobre as quais um objeto pode ser visto, explicado, apresentado e entender que é o ponto de vista que cria o objeto de um campo do saber.

O livro trata de teorias linguísticas. Algumas. Considerando seu contexto de produção, selecionou aquelas que são mais presentes no corpo docente envolvido na disciplina Teorias Linguísticas, ofertada no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem – PPCL, da Faculdade de Letras e Artes–FALA, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Dele participam professores dessa instituição e da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA que atuam no PPCL.

Quando soube disso, vieram o entusiasmo e a satisfação. Primeiro, por ver no gesto desta publicação o resultado de um trabalho cuidadoso dos autores envolvidos nos textos que a compõem e, depois, por perceber a contribuição que esta obra pode oferecer à formação dos interessados na pesquisa em Linguística que, mesmo centrados/filiados em uma vertente

teórica específica, não podem abrir mão do diálogo interdisciplinar que a análise de certos objetos exige ou mesmo quando precisam assinalar o lugar teórico de onde falam, marcando a diferença de seu lugar de enunciação e inserindo-se no debate de um campo institucional e culturalmente demarcado e socialmente constituído.

Qualquer um de nós pode ter passado pela experiência de ter de marcar no texto sua filiação. O fizemos, sem dúvidas? Ao tentar fazê-lo, fomos convictos dos diálogos possíveis e dos que eram inaceitáveis do ponto de vista epistemológico? Sem dúvida, essa não é uma tarefa fácil. Exige conhecimento dos fundamentos teóricos de cada disciplina ou campo do saber e dos dispositivos metodológicos que lhes imprimem uma identidade.

Foi para nortear os leitores na compreensão desse trabalho que este livro foi arquitetado. Os textos aqui reunidos tratam sobre como cada teoria descreve/analisa a língua/linguagem, a partir de seu posto de observação, tentando mostrar como a teoria em que se fundamenta explica/trata a língua ou a linguagem.

Certamente, ao final da leitura deste livro, o leitor terá um domínio maior dos fundamentos teórico-metodológicos de cada corrente linguística, o que é fundamental para seu trabalho como pesquisador. Fechará o livro agradecido pelos esclarecimentos e explicações que a leitura proporcionou. Já o vejo dizendo: “Ah, agora sim, compreendi!”.

O PPCL sente-se honrado de poder oferecer uma obra de tamanha importância como contribuição à formação de futuros pesquisadores. Trata-se de um livro cuja leitura não deve ser adiada. Aproveitemos!

APRESENTAÇÃO

Cid Ivan da Costa Carvalho
José Roberto Alves Barbosa

As teorias linguísticas funcionam como uma espécie de modelo, tentativa de descrever e explicar a língua(gem). Uma empreitada quase que homérica de, mediante muitos trabalhos, explicitar aquilo que é mais próprio da humanidade. Ao mesmo tempo, não se pode ter a pretensão de pensar que o modelo é o próprio objeto. A esse respeito, recorremos à declaração de *Ferdinand de Saussure*, ao reconhecer que "o ponto de vista cria o objeto". Qualquer esforço para abordar a língua(gem), por conseguinte, é delineado por limitações, das quais não podemos escapar. Ao mesmo tempo, não podemos nos furtar dessa empreitada, delineando pelo menos mapas que orientem nossas pesquisas.

É nesse contexto que decidimos escrever este livro, resultante não apenas das pesquisas que temos realizados em nossa prática acadêmica, mas também das experiências em cursos de pós-graduação, principalmente no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL), no qual atuam professores e pesquisadores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). A disciplina Teorias Linguísticas é uma das primeiras com que os alunos e alunas se deparam, tendo também de produzir um texto acadêmico, resultante da sua experiência com a disciplina. Ressaltamos

ainda que o domínio razoável dessas teorias é uma exigência para adentrar ao PPCL, pois consideramos que é preciso, ao menos, saber olhar as particularidades da língua, antes de iniciar o curso.

A esse respeito, é importante considerar que uma teoria é justamente isto: uma "maneira de olhar para o objeto", a partir de determinados pontos de vista. Partindo dessa premissa, convidamos os vários professores do PPCL, principalmente aqueles que colaboram com a disciplina Teorias Linguísticas, para que contribuíssem com cada capítulo deste livro. Esses professores têm notória experiência acadêmica em seus respectivos "olhares" para as teorias sobre as quais eles escrevem. Além disso, eles são também pesquisadores e orientadores do Programa, especialmente em uma disciplina denominada Teorias Linguísticas, ministrada por eles. Destacamos, portanto, que estão academicamente respaldados para desenvolverem a empreitada hercúlea a que foram desafiados.

Esta obra é composta de cinco capítulos desafiadores e instigantes para o estudo da língua(gem). Em cada um deles, apontamos as seguintes diretrizes: 1) o surgimento da teoria; 2) a fundamentação teórica; 3) as orientações metodológicas para a pesquisa; e 4) o recorte de uma pesquisa realizada com base na teoria. O resultado, como poderemos observar, superou nossas expectativas, trazendo um diferencial que não pode ser desconsiderado. Além das teorias explicitadas, alunos da graduação e da pós-graduação poderão se beneficiar desse material, na medida em que não apenas terão um mapa, mas também uma bússola que aponta para o norte das pesquisas, dando-lhes os aspectos metodológicos para realizá-las; e, além disso, uma espécie de "diário de bordo", com registros de pesquisas anteriormente feitas nas respectivas teorias.

As teorias abordadas neste livro, que também são apresentadas nas disciplinas do PPCL, são as seguintes: Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo, Pragmática e Análise do Discurso. Os especialistas nas suas áreas discorreram a respeito desses "olhares" sobre a língua(gem), demonstrando dedicação e, principalmente, objetivando alcançar os futu-

ros pesquisadores e pesquisadoras nessas áreas. O Prof. Dr. Gilson Chicon Alves discorreu sobre o Estruturalismo, destacando suas contribuições para os estudos das línguas, como sistema passível de descrição. O Prof. Dr. Cid Ivan da Costa Carvalho deu sequência ao percurso, ao desenvolver a empreitada gerativista de explicar a língua, enfocando-a como faculdade humana.

Os Profs. Dr. José Roberto Alves Barbosa e Dr. Wellington Vieira Mendes contribuíram com o enfoque mais funcional nos estudos da língua, articulando os aspectos formais e funcionais da língua, atentando para suas metafunções. O Prof. Dr. Pedro Adrião da Silva Júnior discute a revirada pragmática, bem como seus desdobramentos, com vistas a um modelo de língua(gem) que conceba os usos linguísticos, evidenciando o contexto. Por fim, a Profa. Dra. Lúcia Helena Medeiros da Cunha Tavares articula a língua e suas relações de poder, com destaque para o discurso como prática social, marcado pelas subjetividades e disputas identitárias, fincadas na história. Essas perspectivas teóricas – como mapas e modelos–não foram escolhidas aleatoriamente, pois, além de serem trabalhadas no contexto do PPCL, são bastante recorrentes nos cursos de teorias linguísticas.

Ao final deste trabalho, esperamos ter contribuído em várias frentes: inicialmente, com os interessados no conhecimento das teorias linguísticas e, especialmente, com os alunos e alunas dos cursos de graduação e pós-graduação, não apenas os do PPCL. Esses grupos poderão recorrer a essa coletânea de artigos com o objetivo de nortear seus estudos em disciplinas que abordem esses conhecimentos, bem como em processos seletivos que exijam o domínio dessas teorias, que certamente são os modelos mais recorrentes na academia, quando se trata de estudar a língua(gem). Sabemos que existem outros mapas que delineiam as teorias linguísticas, mas temos a convicção de que este, mesmo com suas limitações, tem a pretensão de ir um pouco mais longe, ao pretender dar o norte e explicitar registros de caminhadas passadas, com vistas a outras que virão.

1 ESTRUTURALISMO LINGUÍSTICO

Gilson Chicon Alves

1.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, teceremos considerações acerca das ideias elaboradas por Ferdinand de Saussure sobre estruturas linguísticas. Essas ideias foram publicadas após o falecimento de Saussure, sob o título Curso de Linguística Geral, uma obra resultante de anotações feitas por seus alunos ao longo de alguns anos. Nosso propósito é apresentar ao leitor uma visão panorâmica das principais teses elaboradas pelo pai da Linguística moderna, tendo em vista sua importância para o surgimento da escola denominada Estruturalismo, cujos pensamentos influenciaram fortemente os estudos desenvolvidos nessa área ao longo das primeiras décadas do século XX e ainda hoje servem como ponto de partida para a compreensão da fundação dessa disciplina.

É consenso entre os estudiosos pluralizar a palavra Estruturalismo, em reconhecimento ao fato de que essa escola linguística deu origem a outros modos de pensar, além daquele apresentado pelo mestre franco-suíço, mas, neste capítulo, vamos tecer considerações apenas sobre a proposta desse pesquisador.

1.2 Surgimento da teoria

No intervalo entre 1906 e 1911, um professor da Universidade de Genebra, chamado Ferdinand de Saussure, ministrou pelo menos três cursos de Linguística Geral e algumas conferências, nas quais apresentou uma proposta de descrição linguística tida como inovadora para os padrões daquela época: inovadora em relação às tendências predominantes no período, que tinham por fim estabelecer comparações entre as línguas europeias, confirmando-as como pertencentes a uma origem comum, o tronco indo-europeu.

Ao contrário dos estudos diacrônicos comparatistas, Saussure apresentou uma abordagem sincrônica que pretendia servir de modelo para a descrição não apenas de uma língua, mas de todas as línguas naturais. Infelizmente, o mestre genebrino não teve tempo de publicar suas ideias, por encontrar-se acometido por uma doença que interrompeu sua vida em 1913, aos 55 anos. Contudo, suas ideias foram compiladas e publicadas três anos após sua morte por um grupo de alunos – Bally, Riedlinger e Sechehaye – que alguns anos mais tarde assumiriam a responsabilidade de difundi-las. Graças a esses alunos, temos o Curso de Linguística Geral proposto por Saussure e que serve como a principal base para o início de uma escola linguística denominada Estruturalismo.

1.3 Princípios teóricos

A primeira proposição de Saussure é definir os limites da disciplina Linguística. De acordo com esse pesquisador, a Linguística deve

> a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas mães de cada família; b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história; c) delimitar-se e definir-se a si própria (SAUSSURE, 1995, p. 13).

Como podemos compreender da declaração acima, Saussure atribui à Linguística a tarefa de descrever os sistemas linguísticos – num plano sincrônico – e também a de fazer a história destes. Essa disciplina deve ter como objeto de estudo a língua, pois “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (SAUSSURE, 1995, p. 16). Essa declaração nos permite entender que a língua é uma entidade menos abrangente que a linguagem e nesta está contida. Sobre esse objeto que deve ser delimitado, o mestre pergunta:

> Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação (SAUSSURE, 1995, p. 17).

A língua é concebida como um sistema autônomo que “conhece somente sua ordem própria” (SAUSSURE, 1995, p. 32), ou seja, “uma ordem

interior nas coisas que concernem à linguagem" (SAUSSURE, 1995, p. 66) e deve ser "considerada em si mesma e por si mesma" (SAUSSURE, 1995, p. 271), o que deve ser o objeto de estudo da Linguística.

1.3.1 Tipos de Linguística

Saussure distingue dois tipos de Linguística, por ele chamados de Linguística interna e Linguística externa. A externa "pode acumular pormenor sobre pormenor sem se sentir apertada no torniquete dum sistema" (SAUSSURE, 1995, p. 31), é a disciplina que se relaciona com outras disciplinas como, por exemplo, a História, a Geografia, a Filosofia, a Sociologia etc., procurando explicar os fatos da língua por meio de informações emprestadas dessas disciplinas.

A Linguística interna, pelo contrário, se interessa apenas pelas relações internas da língua como sistema. Saussure ilustra a distinção entre os dois tipos de Linguística por meio da metáfora de um tabuleiro de xadrez, em que "nesse jogo, é relativamente fácil distinguir o externo do interno: o fato de ele ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interno, ao contrário, é tudo quanto concerne ao sistema e às regras" (SAUSSURE, 1995, p. 32).

Podemos fornecer mais um exemplo simples a título de ilustração, com a realidade da língua portuguesa: podemos estudar sua história, desde a origem, quando o Condado Portucalense foi fundado, passando pelos períodos proto-histórico, português arcaico e português moderno, assinalando os fatos históricos e a contribuição que outras línguas, culturas e sociedades deram para que essa língua pudesse apresentar a feição que ela exibe no século XXI e esse estudo estará no âmbito da Linguística externa.

Por sua vez, a Linguística interna promove um estudo imanente da língua, que pode ser ilustrado pela classificação das vogais do português brasileiro feita por Câmara Júnior (1997). Para esse autor, se quisermos responder à pergunta "quantas vogais há na língua portuguesa?", deve-

mos considerar a posição que essas vogais ocupam na palavra. Segundo ele, o sistema de vogais da língua portuguesa é composto por 07 vogais se partirmos da posição tônica da palavra, o que pode ser ilustrado da seguinte maneira:

Quadro 1 – Sistema vocálico do Português

Altas	/u/					/i/	
Médias		/ô/			/ê/		**2º grau**
Médias			/ó/	/é/			**1º grau**
Baixa			/a/				
		Posteriores	**central**	**Anteriores**			

Fonte: Câmara Júnior (1997, p. 43).

A descrição acima conta 07 vogais, considerando a posição tônica. Assim, podemos encontrar esses segmentos em palavras do tipo (urubu, caqui [altas]; vovô, peleja [médias de 2º grau ou médias altas]; vovó, Pelé [médias de 1º grau ou médias baixas]; e arara [baixa]. Para fazer essa descrição, o autor considerou apenas a língua em si mesma, a forma como o sistema está estruturado, o tipo de regra que adota para escolher suas vogais, as quais podem ocupar as posições nucleares nas sílabas. Nas palavras de Saussure, é como se o sistema interno da língua se apertasse em um torniquete.

1.3.2 Linguística da língua e Linguística da fala

Saussure também distingue uma linguística da língua e uma da fala. O motivo dessa distinção é que o autor estabelece uma oposição entre língua e fala devido a suas características inerentes. Sua preferência é pela língua, entendida pelo sistema propriamente dito. Suas características, citadas abaixo, foram reproduzidas do Curso de Linguística Geral, (doravante, CLG), de Saussure (1995):

a) A língua é a parte social da linguagem, "exterior ao indivíduo que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade" (SAUSSURE, 1995, p. 22). Em seguida, o autor afirma: "A língua é uma coisa de tal modo distinta que um homem privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos vocais que ouve" (SAUSSURE, 1995, p. 23).
b) A língua é uma parte determinada, essencial da linguagem, porque deve ser encarada como a norma de todas as outras manifestações desta (SAUSSURE, 1995, p. 17).
c) A língua não "constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente" (SAUSSURE, 1995, p. 22).
d) A língua é coletiva, sendo que cada indivíduo membro de uma determinada comunidade possui "sinais depositados" em seu cérebro que lhe permitem comunicar-se. "Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independa da vontade dos depositários" (SAUSSURE, 1995, p. 27).

Por outro lado, a fala tem as seguintes características:

> A fala é "um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º: as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º: o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações" (SAUSSURE, 1995, p. 22).

Pela citação acima, podemos entender que a fala não é essencial, por não ser permanente. Ela é mais ou menos acidental, depende da vontade e da inteligência do indivíduo e, por isso, não pode servir como objeto de estudo científico.

1.3.3 A dicotomia língua falada x língua escrita

Uma outra oposição – ou dicotomia – é estabelecida entre língua falada e língua escrita. A primeira é aceita como natural, é o objeto da Linguística. A escrita, por sua vez, representa a língua oral. Entretanto, como observa o pesquisador, as sociedades dão maior prestígio à escrita por quatro razões por ele apontadas:

> a) "Primeiramente, a imagem gráfica das palavras nos impressiona como um objeto permanente e sólido, mais adequado do que o som para constituir a unidade da língua através dos tempos [...]" (SAUSSURE, 1995, p. 35).
>
> b) "Na maioria dos indivíduos, as impressões visuais são mais nítidas e mais duradouras que as impressões acústicas [...]" (SAUSSURE, 1995, p. 35).
>
> c) "A língua literária aumenta ainda mais a importância imerecida da escrita" (SAUSSURE, 1995, p. 35).
>
> d) "Por fim, quando existe desacordo entre a língua e a ortografia, o debate é sempre difícil de resolver por alguém que não seja o linguista; mas como este não tem voz em capítulo, a forma escrita tem, quase fatalmente, superioridade; a escrita se arroga, nesse ponto, uma importância a que não tem direito" (SAUSSURE, 1995, p. 36).

1.3.4 O signo linguístico

Um outro conceito desenvolvido por Saussure é o de signo linguístico. As anotações contidas no CLG iniciam declarando que "para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas" (SAUSSURE, 1995, p. 79). A afirmação de que a língua seria uma "nomenclatura, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas" é uma resposta a uma tradição que remonta a um capítulo da Bíblia em que

Adão atribui um nome a seres e coisas já existentes, como se utilizasse a língua para nomeá-los.

O linguista continua: “Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe ideias completamente feitas, pré-existentes às palavras” e “ela não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica, pois *arbor* pode ser considerada sob um ou outro aspecto; por fim, ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade” (SAUSSURE, 1995, p. 79).

Podemos ilustrar a crítica do linguista genebrino com o exemplo que ele deu acima: a palavra arbor. Observe no quadro 2:

Quadro 2 – Palavra árvore em alguns idiomas

LÍNGUA	PALAVRA
Latim	Arbor
Português	árvore
Inglês	Tree
Alemão	Baum
Norueguês	Treet
Romeno	Copac
Nederlandês	Boom
Samoano	Laau
Cebuano	Kahoy
Islandês	Tré

Fonte: autor (2021)

No quadro acima, temos a mesma palavra traduzida em 10 diferentes línguas, o que significa dizer, segundo o pensamento do mestre, que cada uma dessas designa a mesma realidade (árvore) com nome diferente. Portanto, não existe uma coincidência entre a língua e o mundo, no sentido

de dizer que cada ser e cada coisa já possuem um significado em si próprios. Se fosse assim, todas as línguas designariam árvore pela mesma palavra.

O signo linguístico, exemplificado acima por árvore, recebe uma primeira definição de Saussure como "[...] a combinação do conceito e da imagem acústica" (SAUSSURE, 1995, p. 81). Ele explica:

> O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreinte) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la "material", é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. (SAUSSURE, 1995, p. 80).

A imagem acústica está intimamente ligada ao conceito e "um reclama o outro" (SAUSSURE, 1995, p. 80). Porém, como observa o mestre, o termo signo já era utilizado antes da realização do SAUSSURE, com a diferença de que seus antecessores o utilizavam apenas como sinônimo de imagem acústica. Afirma o linguista: "Esquece-se que se chamamos a *arbor* signo, é somente porque exprime o conceito "árvore", de tal maneira que a ideia da parte sensorial implica a do total" (SAUSSURE, 1995, p. 81).

De acordo com a declaração acima, o signo é constituído pela soma do conceito mais a imagem acústica, mas pode ser entendido como empregado apenas para a imagem acústica. O mestre vê no uso dessa terminologia uma possibilidade de ambiguidade e diz que ela

> desapareceria se designássemos as três noções aqui presentes [signo, conceito, imagem acústica] por nomes que se relacionem entre si, ao mesmo tempo que se opõem". Propomo-nos a conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante; estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte. Quanto a

> signo, se nos contentamos com ele, é porque não sabemos por que substituí-lo, visto não nos sugerir a língua usual nenhum outro (SAUSSURE, 1995, p. 81).

Em outras palavras, se antes o signo era uma entidade representante de uma ideia, agora, com Saussure, essa correspondência não mais existe, pois também não há uma correspondência entre a língua e o mundo. O signo é a associação entre significante e significado, tão intimamente relacionados quanto as duas faces de uma folha de papel: se uma face for cortada, com certeza a outra também será. Cada língua constitui um sistema linguístico, que por sua vez é composto por signos e cada um destes mantém uma relação de oposição com os demais dentro do próprio sistema.

O signo saussureano obedece a alguns princípios, sendo o primeiro deles a arbitrariedade.

1.3.4.1 A arbitrariedade do signo

Saussure (1995, p. 81) inicia afirmando que "O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário". Por arbitrário, o linguista franco-suíço quer dizer que

> não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico); queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade (SAUSSURE, 1995, p. 83).

Como exemplo dessa arbitrariedade, o mestre cita a sequência de sons que forma a palavra mar [m-a-r] e afirma que não existe nenhuma relação

natural entre esta e a ideia do que seja mar. Em outras palavras, a sequência acima (significante) foi escolhida para representar o que conhecemos por mar (significado), mas poderia ter sido qualquer outra.

Mas a ideia de arbitrariedade do signo não se aplica a todos os signos, pois o mestre admite que há alguns que são "inteiramente arbitrários", o que nos permite entender que nem todos o são inteiramente. O mestre considera o símbolo um exemplo de signo que não é completamente arbitrário, porque este "tem como característica não ser jamais completamente arbitrário; ele não está vazio, existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado. O símbolo da justiça, a balança, não poderia ser substituído por um objeto qualquer, um carro, por exemplo" (SAUSSURE, 1995, p. 82).

O exemplo de signo que não é inteiramente arbitrário é o da balança, que representa a justiça: ele é relativamente motivado pelo fato de uma balança se prestar ao peso, simbolizando a igualdade e a justiça, diferentemente de um carro.

No final da explanação dessa seção, o mestre assinala duas objeções, ou, em outras palavras, dois contraexemplos que algum contraditor poderia apresentar: as onomatopeias e as exclamações. As primeiras são refutadas com dois argumentos: 1. "não são jamais elementos orgânicos de um sistema linguístico" (SAUSSURE, 1995, p. 83). 2. O número de ocorrências desse tipo de palavra é muito pequeno em relação às outras classes do sistema. Quanto às exclamações, também são em quantidade pequena no sistema. Ambos os tipos de signo são chamados de secundários e "sua origem simbólica é em parte contestável" (SAUSSURE, 1995, p. 84).

No capítulo VI do CLG, intitulado Mecanismo da Língua, Saussure volta a abordar a arbitrariedade dos signos, fazendo, dessa vez, uma correção sobre o princípio: o autor apresentou primeiro o signo como arbitrário, no sentido de dizer que era imotivado; depois, um pouco mais à frente, admitiu a ideia de que há aqueles que são inteiramente arbitrários – o que nos

faz entender que também há os que não são inteiramente –; no capítulo VI, ele faz uma correção no sentido de aperfeiçoar a formulação do princípio:

> O princípio fundamental da arbitrariedade do signo não impede distinguir, em cada língua, o que é radicalmente arbitrário, vale dizer, imotivado, daquilo que só o é relativamente. Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras, intervém um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: o signo pode ser relativamente motivado (SAUSSURE, 1995, p. 152).

A escala da arbitrariedade é ilustrada pelo mestre com dois grupos de palavras:

Quadro 3 – Escala de arbitrariedade segundo Saussure

ABSOLUTOS	RELATIVOS
Vinte	Vinte e um etc.
Dez	Dezenove
Pera	Pereira
Maçã	Macieira
Vaca	Vaqueiro

Fonte: SAUSSURE (1995, p. 152)

O que distingue as palavras dos dois grupos é que, no primeiro, não há nenhum tipo de ligação entre o significante e o significado – daí chamarem-se absolutamente arbitrários –, ao passo que, no segundo, há uma ligação: o usuário da língua já conhece a palavra vaca e também o sufixo -eiro, formador de profissão.

Se chamarmos os signos da tabela acima, classificados como absolutamente arbitrários – imotivados –, de palavras primitivas e os classificados como relativamente arbitrários – motivados – de palavras derivadas podemos concluir que os primeiros são exemplos do "princípio irracional da

arbitrariedade do signo" (SAUSSURE, 1995, p. 154) irracional no sentido de que os signos são criados sem que haja uma relação, mesmo que mínima, entre o significante e o significado.

Por outro lado, os segundos introduzem os princípios de ordem e de regularidade em parte dos sistemas linguísticos que resultam em economia para estes: o sistema cria o sufixo -eira para designar o signo macieira, por exemplo, e este pode se aplicar a outros substantivos que nomeiem árvores que dão frutas, como pereira etc., evitando que o sistema precise criar uma nova palavra. Logo, o ato de reunir dois signos dos tipos maçã e -eira para formar macieira pode ser considerado racional no sentido de que o usuário do sistema utiliza elementos já conhecidos do sistema para possibilitar uma maior previsibilidade do sentido, uma regularidade do sistema. A esse respeito, Saussure (1995, p. 153) postula:

> Tudo que se refira à língua enquanto sistema exige, a nosso ver, que abordemos desse ponto de vista, de que pouco cuidam os linguistas: a limitação do arbitrário. É a melhor base possível. Com efeito, todo o sistema da língua repousa no princípio irracional da arbitrariedade do signo que, aplicado sem restrições, conduziria à complicação suprema; o espírito, porém, logra introduzir um princípio de ordem e de regularidade em certas partes da massa dos signos, e esse é o papel do relativamente motivado.

De fato, se não houvesse signo relativamente motivado, o sistema linguístico chegaria a uma complicação suprema. A criação de alguns sufixos do tipo -eira, -eiro, -mente etc. – que Saussure chama de elementos formativos transparentes – favorece a ordem e a regularidade na língua. As sequências dadas pelo próprio autor nos permitem perceber a importância que o autor atribuiu à arbitrariedade e aos signos relativamente motivados.

No quadro abaixo, ilustramos a importância da concepção de signos relativamente motivados:

Quadro 4 – Exemplos de signos relativamente motivados

LÍNGUA	SUFIXO	EXEMPLOS
Francês	-ment	Fréquemment
Português	-mente	Frequentemente, tardiamente
Português	-eiro	Brasileiro, estrangeiro
Português	-s	Casas, meninos, luvas
Inglês	-s	Ships, flags, birds, books
Inglês	-dom	Freedom, kingdom

Fonte: adaptado de Saussure (1995, p. 146)

Um outro princípio postulado por Saussure é o caráter linear do significante (SAUSSURE, 1995, p. 84).

1.3.4.2 O caráter linear do significante

De acordo com Saussure (1995, p. 84), "o significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha". Este foi apresentado de modo pouco detalhado, mas ainda assim o mestre genebrino afirma que "todo o mecanismo da língua depende dele".

Na sequência, o mestre continua:

> Este princípio é evidente, mas parece que sempre se negligenciou enunciá-lo, sem dúvida porque foi considerado demasiadamente simples [...] Por oposição aos significantes visuais (sinais marítimos etc.), que podem oferecer complicações simultâneas em várias dimensões, os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo; seus elementos se apresentam um após outro; formam uma cadeia. Esse caráter aparece imediatamente quando

os representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos (SAUSSURE, 1995, p. 84).

Na citação acima, Saussure apresenta um jogo de oposições para mostrar o caráter da linearidade dos significantes: os significantes visuais – como a imagem do relógio abaixo – não constituem um exemplo de significantes que possuem linearidade porque, ao olhar para uma imagem como esta, o interlocutor consegue depreender quase que instantaneamente os traços que a compõem e não há uma ordem por onde iniciar a exploração visual; o interlocutor pode iniciá-la pelos ponteiros, pelas bordas, pelos pontos, pelo suporte ou então apreender os significantes de uma única vez.

De um modo oposto, os significantes acústicos – correspondentes à imagem acústica – obrigatoriamente obedecem a uma linearidade, o que significa dizer que "se apresentam um após o outro; formam uma cadeia" (SAUSSURE, 1995, p. 84). Em outras palavras, ao perceber o significante do signo relógio, o interlocutor só consegue perceber um elemento de cada vez, seguindo sua ordem no tempo. Ao ouvir ou pronunciar /Re'lɔʒio/, ouvimos ou pronunciamos primeiro o /r/, depois o /e/, depois o /l/ e assim por diante. Esse encadeamento "exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo" (SAUSSURE, 1995, p. 142). De igual modo, ao escrever, o interlocutor também segue um encadeamento: primeiro escreve o r, depois o e, depois o l e assim por diante.

Como já alertou o mestre franco-suíço, esse princípio é tão importante que "todo o mecanismo da língua depende dele" (SAUSSURE, 1995, p. 84). Da mesma forma, as unidades interpretáveis constituintes de uma oração qualquer também precisam estar dispostas em cadeia. Assim sendo, uma oração do tipo o relógio caiu no fundo do mar segue esse encadeamento,

observando que é impossível pronunciar ou escrever duas unidades ao mesmo tempo, já que obrigatoriamente elas estão dispostas seguindo uma linha. Esse princípio parece óbvio, mas ainda não havia sido formulado, como lembra o mestre. Abaixo, abordaremos a imutabilidade e a mutabilidade do signo.

1.3.4.3 A imutabilidade e a mutabilidade do signo

O signo linguístico concebido por Saussure é imutável, e o autor se utiliza de quatro argumentos para defender sua ideia. São eles:

> 1. O caráter arbitrário do signo. Vimos acima que o caráter arbitrário do signo nos fazia admitir a possibilidade teórica da mudança; aprofundando a questão, vemos que, de fato, a própria arbitrariedade do signo põe a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la. A massa, ainda que fosse mais consciente do que é, não poderia discuti-la. Pois, para que uma coisa seja posta em questão, é necessário que se baseie numa norma razoável. [...] não existe motivo algum para preferir soeur a sister, ou a irmã, ochs a boeuf ou boi (SAUSSURE, 1995, p. 87).

O primeiro argumento reza que o caráter arbitrário do signo – ou seja, o fato de este ser em parte imotivado – contribui para que ele seja imutável, pois ele consegue por "a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la" (SAUSSURE, 1995, p. 87). O segundo argumento segue abaixo:

> 2. A multidão de signos necessários para constituir qualquer língua. A importância desse fato é considerável. Um sistema de escrita composto de vinte a quarenta letras pode, a rigor, ser substituído por outro. O mesmo poderia suceder à língua se ela encerrasse um número limitado de elementos; mas os signos linguísticos são inumeráveis (SAUSSURE, 1995, p. 87).

De acordo com o argumento acima, a quantidade de signos de qualquer língua é inumerável e, devido a esse fato, não é possível mudá-los e esse é um dos fatores que garantem a sua estabilidade. O terceiro argumento diz o seguinte:

> 3. O caráter demasiado complexo do sistema. Uma língua constitui um sistema. Se, como veremos adiante, esse é o lado pelo qual a língua não é completamente arbitrária e onde impera uma razão relativa, é também o ponto onde avulta a incompetência da massa para transformá-la. Pois tal sistema é um mecanismo complexo; só se pode compreendê-lo pela reflexão; mesmo aqueles que dele fazem uso cotidiano, ignoram-no profundamente. Não se poderia conceber uma transformação que tal sem a intervenção de especialistas, gramáticos, lógicos etc.; a experiência, porém, mostra que até agora as intervenções nesse sentido não tiveram êxito algum (SAUSSURE, 1995, p. 87).

Na visão do mestre genebrino, o signo linguístico não muda devido a sua complexidade. Seria necessário organizar um evento de tal magnitude que reunisse especialistas, gramáticos, lógicos, enfim, teóricos que conhecem profundamente a complexidade do sistema linguístico, uma vez que a massa, ou seja, a comunidade de usuários da língua, não seria capaz de fazer essa intervenção. O último argumento diz o seguinte:

> 4. A resistência da inércia coletiva a toda renovação linguística. A língua – e esta consideração sobreleva todas as demais – é, a cada momento, tarefa de toda a gente; difundida por uma massa e manejada por ela, é algo de que todos os indivíduos se servem o dia inteiro. Nesse particular, não se pode estabelecer comparação alguma entre ela e as outras instituições. As prescrições de um código, os ritos de uma religião, os sinais marítimos etc., não ocupam mais que certo número de indivíduos por vez e durante tempo limitado; da língua, ao contrário, cada qual participa a

> todo instante e é por isso que ela sofre sem cessar a influência de todos. Esse fato capital basta para demonstrar a impossibilidade de uma revolução. A língua, de todas as instituições sociais, é a que oferece menos oportunidades às iniciativas. A língua forma um todo com a vida da massa social e esta, sendo naturalmente inerte, aparece antes de tudo como um fator de conservação. (SAUSSURE, 1995, p. 88).

De acordo com a premissa do quarto argumento, os signos não mudam porque estão sendo usados a cada momento e por todos os membros da comunidade, a "massa social". Um pouco antes, o mestre já havia declarado que nem o indivíduo nem a massa podem modificar os signos, pois estes "escapam à nossa vontade" (SAUSSURE, 1995, p. 85). A língua não se renova porque há uma resistência à mudança por parte da massa social, que herda os signos e a ela "cumpre receber como tal". Entretanto, esses signos também podem sofrer mutabilidade, conforme podemos ver abaixo:

> O tempo, que assegura a continuidade da língua, tem um outro efeito, em aparência contraditório com o primeiro: o de alterar mais ou menos rapidamente os signos linguísticos e, em certo sentido, pode-se falar, ao mesmo tempo, da imutabilidade e mutabilidade do signo. [...] Em primeiro lugar, não nos equivoquemos sobre o sentido dado aqui ao termo *alteração.* Poder-se-ia fazer acreditar que se tratasse especialmente de transformações fonéticas sofridas pelo significante ou então transformações do sentido que afetam o conceito significado. Semelhante perspectiva seria insuficiente. Sejam quais forem os fatores de alteração, quer funcionem isoladamente ou combinados, levam sempre a um *deslocamento da relação entre o significado e o significante* (SAUSSURE, 1995, p. 89, itálicos do autor).

Para Saussure, os signos sofrem alteração, como se fosse um desgaste que provoca "deslocamento" capaz de afrouxar as relações entre o signi-

ficado e o significante ou, ainda, eles evoluem internamente com o tempo. Há vários fatores que agem incessantemente a fim de desencadearem essa alteração e a língua é "radicalmente incapaz de se defender" (SAUSSURE, 1995, p. 90) destes.

1.3.5 O valor

O capítulo II inicia com a seguinte declaração: "Os signos de que a língua se compõe não são abstrações, mas objetos reais (ver p. 23); é deles e de suas relações que a Linguística se ocupa; podem ser chamados *entidades concretas* desta ciência" (SAUSSURE, 1995, p. 119). Em outras palavras, o autor está afirmando que existe uma ciência chamada Linguística e que os signos, as entidades concretas, são objetos reais dessa ciência.

Essa declaração é motivada pela constatação de que, em outras ciências, suas unidades já são conhecidas desde o início destas, como, por exemplo, a unidade da Zoologia é o animal; a unidade da Astronomia é o astro e assim por diante. De igual maneira, a Linguística também é uma ciência que tem unidades concretas para estudar: os signos, que "não são abstrações, mas objetos reais" (idem), que podem oferecer certa dificuldade de percepção à primeira vista.

Em seguida, o autor declara: "A entidade linguística não está completamente determinada enquanto não esteja delimitada, separada de tudo o que a rodeia na cadeia fônica. São essas entidades delimitadas ou unidades que se opõem no mecanismo da língua" (SAUSSURE, 1995, p. 120). Essas entidades não existem em si mesmas, mas passam a existir, a adquirir um valor, quando colocadas em oposição a outras entidades dentro de um sistema linguístico considerado em uma sincronia. A essas entidades criadas por meio da oposição, que são as unidades instituídas pela língua, o autor chamou *formas*, em contraste a *substâncias*, que são o suporte físico destas.

Mais adiante, o mestre continua sua definição sobre os valores linguísticos: "Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são". O valor dos signos linguísticos é atribuído quando cada um é colocado em situação de oposição aos demais dentro de um mesmo sistema.

Ao exemplificar essa relação de oposição, Saussure usa exemplos de línguas diferentes, a fim de deixar mais claro o que quer dizer: o valor que a língua portuguesa atribui à palavra carneiro não é o mesmo que a língua inglesa atribui a sheep, embora estas possuam a mesma significação; ao preparar uma carne de carneiro, um interlocutor de português chamaria essa carne carneiro, enquanto um interlocutor inglês chamaria mutton. De acordo com o mestre, isso se dá devido ao fato de que o inglês tem um segundo termo (mutton ao lado de sheep), enquanto o português não. Logo, "não há correspondência exata de valores" (SAUSSURE, 1995, p. 135).

Um outro exemplo é dado: palavras sinônimas como os verbos recear, temer, ter medo, se opõem entre si e essa oposição gera o valor próprio de cada uma; de acordo com o mestre, se recear, por exemplo, "não existisse, todo o seu conteúdo iria para os seus concorrentes" (SAUSSURE, 1995, p. 135).

Mais uma ilustração pode ser dada, estabelecendo-se uma comparação entre uma língua como o protogermânico, que não possui uma forma própria para designar o futuro, e outras que a possuam. Dizer que aquela língua exprime a ideia de futuro por meio de formas do presente é, de acordo com o autor, afirmar-se "impropriamente, pois o valor de um presente não é o mesmo em germânico e nas línguas que têm um futuro a par do presente" (SAUSSURE, 1995, p. 136).

1.3.6 Relações sintagmáticas e relações associativas

No capítulo V do CLG, Saussure (1995, p. 142) inicia com a seguinte declaração:

> As relações e as diferenças entre termos linguísticos se desenvolvem em duas esferas distintas, cada uma das quais é geradora de certa ordem de valores; a oposição entre essas duas ordens faz compreender melhor a natureza de cada uma. Correspondem a duas formas de nossa atividade mental, ambas indispensáveis para a vida da língua.

Neste capítulo do Curso, Saussure afirma que as unidades do sistema linguístico se relacionam em duas esferas e essa noção de relação é muito importante para que possamos compreender como é a vida da língua. Vejamos cada esfera.

1.3.6.1 As relações sintagmáticas

A expressão relações sintagmáticas é sinônimo de relações combinatórias, uma vez que estas combinam dois ou mais elementos consecutivos dispostos em uma linha do tempo – no discurso. É nesses sintagmas que cada unidade linguística adquire seu valor, por estabelecer uma relação de oposição à unidade que a precede ou à que a sucede ou a ambas (SAUSSURE, 1995, p. 142)

O mestre suíço exemplifica os sintagmas com as seguintes entidades: re-ler, contra todos; a vida humana, se fizer bom tempo, sairemos (idem). Como podemos perceber, o conceito de sintagma proposto por Saussure é diferente do usado pela Linguística do século XXI, uma vez que para ele o sintagma pode ser constituído de palavras compostas, derivadas, partes de uma frase ou frases inteiras (SAUSSURE, 1995, p. 144); portanto, é mais abrangente que o conceito de sintagma que a Linguística moderna usa

para designar os grupos de elementos contíguos que formam unidades organizacionais hierárquicas dentro de uma frase.

As características das relações sintagmáticas são as seguintes: a) elas existem *in praesentia,* o que significa dizer que elas podem ser estabelecidas quando dois ou mais termos estiverem presentes numa série efetiva. b) os elementos constituintes dos sintagmas seguem uma ordem cristalizada na língua: conforme o primeiro exemplo acima com o verbo reler, constatamos que a ordem é colocar primeiro o prefixo re- e a este unir o radical e os demais componentes da palavra. c) o número de elementos é limitado.

1.3.6.2 As relações associativas

Saussure (1995, p. 145) define as relações associativas como "os grupos formados por associação mental"; em outras palavras, eles não se encontram na cadeia do discurso, mas na memória do locutor, no seu cérebro, como o mestre ensina: "Por outro lado, fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas" (SAUSSURE, 1995, p. 143).

Como características das associações associativas, o mestre assinala: a) elas unem termos *in absentia*, ou seja, em ausência, significando que estes não estão no discurso, mas na memória do locutor, já que ele é possuidor do tesouro que constitui o sistema linguístico. b) as relações associativas não apresentam nem número de elementos definido – com exceção dos paradigmas de flexão verbal – nem uma ordem determinada (SAUSSURE, 1995, p. 146).

Como exemplo de relações associativas, Saussure (1995, p. 146) mostra possíveis encadeamentos mnemônicos a partir da unidade ensinamento, como podemos ver abaixo:

Quadro 5 – A palavra ensinamento em um encadeamento mnemônico

ensinamento	ensinamento	ensinamento	ensinamento
ensinar	aprendizagem	desfiguramento	elemento
ensinemos	educação	armamento	lento

Fonte: Saussure (1995, p. 146)

1.3.7 A dicotomia sincronia e diacronia

A oposição entre sincronia e diacronia é um marco importante para a teoria iniciada por Saussure. Sobre essa oposição, o mestre assim se pronuncia: "Para melhor assinalar essa oposição, porém, e esse cruzamento das duas ordens de fenômenos relativos ao mesmo objeto, preferimos falar de Linguística sincrônica e de Linguística diacrônica" (SAUSSURE, 1995, p. 96).

Ele prossegue declarando que a Linguística sincrônica deve se ocupar "das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistema, tais como são percebidos pela consciência coletiva" (SAUSSURE, 1995, p. 116), enquanto que cabe à Linguística diacrônica estudar, "ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si" (IDEM).

Em outras palavras, o mestre suíço associa ao termo sincronia o adjetivo estático, indicando um estado de língua; à diacronia, ele associa mais de um estado da língua – uma fase de evolução (SAUSSURE, 1995, p. 96). Dentre esses dois aspectos, o autor afirma que o sincrônico é mais importante, pois, "para a massa falante, ele constitui a verdadeira e única realidade [...]" (SAUSSURE, 1995, p. 106).

Sobre o diacrônico, esse aspecto não constitui uma realidade para o falante, porque, para se comunicar, ele não precisa conhecer a evolução da língua; apenas o linguista se interessa por esse aspecto, conforme o mestre declara: "se este [o linguista] se coloca na perspectiva diacrônica,

não é mais a língua o que percebe, mas uma série de acontecimentos que a modificam [...]" (SAUSSURE, 1995, p. 106).

1.4 Metodologia para a pesquisa

Saussure declara que as Linguísticas sincrônica e diacrônica se opõem quanto ao método de análise. Nesta seção, descrevemos alguns dos aspectos dessa oposição.

1.4.1 A metodologia da pesquisa sincrônica

O mestre suíço aponta que, em primeiro lugar, "A sincronia conhece somente uma perspectiva, a das pessoas que falam, e todo o seu método consiste em recolher-lhes o testemunho; para saber em que medida uma coisa é uma realidade, será necessário e suficiente averiguar em que medida ela existe para a consciência de tais pessoas" (SAUSSURE, 1995, p. 106).

A perspectiva das pessoas que falam postulada pelo autor se opõe à metodologia mais usual de seu tempo, empregada pelos comparatistas e neogramáticos, que tinham como objeto de estudo as palavras que apresentavam semelhanças nas diversas línguas com o propósito de estabelecer comparações. Ao contrário do que era praticado em seu tempo, o mestre genebrino abandonou essa prática e instituiu uma metodologia que contempla a investigação da língua por meio da coleta de amostras do testemunho de seus falantes.

Um segundo método é apontado pelo mestre da seguinte maneira:

> O estudo sincrônico não tem por objeto tudo quanto seja simultâneo, mas somente o conjunto dos fatos correspondentes a cada língua; na medida em que tal for necessário, a separação irá até os dialetos e subdialetos. No fundo, o termo sincrônico não é bastante preciso; deveria ser substituído pela designação – um pouco longa, na verdade – de idiossincrônico (SAUSSURE, 1995, p. 106).

A ideia que podemos depreender da declaração acima é um tanto vaga, mas, logo em seguida, ao apontar a segunda diferença entre os dois métodos, o autor esclarece que a sincronia – idiossincronia – deve se ocupar apenas do estudo da relação entre os elementos simultâneos de uma dada língua e isso exclui – pelo menos no primeiro momento e em parte – os dialetos e subdialetos dessa língua, bem como elementos que pertençam a alguma outra língua.

Os elementos simultâneos citados acima são retirados da gramática geral, "pois é somente pelos estados de língua que se estabelecem as diferentes relações que incumbem à gramática" (SAUSSURE, 1995, p. 117). Acerca do termo estado, o mestre observa que é um problema para a Linguística sincrônica determinar um estado de língua, ou seja, determinar exatamente quando uma sincronia se inicia e quando termina; assim sendo, a noção de tempo que assinala os marcos é aproximativa (SAUSSURE, 1995, p. 118).

A Linguística sincrônica se ocupa da compreensão do sistema idiossincrônico, "estabelecendo seus princípios fundamentais e os fatores constitutivos de todo estado de língua" (SAUSSURE, 1995, p. 117). Saussure sugere que as unidades linguísticas – pelo aspecto do valor – devam ser o ponto de partida de um estudo idiossincrônico e alerta para a dificuldade dessa tarefa, visto que é fácil abordar esse tema do ponto de vista teórico, mas na prática o linguista deve ter muito trabalho para determinar, delimitar, classificar etc. Saussure termina suas observações sobre esse tema, nessa seção, com a seguinte declaração: "[...] Não se pode dizer que os linguistas se tenham jamais colocado diante desse problema central, nem que lhe tenham compreendido a importância e a dificuldade; em matéria de língua, contentaram-se sempre em operar com unidades mal definidas" (SAUSSURE, 1995, p. 129).

1.4.2 A metodologia da pesquisa diacrônica

Para Saussure, as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Linguística diacrônica são mais fáceis de realizar e ele justifica sua afirmação ao descrever os dois métodos dessa linguística. Vejamos. O primeiro consiste em que um estudo diacrônico deve distinguir duas perspectivas: "uma prospectiva, que acompanhe o curso do tempo, e outra retrospectiva, que faça o mesmo em sentido contrário" (SAUSSURE, 1995, p. 129).

Por prospecção, o autor entende o método de narrar e criticar uma determinada parte de um documento histórico ou o seu todo, ao passo que a retrospecção remonta o curso do tempo até chegar à forma mais antiga, reconstruindo a origem das formas por meio de comparação entre signos diferentes que possuam a mesma origem.

O segundo consiste em afirmar que a Linguística diacrônica analisa não apenas termos de uma língua dada, mas também termos de outras que tenham origem comum, desde que tenham um "vínculo histórico, por mais indireto que seja" (SAUSSURE, 1995, p. 107).

1.5 Recorte de uma pesquisa

Nas seções acima, vimos que Saussure privilegia os estudos sincrônicos, descrevendo suas unidades e analisando-as (SAUSSURE, 1995, p. 128). Como sugestão de um recorte de pesquisa, tomamos a obra de Câmara Júnior (1997), que se ocupa de descrever os elementos idiossincrônicos da língua portuguesa falada nas décadas de 50 e 60, quais sejam, as unidades linguísticas de usuários do falar culto da cidade do Rio de Janeiro. Câmara Júnior justifica sua opção pelo falar culto, porque ela é mais adequada a uma obra que pretende servir de suporte para o ensino escolar.

Sua obra Estrutura da Língua Portuguesa pode ser considerada uma gramática descritiva, no sentido de que sua abordagem é feita de "maneira sistemática, objetiva e coerente" (CÂMARA JÚNIOR, 1997, p. 13). Essa

sistematização consiste em coletar amostras de dados de fala e escrita de usuários do português falado no Rio de Janeiro, de sorte que a abordagem adquire feição científica, porque lança mão de critérios rigorosos de investigação.

A relevância de uma gramática descritiva consiste no fato de que ela faz parte da linguística pura, no sentido de que cabe à gramática descritiva coletar, descrever e analisar os dados da pesquisa, mas não cabe a essa disciplina normatizar, pois isso é tarefa da disciplina normativa (CÂMARA JÚNIOR, 1997, p. 15).

1.6 Considerações finais

Neste capítulo, tivemos como objetivo apresentar ao leitor uma visão panorâmica das principais teses elaboradas por Saussure, tendo em vista sua importância para o surgimento da escola denominada Estruturalismo. Descrevemo-las, contudo, sem a preocupação de estabelecer julgamento sobre a posição assumida pelo mestre genebrino, tendo em vista que este capítulo se propõe oferecer ao aluno uma leitura possível e introdutória do Curso de Linguística Geral.

Algumas das ideias defendidas por Saussure foram consideradas inovadoras e provocaram reações de aceitação e também de rejeição, como era de esperar – muitos de seus próprios alunos discordaram de seu modo de pensar e seguiram por caminhos teóricos diferentes do aprendido com o mestre. Nos próximos capítulos, o leitor deverá interagir com textos que refletem essa reação ao ensinado pelo autor do Curso.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ILARI, Rodolfo. O Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos. *In:* MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. v. 3.

LYONS, John. **Lingua(gem) e Linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As Grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

2 GERATIVISMO LINGUÍSTICO

Cid Ivan da Costa Carvalho

2.1 Considerações iniciais

Se a linguagem é vista como um traço essencial de nossa humanidade, então, parece razoável dizer que a linguística–ciência da linguagem–tem um longo caminho a percorrer, pois o seu objeto de estudo se mostra tão complexo que mais de 2.500 anos de pesquisa não foram capazes de depreender uma resposta clara sobre o que realmente é a linguagem. No entanto, ao longo desses anos, vemos alguns lampejos que nos auxiliam na compreensão desse objeto de forma parcial. Dentro do programa biolinguístico, acreditamos que a teoria gerativa lampeja um caminho de investigação muito mais abrangente sobre a linguagem e sobre os tópicos a ela relacionados.

Essa afirmação parece coerente, pois, se considerarmos inicialmente as seguintes indagações: Por que apenas nós humanos somos capazes de formar comunidades que vão além da noção de família? Por que somente nós, e nenhum outro animal, buscamos explicações para os eventos naturais, sociais, culturais e históricos? Por que só nós organizamos e planejamos o futuro de maneira que vai muito além do que as outras criaturas fazem? Por que exclusivamente os humanos produzem e apreciam ficções e fantasias e especulam, desenham e empregam formas artísticas às quais não são praticadas pelos outros animais? Parece que a única resposta plausível para essas indagações seja o fato de o homem possuir o fator mais importante que explica como essas capacidades notáveis chegaram até nós–a linguagem.

McGilvray (2014) diz que essa conclusão faz sentido porque a linguagem fornece a capacidade de especular e pensar sobre algum conteúdo próximo ou distante, construindo um número ilimitado de pensamentos complexos, passíveis de separar das circunstâncias e estender sobre tempos e circunstâncias arbitrárias. Ela fornece a capacidade de organizar e construir projetos que envolvem a cooperação entre os indivíduos. Porque, sem ela, não se pode fazer ciência nem buscar explicações básicas e conceitos matemáticos. Essas e outras capacidades estão diretamente relacionadas ao fato de sermos possuidores da linguagem.

Se considerarmos também que a linguística é uma ciência natural objetiva que trata a linguagem como um sistema biológico que evoluiu a partir de um único indivíduo e foi geneticamente transmitido a sua prole, diríamos, então, que as línguas não são ferramentas que os seres humanos projetam ao longo dos milhares de anos, mas são objetos biológicos, como o sistema virtual ou imunológico digestivo, por exemplo, como diz Chomsky (2018a).

Considerando esses pontos fundamentais para o estudo da linguagem humana, percebemos que a linguagem é mais que um sistema de comunicação ou de interação; ela é mais que um depósito de imagens de

palavras na mente dos membros de uma comunidade; ela é mais que um contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade de fala; ela é mais que uma série de hábitos usados para responder a situações de fala convencionais e para responder aos sons com as ações; ela é mais que um o corpo de sinais proferidos e audíveis pelos quais o pensamento é expresso; ela é mais que um método puramente humano e não instintivo de comunicar ideia e emoções por meio de símbolos produzidos voluntariamente.

Nesse sentido, o primeiro tópico deste capítulo apresenta o surgimento da teoria gerativa e sua importância na década da revolução cognitiva. O segundo tópico mostra os principais conceitos que julgamos necessários à compreensão geral da teoria. Todavia, os leitores que pretendem se aprofundar no assunto encontrarão nas referências as principais obras relacionadas ao tema. O terceiro tópico expõe a metodologia empregada na linguística gerativa, fazendo a distinção entre o método utilizado pelos gerativistas e os métodos aplicados pelos distribucionalistas. O quarto tópico apresenta um recorte de uma pesquisa com a utilização da teoria gerativa.

2.2 Surgimento da teoria

A revolução cognitiva foi um movimento intelectual que se iniciou na década de 1950, como proposta interdisciplinar de estudar a mente e os processos a ela relacionados. As áreas mais relevantes eram a psicologia, a linguística, a ciência da computação, a antropologia, a filosofia e a neurociência, nas quais predominavam o pensamento behaviorista. O behaviorismo entendia que a psicologia humana podia ser estudada com base na observação do comportamento individual. Para isso, o comportamento era testado em laboratório. Nesse sentido, essa perspectiva tomava o comportamento como um dado que evidenciaria os mecanismos internos da mente e esses mecanismos operariam ao executar as ações e ao interpretar a experiência. A revolução cognitiva surgiu em oposição a essa concepção e as principais publicações que desencadearam o movimento foram a obra

The Magical Number Seven, Plus or Minus Two (1956), do psicólogo George Miller, e a obra *Syntactic Structures* (1957), do linguista Noam Chomsky.

Nessa época, os estudos estruturalistas do linguista Leonard Bloomfield constituam a baliza que definia a prática científica da linguística. A linguagem humana era vista como um dos fatores sociais condicionados e sua aquisição dependia dos estímulos e respostas dos sujeitos na interação social. Assim, considerando os pressupostos da teoria behaviorista, uma comunidade ensina o indivíduo a emitir uma dada resposta verbal (uma palavra), provendo estímulos reforçadores na presença da coisa para a qual o termo proferido é tomado como referente. Nesse sentido, Bloomfield (1935) aponta que a aquisição da linguagem é construída por meio dos eventos práticos que precedem o ato de fala; depois, ocorre a produção da própria fala e, por último, há os eventos práticos seguidos de ato de fala. Podemos simplificar com a seguinte sequência: temos os estímulos e as respostas aos estímulos, que serão estímulos para outras respostas.

Pensando assim, Costa (2016, p. 123) afirma que o distribucionalismo, como era chamado o estruturalismo norte-americano, pressupunha: que cada língua apresentava uma estrutura específica, pois fazia parte de uma comunidade de fala; que os níveis fonológico, morfológico e sintático evidenciavam essa estrutura; que as unidades de nível imediatamente inferior constituem a unidade seguinte; que a descrição de uma língua deve começar pelas unidades mais simples; que a posição estrutural linear da unidade linguística define a função da unidade; que, na descrição, é necessária absoluta objetividade; que o processo de combinação das unidades é guiada por leis próprias do sistema linguístico. Esses pressupostos auxiliavam os pesquisadores distribucionalistas no estudo das línguas até meados dos anos de 1950.

No entanto, em Estrutura Sintática [*Syntactic structures*], Noam Chomsky lança as bases da teoria gerativa como uma proposta diferente os distribucionalistas americanos, tanto na concepção de língua natural quanto nos pressupostos teóricos defendidos por eles. Essa teoria procura

descrever as línguas particulares e explicar abstratamente o funcionamento das formas linguísticas da linguagem.

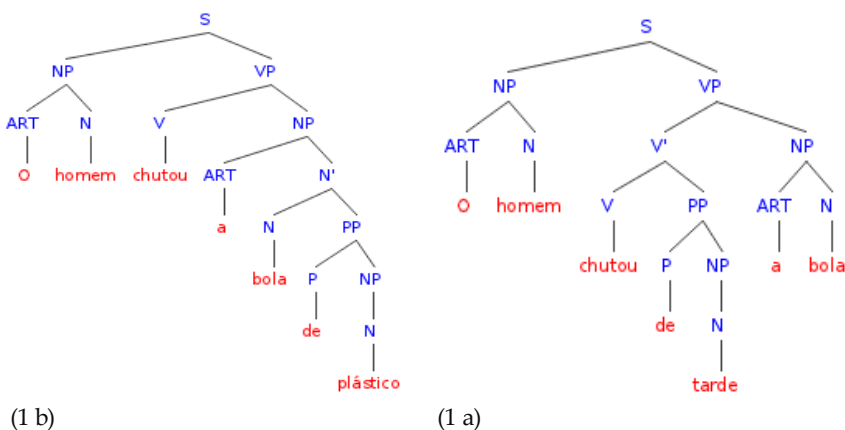
Ao contrário dos distribucionalistas, Chomsky (2015, p. 17) afirma que "[...] uma língua é um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada sentença sendo finita em extensão e construída a partir de um conjunto finito de elementos". Ele acrescenta que todas as línguas naturais são línguas nesse sentido, uma vez que cada língua apresenta um número finito de fonemas e as sentenças podem ser definidas como um conjunto desses fonemas. Essa afirmação corrobora com o fato de que as línguas apresentam uma estrutura comum entre si. Essa estrutura comum é evidenciada a partir da estrutura sintática, pois é na sintaxe que se encontram os princípios e processos que constituem as sentenças das línguas particulares. Um nível linguístico, como o fonológico ou o morfológico, é essencialmente um conjunto de recursos descritivos que estão disponíveis para a construção de uma gramática. Explicando o objeto de estudo proposto por Chomsky, Barbosa (2013, p. 21) comunica que, nessa concepção, "caberia ao linguista descrever as línguas naturais com vistas a determinar as sequências universais da língua, comuns a toda e qualquer língua".

Por esse motivo, a descrição de uma língua deve começar pela sintaxe, unidade mais abrangente no nível de análise, pois ela determina a construção de uma gramática para língua particular, ou seja, o mecanismo de produção de sentenças de determinada língua. No entanto, como determinar a gramaticalidade de uma sentença? Para Chomsky (2015), o objetivo básico da análise linguística de uma língua qualquer é separar as sentenças gramaticais das sentenças agramaticais de uma língua e estudar a estrutura das sentenças gramaticais.

Além disso, cada unidade é definida na forma estrutural hierárquica e não na estrutura linear das sentenças. Vejamos as sentenças abaixo:

(1) a) O homem chutou a bola de plástico.
    b) O homem chutou a bola de tarde.

Podemos observar que as sentenças 1a e 1b pertencem à gramática da língua portuguesa e que os sintagmas preposicionais (*prepositional phrase*–PP) “de plástico” e “de tarde” se encontram na posição linear da estrutura nas sentenças, ou seja, antes do nome (*noun*–N) “bola”. Todavia, o sintagma preposicional “de tarde” está numa posição acima, na estrutura hierárquica, uma vez que ele não pertence ao sintagma nominal (*noun phrase*–NP) encabeçado pelo item lexical “bola”, mas ao sintagma verbal (*verbal phrase*–VP) encabeçado pelo verbo “chutar”, como ilustra a figura 1.

Figura 1 – Ilustração arbórea das sentenças 1a e 1b

Fonte: Sistema Constituency Parser do Lx Center (2020).

Outro posicionamento do gerativismo, cujo cerne já se encontrava nas obras iniciais de Chomsky, é o fato de que o processo de combinação das unidades é guiado por leis universais, desconsiderando as particularidades das línguas, pois “a linguagem é um objeto natural, um componente da mente humana, representado fisicamente no cérebro e integrado ao patrimônio biológico da espécie. (CHOMSKY, 2018b, p. 1).

Para a perspectiva gerativa, o que significa dizer que a linguagem é um objeto natural, como Chomsky a definiu? Que propriedades da linguagem

são estudadas quando a consideramos um objeto natural? Que concepção de linguagem é adotada na teoria gerativa? Que conceitos estão presentes nessa teoria? No próximo tópico, apresentaremos algumas explicações que podem levar às respostas dessas perguntas.

2.3 Princípios teóricos

Quando Chomsky (2018b) diz que a linguagem é um objeto natural, ele pressupõe que "se os humanos são parte do mundo natural e não seres sobrenaturais, então a inteligência humana tem seu escopo e seus limites determinados pelo design inicial." (CHOMSKY, 2005, p. 195). Esse é um ponto fundamental na teoria gerativa, pois esta concebe inicialmente que o homem é um ser biológico e os aspectos mentais, como linguagem, pensamento, percepção, memória, etc. são objetos naturais comparados a moléculas, campo elétrico, sistema respiratório. Não podemos fazer distinção entre a linguagem e as moléculas de H2O, por exemplo, pois ambos os objetos são naturais. Nesse sentido, não se pensa que o primeiro é cultural e o segundo é natural. Os hábitos culturais são manifestações exteriores que a própria natureza do ser pode expressar. Quando olhamos um pássaro, por exemplo, um João-de-barro, vemos que essa ave é um ser natural, como outros objetos também os são. Se observarmos o ninho que eles fazem nos galhos das árvores, percebemos que o material utilizado para a construção é feito de material natural (barro e gravetos), porém não diríamos que o ninho é um objeto natural. Se escutarmos o canto desse pássaro, diríamos que o canto seria um objeto natural ou cultural? Ele aprende o canto porque escuta os outros da mesma espécie cantarem ou ele tem a competência adquirida da espécie para desempenhar o canto? O gerativismo entende que os objetos naturais são distintos dos objetos culturais. O ninho de um pássaro é um objeto "cultural", pois é construído por meio de um processo de transformação da matéria prima, mesmo

que esse ninho seja uma escavação em rocha ou em terra. Todavia, não diríamos o mesmo da capacidade de construí-lo.

Quando recorremos à linguagem numa perspectiva naturalista, diremos que ela é uma faculdade, um dos elementos da mente/cérebro dos seres humanos, uma estrutura especializada da mente/cérebro com a função de executar os processos linguísticos. A faculdade da linguagem é o estado inicial geneticamente determinado para todos os indivíduos: para Peter, Juan, John e outros seres humanos. Esse estado Inicial "determina de maneira singular o sistema computacional da linguagem, junto com uma série muito estruturada de possibilidades lexicais e algumas opções entre 'elementos gramaticais' que não apresentam conteúdo substantivo. (CHOMSKY, 2005, p. 66).

A faculdade da linguagem é um módulo da mente especificamente associado à língua, e não a outras linguagens (como a pintura, a música, a dança, etc.) e apresenta, no mínimo, dois componentes diferentes: "um 'sistema cognitivo', que armazena as informações de alguma maneira, e sistemas de desempenho, que fazem uso dessas informações para articulação e percepção, para falar sobre o mundo, fazer perguntas, contar piadas e assim por diante" (CHOMSKY, 2005, p. 210). Define-se o primeiro componente como sendo: um corpo comum de informações inatas que os sistemas de desempenho acessam, ligam-nos e os provêm de instruções; a parte da linguagem que permanece intacta; a mais básica propriedade da linguagem; uma dotação genética, chamada de estado inicial, que torna possível o desenvolvimento de qualquer língua, a Gramática Universal. O segundo componente é descrito como sendo: uma parte da linguagem que é mutável e "seletivamente imperfeita"; uma unidade totalmente determinada pelo estado inicial da linguagem; um procedimento computacional que satisfaz a propriedade básica. Destacamos que a expressão estado inicial se refere ao estado em que a linguagem está quando a criança nasce, sendo considerada uniforme em relação a toda a espécie humana.

Observando bem a distinção desses dois componentes da linguagem, vemos que tais componentes estão diretamente associados à Língua-I (interior, individual, intensional) e a Língua-E (exterior, social, extensional). A língua-I é um estado do sistema cognitivo da linguagem de um indivíduo; semelhante a maneira de falar de uma pessoa. A língua-I, por exemplo, de uma criança nos estágios iniciais de aquisição apresenta forma de falar diferente dos adultos. Se a língua-I fosse um objeto "palpável" e abríssemos para ver de que ela é composta, encontraríamos três sistemas integrados: o sistema computacional, o sistema sensório-motor e o sistema conceitual-intencional, como descrita por Chomsky e Berwick (2017, p. 20):

> (1) um sistema computacional interno que constrói expressões hierarquicamente estruturadas com interpretações sistemáticas no nível das interfaces com outros dois sistemas internos, a saber: (2) um sistema sensório-motor para a externalização como produção ou *parsing* e (3) um sistema conceitual para inferência, interpretação, planejamento e organização de ação–o que formalmente é chamado de 'pensamento'.

O sistema computacional interno mapeia um leque de itens lexicais em um par de objetos simbólicos que apresentam as características fonéticas (som) e os aspectos semânticos (significado). Considerando que S corresponde a um significado no português e que F se refere a uma cadeia de sons, S e F fornecem as informações necessárias para os sistemas de desempenho. Veremos, logo a seguir, o que são esses sistemas. Por ora, diremos que o sistema computacional executa esse mapeamento por meio de uma operação chamada de *Merge*.

A operação das expressões hierarquicamente estruturadas na Língua-I é feita por meio de *Merge*. Esse é o princípio computacional básico de todas as línguas. Conforme a ideia exposta por Chomsky (2014, p. 34 - 35), há dois tipos de *Merge* possíveis: o *Merge* que toma "duas coisas e colocá-las juntas" sem que uma altere o estado da outra. E o outro *Merge,* que toma

"uma coisa e um pedaço dela" e prende "esse pedaço na borda ou margem [*edge*] da coisa". Essa é a propriedade de deslocamento ou movimento das línguas naturais, que é encontrado em todos os lugares". O primeiro tipo é chamado de *Merge* interno e o segundo, de *Merge* externo. "*Merge* externo é usado, em essência, para fornecer as estruturas de argumentos. *Merge* interno é basicamente usado para fornecer informação relacionada ao discurso como foco, tópico, informação nova–todo tipo de coisa que se relaciona com a situação do discurso." Nesse sentido, *Merge* é uma operação computacional que toma dois objetos humanos compostos de som e significado, como (x = ler) e (y = livro), e os concatena para forma o terceiro objeto (z = ler livro) sem alterar a estrutura de nenhum desses objetos. Os objetos "ler", "livro" e "ler livro" permanecem os mesmos. Essa operação é fundamental para a produção das expressões estruturadas sintaticamente, que são interpretadas no sistema conceitual-intencional e emitidas pelo sistema sensório-motor.

Observe que *Merge* opera com os itens lexicais. Mas o que são itens lexicais na teoria gerativa? Jackendoff (2002) define o item lexical como uma unidade armazenada na memória de longo prazo do falante de extensão maior ou menor que as palavras gramaticais. Para esse autor, nem todas as palavras gramaticais são itens lexicais e a gramática universal pode ser formulada como uma coleção de itens lexicais abstratos que "semeiam" a aquisição da linguagem. Seguindo a mesma ideia de Jackendoff, Rio-Torto (2016) dispõe que a organização das estruturas dos itens lexicais tem lugar na mente do falante de modo dinâmico, uma vez ele analisa as estruturas antes de utilizá-los na formação de novas palavras. É claro que as palavras escritas são representações fixas do léxico do falante, constituindo parte do material linguístico produzido, quando expressa o pensamento com a utilização do léxico ou cada vez que ele emite uma produção da fala ou da escrita.

> O falante pode fazer a montagem do lexema em cada ato de fala. Para isso, o falante recorre aos mecanismos paradigmáticos, às

> bases e aos operadores afixais disponíveis para formar nomes deverbais de 'ação'. Escolhe a base que encerra o significado conceptual que pretende exprimir e para essa base escolhe o afixo que obedece aos constrangimentos que a base e o padrão derivacional impõem (RIO-TORTO, 2016, p. 81).

Além dessas características, Kenedy (2013) expressa que o léxico é o componente inicial do processamento computacional da linguagem que contém a forma fonética (π) e a forma lógica (λ), ou seja, no léxico, encontram-se armazenadas todas as informações relacionadas à emissão de som e ao significado, que devem ser mescladas no espaço derivacional. Ele tem a função de fornecer à sintaxe os itens lexicais com os quais o sistema computacional gera as sentenças da língua.

Resumindo o que foi dito acima, o léxico, numa perspectiva cognitiva da linguagem, possui instâncias de interface com a memória de longo prazo, com os sistemas conceitual e articulatório e com o sistema computacional; é nele que a língua-I e os demais sistemas cognitivos e as contingências da língua-E se entrecruzam. Como menciona Kenedy, (2013), o léxico existe na cognição individual e reflete as relações conceituais e morfossintáticas, derivando de convenções socioculturais e históricas. Os valores conceituais de uma língua são codificados no léxico de seus falantes.

Nesse sentido, a faculdade da linguagem assume a forma de uma Língua-I completa e se integra num sistema de desempenho que executa um papel na articulação, na interpretação e na expressão de crenças e desejos, referindo, contando histórias e assim por diante. (CHOMSKY, 2005). Ela assume essa forma, uma vez que cada falante a utiliza no desempenho da língua-I.

Os sistemas de desempenho estão associados à Língua-E (exterior, extensional) e se apresentam em dois tipos distintos: o sistema sensório-motor e o sistema conceitual-intencional. Uma expressão linguística é gerada por meio desses dois níveis de interfaces: "uma que fornece informação e instrução para os sistemas articulatório-perceptivos e outra para os sistemas

conceitual-intencionais". (CHOMSKY, 2005, p. 67). O primeiro fornece as instruções para a externalização da língua que são caracterizadas como a representação fonética (forma fonética–FF), ou seja, é responsável pelo controle da produção e da recepção dos sons na fala e dos sinais visuais nas línguas vísuo-espaciais. O segundo fornece informações para os processos mentais e são caracterizados como a representação lógica (forma lógica–FL), ou seja, é responsável pelas crenças, desejos, conceitos, lógica.

Se observarmos os conceitos de Língua-I e de Língua-E com mais detalhes, perguntaremos: o que há de comum entre um falante do português e um falante do mandarim? Diríamos que é o fato de ambos compartilharem a única estrutura virtual dos seres humanos, que é o estado inicial da faculdade da linguagem. No entanto, o que os diferencia são os sistemas de desempenho que eles adquiriram e aplicariam a casos específicos no uso da língua-E.

Parafraseando Chomsky (2005), quando perscrutamos as propriedades fonéticas das Línguas-E, encontramos uma textura rica de elementos sonoros puramente internalista e evidências para as relações fonéticas entre as línguas. Uma grande parte dessa estrutura fonética deriva de nossa natureza interior, determinada pelo estado inicial de nossa faculdade de linguagem, por isso, não apreendida e universal para as Línguas-I. Como diz Chomsky (2005, p.79), "Algumas propriedades da expressão são universais, outras são particulares da linguagem." Nesse sentido, as propriedades fonéticas do português, no nível da interface articulatório-perceptual, apresentam muitas semelhanças com outras línguas, porque, dos sistemas de desempenho, a representação no nível da interface na forma fonética impõe condições estruturais sobre o uso, ou seja, sobre a articulação e a percepção.

Embora a capacidade de controlar o trato vocal para a fala pareça ser uma propriedade especificamente humana, isso não é considerado determinante na produção da linguagem, uma vez que a produção da linguagem humana não dependente da modalidade de externalização,

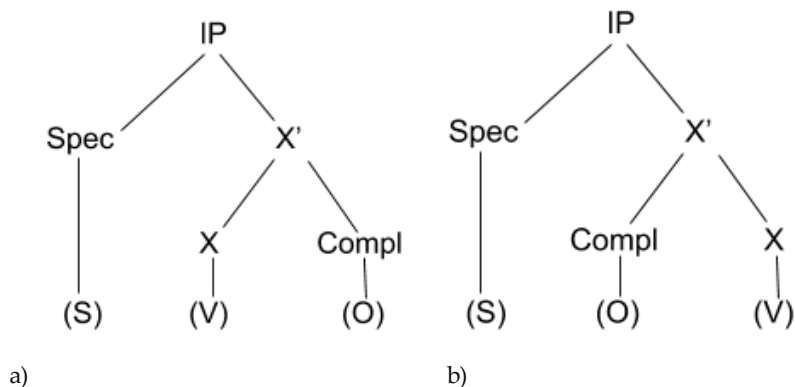
o que as línguas de sinais deixam bem claro. A externalização, então, é um processo auxiliar e suas propriedades, um reflexo do sistema sensório-motor. Conforme Chomsky (2018a, p. 43), "[...] o processamento é um aspecto periférico da linguagem e que usos específicos da linguagem que dependem da externalização, entre eles a comunicação, são ainda mais periféricos, contrariamente ao dogma virtual que não tem nenhum embasamento sério."

Esses conceitos nos levam a compreender melhor o que a teoria gerativa demonstra sobre os princípios e os parâmetros da linguagem. Os princípios da linguagem são fixos e inatos ao ser humano e os parâmetros são as variações restritas aos sistemas de desempenho. Segundo Chomsky (2014), inicialmente, a teoria gerativa sustentava que um parâmetro era uma opção disponível em um princípio linguístico, uma "regra" universal. No entanto, nas discussões mais recentes da teoria, o parâmetro se apresenta como duas formas distintas, a saber: as categorias funcionais e os micro-parâmetros.

Um dos principais exemplos dos parâmetros de categorias funcionais é o parâmetro sobre a ordenação entre o núcleo, o especificador e os complementos que, geralmente, levam as línguas a escolherem um parâmetro de ordenação para as categorias de sujeito (S), verbo (V) e objeto (O). O português, o francês e o inglês escolhem, para essas categorias, que o núcleo do *Inflectional phrase* (IP) precede o complemento (Compl.) e o especificador (Spec.) precede o núcleo (V). Diferentemente dessas línguas, o alemão ordena essas categorias de forma inversa, de modo que o objeto (O) antecede o verbo (V) e o sujeito (S) antecede o objeto.

A figura 2 ilustra a diferença desses dois parâmetros.

Figura 2 – Ilustração do parâmetro da ordem nas categorias de sujeito, de verbo e de objeto no francês e no alemão, respectivamente

a) b)

Fonte: Adaptação de Raposo (1993).

Para Raposo (1993), numa língua em que o valor do parâmetro é [X + Compl], como o francês, a ordem canônica é VO, como ilustra a figura em 2a; numa língua em que o valor do parâmetro é [Compl + X], como o alemão, a ordem canônica é OV, como ilustra a figura em 2b. Percebe-se aí que, quando o verbo fica em posição final, o complemento e o especificador aparecem à sua esquerda ou o objeto direto pode aparecer à sua direita. No entanto, quando o verbo fica no meio, o objeto direto pode aparecer à sua esquerda.

Essas distinções na ordem das categorias funcionais apontam para o fato de que as diferenças paramétricas entre as línguas são, na verdade, diferentes formas que a faculdade da linguagem tem disponíveis para preencher os *outputs* estabelecidos pelos sistemas de desempenho, pelas Línguas-E, com os quais ela "interage" mediante as interfaces sensório-motora e conceitual-intencional. Presume-se também que as diferenças paramétricas estejam alojadas nas palavras funcionais, ao invés de nos princípios em si mesmos, como era sugerido na abordagem inicial, conforme afirma Chomsky (2014).

Os micro-parâmetros identificam as unidades mínimas de variação paramétrica nos itens lexicais. Kayne (2005, p. 4) afirma que uma ideia generalizada sobre os parâmetros sintáticos foi a de que eles estão limitados a serem características/propriedades de elementos funcionais, em vez de serem características de elementos lexicais. Porém, como os elementos funcionais fazem parte do léxico, essa limitação significa dizer que os parâmetros sintáticos são necessariamente características ou propriedades dos elementos do léxico. Essa ideia apresentada por Kayne "veio a ser casada também com a ideia de que todas as diferenças paramétricas estão localizadas no 'léxico'" (CHOMSKY, 2014, p. 402).

Como vimos, os parâmetros dizem respeito às propriedades específicas das línguas e os princípios são propriedades universais presentes nas línguas. Uma dessas propriedades no nível sintático é que os sintagmas X tem X como núcleo, ou seja, o NP (*Noun Phrase*) tem um N como seu núcleo; em outras palavras, cada categoria sintagmática é projetada por seu núcleo. Disso resulta o seguinte princípio: todo sintagma é a projeção de seu núcleo. Com base nesse princípio, dizemos que a estruturação hierárquica dos constituintes é basicamente a mesma para todos os sintagmas. Mais precisamente, os núcleos N, V, A ou P admitem modificadores e complementos que ocorrem na mesma ordem para todas as categorias. Em português, todos os modificadores ocorrem em princípio à esquerda do núcleo e os complementos, à direita do núcleo.

Trazendo a ideia dos princípios para o nível fonológico, dizemos que o número de segmentos que podem ser associados a determinado constituinte silábico e a ordem em que tais segmentos ocorrem são definidos pelas restrições dos princípios de sonoridade, da distância mínima e do máximo *onset*.

Para Silva (2014, p.207), o princípio da sonoridade é "uma gradação referente ao grau de abertura do trato vocal durante a produção dos sons e da quantidade de energia produzida durante a produção de um som". Tal princípio expressa a tendência de que os segmentos mais sonoros ficam

mais próximos do núcleo silábico e os menos sonoros ocupam as posições periféricas. Em português, as líquidas são mais sonoras que as nasais e que as obstruintes e, por isso, elas estão mais próximas do núcleo num ataque complexo e na coda complexa.

A posição periférica é ocupada pelas consoantes líquidas, nasais e obstruintes. O português apresenta uma distância mínima menor que a líquida ou igual a ela para a segunda consoante do ataque complexo. Na sequência de segmentos /pl/, como na palavra "placa", há um aumento de sonoridade que sai da obstruinte /p/ para a líquida /l/. Todavia, quando a realização da sequência é, por exemplo, /pn/, como na palavra "pneu", em que a sonoridade aumenta de uma obstruinte para uma nasal, há a inserção de uma vogal entre as duas consoantes – [pinew] ou [penew]. Esse princípio explica a realização da epêntese e a formação do ataque e da coda complexos em português. (CARVALHO, 2016).

O princípio do máximo *onset* diz que uma sílaba espelha a coda no nível de sonoridade, pois enquanto o primeiro cresce em sonoridade, o segundo decresce, ou seja, o nível de sonoridade do onset vai das obstruintes às líquidas e o nível da coda vai das líquidas às obstruintes. A sílaba /t◎aNs/ na palavra "transporte", por exemplo, exemplifica muito bem esse princípio, pois o nível de sonoridade aumenta da obstruinte /t/ para líquida /◎/ e depois para a vogal /a/ e diminui da vogal /a/ para a nasal /n/ e depois para a obstruinte /s/.

No próximo tópico, veremos os processos metodológicos que são utilizados na pesquisa gerativa, bem como as técnicas e os procedimentos aplicados pela teoria para obtenção de resultados.

2.4 Metodologia para a pesquisa

Os métodos de uma ciência se caracterizam pela constituição de um conjunto das etapas que o pesquisador deve seguir na realização de uma pesquisa. Os objetos de investigação determinam o tipo de método a ser

empregado. No entanto, as técnicas que compõe o método podem ser distintas. Quando pensamos a linguagem como o objeto de investigação do linguista, percebemos que existem diferentes aplicações dos métodos e das técnicas empregados por ele na realização da pesquisa. Apontaremos aqui o método na teoria distribucionalista e detalharemos o método na teoria gerativa.

Os pressupostos teóricos dos distribucionalistas, que apresentamos no início deste capítulo, guiavam os processos metodológicos da pesquisa na seguinte direção: (1) era necessária a constituição de um *corpus* mais variado possível de ocorrências linguísticas da comunidade de falantes da língua; (2) a partir do *corpus*, elaborava-se um inventário que permitisse identificar as unidades elementares de cada nível; (3) depois, verificavam-se as leis combinatórias dos elementos linguísticos em cada nível. Esse método de pesquisa é conhecido como método indutivo, no qual o linguista parte das observações e dos experimentos para fazer generalizações sobre os fatos linguísticos, ou seja, o linguista passa dos fatos particulares observados na língua para aplicar a todos os fatos da mesma espécie. O que se constata da amostra no *corpus*, ele estende a toda a população de casos da mesma espécie na língua.

A técnica de análise que eles utilizavam era chamada de análise de constituintes imediatos. Essa técnica consiste em decompor o *corpus* em unidades significativas, em frases; depois, a frase segmentada em constituintes, chamados de sintagmas; em seguida, o sintagma é dividido em palavras; por último, a palavra era separada em morfemas e fonemas. Nesse sentido, os distribucionalistas eram indutivistas na metodologia de investigação e, na prática científica, eram descritivistas.

No entanto, para compreendermos o processo metodológico da teoria gerativa, devemos olhar os objetivos dessa teoria. Como apresentamos acima, a noção de língua está associada ao estado inicial da faculdade da linguagem e aos resultados do desenvolvimento desse estado inicial, pelo contato com um determinado ambiente linguístico do falante. Nesse

sentido, a teoria gerativa tem dois objetivos fundamentais: (1) descrever o conhecimento do falante da língua em particular, por exemplo, o português (ou a língua de sinais brasileira); (2) explicar os processos mentais do falante ideal que sai do estágio inicial do conhecimento linguístico inato até o conhecimento pleno da língua.

Tendo em vista esses dois objetivos, veremos o método científico utilizado e as técnicas empregadas na teoria gerativa.

2.4.1 Método científico empregado no gerativismo

O gerativista utiliza o método dedutivo (hipotético-dedutivo). Esse método considera que a pesquisa científica é uma livre criação de hipótese e que a descoberta científica é resultado da construção da hipótese. Pensando assim, a pesquisa em linguística gerativa segue as seguintes etapas: (1) "formula-se uma hipótese, uma conjectura acerca do objeto, sob a forma de lei geral;" (2) "procura-se tirar conclusões por meio de deduções lógicas, ou seja, faz a dedução das consequências da lei;" depois, (3) compara-se "essas consequências entre si e com o que é observado, a fim de se verificar a adequação da hipótese proposta." (LOBATO, 1986, p. 79). Essa autora afirma também que o gerativista e o distribucionalista se diferenciam pelo fato de o método dedutivo permitir a introdução de hipóteses na teoria e a aceitação do uso da intuição na análise científica. Por um lado, os estruturalistas americanos não aceitavam a construção das hipóteses nas pesquisas, pois, para eles, o linguista não deveria questionar os dados linguísticos, mas apenas descrevê-los sem fazer qualquer indagação. Por outro lado, com a utilização do método hipotético-dedutivo, a linguística propõe conjecturas sobre a linguagem e as línguas. Ao invés de limitar a descrição dos dados de um *corpus*, como faziam os distribucionalistas, o linguista gerativista propõe hipóteses as quais devem ser testadas e postas em confronto com os dados observados nas línguas. Essa característica da pesquisa gerativista privilegia dois aspectos atribuidores de cientificidade

da linguística: o primeiro é "o carácter explicativo (quando afirma que a linguística faz 'predições')" e o segundo é "o carácter empírico (quando diz que essas predições são 'empiricamente testáveis')" (LOBATO, 1986, p. 80).

Essas duas características estão diretamente relacionadas aos objetivos propostos pela teoria, como apresentamos acima. O gerativista utiliza a descrição das línguas, que constitui a habilidade de fazer com que o outro veja mentalmente aquilo que o pesquisador observou em campo. Essa descrição deve ser suficientemente precisa para que o leitor visualize o que o linguista observou em sua pesquisa. Nesse sentido, ela pode ser um passo metodológico utilizado pelo linguista e pode ser uma técnica da pesquisa, de modo que outro pesquisador possa replicá-la, aplicando o mesmo método. A demonstração das descrições linguísticas é feita por meio das árvores sintáticas ou dos diagramas arbóreos.

Além da descrição, o linguista gerativista procura explicar o conjunto de propriedades genéticas, inatas e universais presentes na gramática universal (GU), ou seja, procura explicar como há diversidade de línguas se somos dotados por um único aparato genético. A explicação é feita por meio das noções de princípios e parâmetros. A faculdade da linguagem é construída por leis gerais que servem para todas as línguas naturais. Um fenômeno que viola os princípios gerais não é tolerado em nenhuma língua particular. Talvez isso ocorra devido à forma como a mente/cérebro da espécie humana funciona. É tarefa do gerativista explicar como os processos, as estruturas linguísticas acontecem na mente do falante.

2.4.2 Técnicas científicas utilizadas no gerativismo

As técnicas de coleta de dados e os procedimentos operacionais que servem de mediação prática em pesquisa gerativa constituem elementos precípuos. Eles são instrumentos que auxiliam o pesquisador na provação ou não de sua hipótese. Abaixo, apresentaremos três principais técnicas utilizadas na pesquisa gerativa.

Mencionaremos, em primeiro lugar, que a base empírica para a construção da gramática de uma língua é a introspecção acerca das entidades linguísticas, ou seja, os juízos de gramaticalidade e aceitabilidade da língua feitos pelos pesquisadores. Essa afirmação pressupõe que o pesquisador é falante plenamente competente da língua e que a sua competência é idêntica à dos demais falantes.

Outra fonte muito importante é a documentação sobre a língua ou os *corpora* de textos. Os *corpora* são registros e a sistematizações dos dados, informações organizadas em condições de serem analisadas pelo pesquisador. No contexto de realização de uma pesquisa gerativa, a documentação é uma técnica de identificação, levantamento e exploração de documentos-fonte do objeto pesquisado e registro do uso pelo falante. As entidades linguísticas que se encontram nos *corpora* ajudam a sugerir informações sobre a língua que escapam ao escrutínio mental do pesquisador.

Além dessas, podemos mencionar a entrevista *in loco*. Com a aplicação dessa técnica, o linguista gerativista colhe as informações de um determinado fenômeno linguístico diretamente dos falantes da língua. Com a utilização dessa técnica, o linguista procura compreender o que os falantes pensam, sabem, representam sobre o conhecimento linguístico da língua que eles falam. Para isso, ele pode utilizar uma entrevista não diretiva ou a entrevista estruturada. Na primeira, o linguista colhe as informações dos falantes a partir do discurso livre, deixando-os muito à vontade para expressar seus conhecimentos sobre as representações linguísticas; na segunda, o linguista direciona as perguntas com questões diretivas, de modo a obter os resultados esperados pela pesquisa.

No próximo tópico, apresentaremos um recorte de pesquisa que auxilia o leitor na compreensão e na prática científica desta teoria.

2.5 Recorte de uma pesquisa

Vimos, no tópico anterior, que as hipóteses são conjecturas acerca do objeto, sob a forma de lei geral. Quando definimos a hipótese de nosso trabalho, temos de avaliá-la conforme a coerência interna, consistente das noções usadas e a utilidade das hipóteses na análise das estruturas da língua, como menciona Perini (2019). Antes de sugerirmos uma hipótese, vejamos uma sentença explicada por esse autor.

(2) Os passarinhos atacaram a cobra.

Observamos na frase (2) alguns aspectos formais: (a) o constituinte "os passarinhos" aparece em primeiro lugar, antes do verbo; (b) o constituinte "a cobra" aparece depois do verbo; (c) o verbo concorda em número e pessoa com o constituinte que o antecede. Esses elementos definem as funções sintáticas dos sintagmas. O verbo concorda com o constituinte que o antecede, o qual é chamado de sujeito da sentença e os constituintes que vêm depois do verbo são os objetos.

Para esse recorte de pesquisa em linguística gerativa, levantemos a seguinte hipótese: O processamento computacional dos sujeitos das sentenças em português opera com deslocamento à direita do verbo para atender a filtro de caso nominativo.

Para explicarmos como esse processamento computacional ocorre nas sentenças do português, traremos uma explicação apresentada por Kenedy (2015, p. 20-23).

Ao descrever as operações formais que geram as estruturas sintáticas na língua portuguesa, por exemplo, devemos entender que as frases que produzimos e compreendemos quando usamos a linguagem são, na verdade, o resultado de um processo computacional. Os gerativistas entendem que a sintaxe de uma língua não funciona naquilo que ouvimos ou escrevemos na superfície de uma dada frase. Eles procuram reconstruir cada operação sintática do processo que lhe deu origem. O conjunto das computações que geram uma frase é chamado de derivação e os sintagmas e as frases que

resultam das operações sintáticas denominam-se representação. Vejamos o exemplo 3 abaixo.

(3) a. Maria parece gostar de sintaxe.
b. *Parece Maria gostar de sintaxe.

Comparando-se as sentenças (3a) e (3b), observamos que a representação da sentença (3a) é agramatical, pois o sintagma [Maria] é pleno, isto é, possui matriz fonética (não é nulo nem oculto) e está posicionado como sujeito de [gostar], que é verbo na forma infinita. Sabemos que os verbos na forma infinita não conseguem licenciar sujeito. Nesse sentido, ocorre que, nessa frase, existe uma posição sintática livre que licencia uma expressão nominal que atribui a função de sujeito ao verbo flexionado [parece] durante a derivação dessa frase. Isso acontece devido ao sistema computacional que preserva o Filtro de Caso nominativo na operação sintática de deslocamento do constituinte [Maria] para essa posição, antes do verbo [parece]. Podemos ver essa operação na sentença (4).

(4) [Maria [parece [~~Maria~~ [gostar [de [sintaxe]]]]]]

Observe em (4) que ocorrem o movimento do sujeito da frase [Maria] para uma posição licenciada e o apagamento fonético na posição não licenciada (forma tachada). São operações como essas que tornam as sentenças gramaticais na língua.

Esse exemplo ilustra, de forma simples, a maneira pela qual se postula a existência de operações formais que são necessárias e suficientes para gerar estruturas gramaticais na língua portuguesa. Após o levantamento da hipótese, o geratívista utiliza uma das técnicas mencionadas para aquisição das informações necessárias à pesquisa. Aos poucos, ele observará que uma operação formal advogada pelo pesquisador em sintaxe geral servirá para uma vasta gama de fenômenos linguísticos. Como nós vimos, as regras de movimento são apenas um exemplo de computação no sistema

formal das línguas. Elas se aplicam não só em relação ao licenciamento de sintagmas com Filtro de Caso, mas também em outros fenômenos, como o elemento QU-. Em línguas como o português, elementos QU- são tipicamente deslocados para periferias à esquerda nas frases interrogativas.

2.6 Considerações finais

Os pontos que abordamos sobre a teoria gerativa, neste capítulo, não são suficientes para compreendê-la plenamente, mas vislumbram alguns conceitos necessários à pesquisa em linguística. Se a linguagem for realmente (e parece que é) um órgão da mente/cérebro, então, acreditamos que essa teoria elucida alguns problemas científicos referentes à linguagem e apresenta um caminho de investigação que explica o processamento computacional dos fenômenos linguísticos e a relação da linguagem com outros órgãos da mente/cérebro.

No entanto, consideramos que alguns conceitos operacionais da teoria ficaram de fora ou em stand by para outros capítulos, como as noções de c-comando, s-seleção, c-seleção, projeção sintática, formação de constituintes, espaço derivacional, numeração, SPELL-OUT, etc., as quais são fundamentais para uma compreensão técnica dos processamento computacional das línguas. Outros conceitos aqui apresentados exigiriam maior aprofundamento e exemplificação, como a definição de sistema computacional, sistemas de desempenho, estado inicial da linguagem, que contribuem os conceitos basilares da teoria gerativa.

Todavia, procuramos apresentar o surgimento da teoria gerativa, de modo que o leitor percebesse a importância dela para os estudos da cognição humana e descobrisse a diferença entre o gerativismo e o distribucionalismo. Depois, mostramos os principais conceitos que julgamos necessários à compreensão geral da teoria. Acreditamos que o fulcro da teoria gerativa foi exposto ao pesquisador que pretende iniciar seus estudos no gerativismo, ou seja, diríamos que o tópico sobre princípios teóricos apresentou,

mesmo que de forma geral, as cláusulas *sine qua non* do gerativismo. Com aquelas informações iniciais, o pesquisador foi introduzido às principais noções da teoria gerativa, aos métodos científicos utilizados, às técnicas aplicadas pela teoria para obtenção de resultados e a um pequeno recorte de pesquisa, cujo escopo o investigador poderá ampliar e desenvolver uma pesquisa sobre o movimento de constituintes no português.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Roberto Alves. **Linguística**: outra introdução. Mossoró: Queima Bucha, 2013. 88 p.

BLOOMFIELD, Leonardo. The use of language. *In:* BLOOMFIELD, Leonardo. **Language**. Londres: George Allen e Unwin, 1935. cap. 2. p. 21-41.

CARVALHO, Cid Ivan da Costa. **Transdutor de estados finitos para conversão de grafema para a pronúncia da variedade linguística potiguar**. 2016. 160 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CHOMSKY, Noam. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da Mente**. São Paulo: Unesp, 2005. 343 p.

CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente**. São Paulo: Unesp, 2009. 344 p.

CHOMSKY, Noam. **Ciência da linguagem**: conversas com James McGilvray. São Paulo: Unesp, 2014, p. 25-40, 399-403.

CHOMSKY, Noam. **Estrutura sintática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CHOMSKY, Noam. **Que tipo de criatura somos nós?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018a. 175 p.

CHOMSKY, Noam. **Sobre natureza e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2018b. 243 p.

CHOMSKY, Noam; BERWICK, Robert C. **Por que apenas nós?**: linguagem e evolução. São Paulo: Unesp, 2017.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. *In:* MARTELOTTA, Mário Eduardo. (org.). **Manual de Linguística.** São Paulo: Contexto, 2016, p. 123-126.

JACKENDOFF, Ray. Lexical storage versus online construction. *In*: JACKENDOFF, Ray. **Foundations of language**: brain, meaning, grammar, evolution. Oxford: Oxford University Press, 2002. cap. 6. p. 152-155.

KAYNE, Richard S. Some notes on comparative syntax, with special reference to english and french. *In:* CINQUE, Guglielmo; KAYNE, Richard S. **The Oxford handbook of comparative syntax**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 3-69.

KENEDY, Eduardo. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013.

KENEDY, Eduardo. Sintaxe gerativa. *In:* OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo. **Sintaxe, sintaxes**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2015. Cap. 2. p. 11-26.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. **Sintaxe gerativa do português**: da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte: Vigília, 1986. 274 p.

McGILVRAY, James. Introdução. *In:* CHOMSKY, N. **Ciência da linguagem**: conversas com James McGilvray. São Paulo: Unesp, 2014, p. 11-21.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. **Novo manual de morfossintaxe**. São Paulo: Contexto, 2016. 269 p.

PERINI, Mário Alberto. **Sintaxe**. São Paulo: Parábola, 2019.

RAPOSO, Eduardo P. Categorias funcionais na gramática gerativa. **Delta**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.237-274, jun. 1993.

RIO-TORTO, Graça *et al*. **Gramática derivacional do português**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. 571 p. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0864-8. Acesso em: 21 set. 2019.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

3 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

Wellington Vieira Mendes
José Roberto Alves Barbosa

3.1 Considerações iniciais

Com a publicação, em 2008, de *The End of Theory: The Data Deluge Makes the Scientific Method Obsolete*, Chris Anderson realizou a provocação que faltava (embora já aguardada e idealizada por meia dúzia de agentes afetivos) nestes tempos de Inteligência Artificial e de artificialidades da inteligência. Na Revista *Wired*, para além da provocação do título, o editor-chefe sentenciou a obsolescência da abordagem científica baseada nos modelos e em suas dependentes/consequentes hipóteses e testes. Diante da magnífica e infinita quantidade de dados armazenados/processados em servidores eletrônicos do mundo todo (e na nuvem, por uma melhor especificação), a eficiência das máquinas em processar correlações – e não causalidades – põe à prova a teoria e faz ruir o edifício dos modelos mais abstratos já imaginados para explicar desde a composição do Universo

até as relações de valência verbal. A clava de Anderson é impiedosa: fora com toda teoria do comportamento humano, da linguística à sociologia, esqueça a taxonomia, a ontologia e a psicologia.

Na continuação do texto, ele vai defender que a descrição pura e simples, mas baseada em dados gigantescos (medida e rastreada com fidelidade sem precedentes – no seu dizer), é o substituto apropriado para questões como "por que as pessoas fazem o que fazem". A retórica em torno da defesa da importância dos dados não deve diminuir a inquietude do espírito humano – é possível que qualquer um de nós, inclusive o leitor deste texto, já se tenha irritado com respostas do tipo "é assim porque é"! Saber o porquê de as coisas serem como são continua em voga!

A referência ao texto da *Wired* se coloca neste capítulo para contrabalancear o papel que as abordagens linguísticas podem ter na relação com a capacidade de processamento eletrônico de dados massivos. No cenário atual, por exemplo, o conhecido potencial dos aplicativos de tradução no sequenciamento sintático-semântico "com fidelidade sem precedentes" pode esbarrar na incapacidade de significar em contextos específicos (remetemos o leitor ao princípio formalista da clareza máxima, da generalidade máxima), fazendo repercutir sua importância para uma vida objetiva, mas sem nada poder fazer pela subjetividade da pessoa.

Qual o real papel dos dados na ciência? Seguramente, os dados não são uma prova positivista a comprovar ou a refutar uma hipótese – essa ciência já não existe e/ou dela o que muito se aproveita é traduzido nas conspirações que recuperam uma noção de terra plana (com minúsculas mesmo!) e de teocentrismo.

O fato é que todas essas divergências e convergências, que todas essas representações e incursões, que todas as interações e até mesmo o algoritmo empregado no processamento ou na construção de uma interface virtual somente se configura por meio da língua/linguagem. Sem ela, os dados e suas descrições subsequentes não seriam possíveis porque não existiriam no sentido mais ontológico e/ou não esboçariam necessidade pragmática.

Ora, se a linguagem é "um dos 'meios' mediante o qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura" (HALL, 2016, p. 18), as nossas representações no plano da realização de escolhas lexicogramaticais e semântico-discursivas (materializadas em textos) deixam rastros dos contextos mais amplos e mais restritos, das ideologias, da natureza das relações e dos movimentos desenvolvidos nos trajetos de interação entre os sujeitos que constroem a realidade por meio da língua/linguagem, não apenas como possibilidade do sistema (passível de descrição pormenorizada por meio de inteligência artificial), mas como necessidade humana ancestral e presente.

Este capítulo[1], portanto, é uma tentativa de dar algum sentido à discussão a respeito de perspectivas linguísticas baseadas em dados, com atenção às causalidades e às correlações, entendendo que as descrições favorecem cada vez mais a compreensão/reflexão acerca das razões de certos usos constituírem o que constituem e de como essa apreensão pode favorecer práticas sociais de significação e de dar sentidos a essas mesmas práticas.

As situações de uso da língua configuram *per se* o objeto principal de qualquer análise funcionalista. Para nós que assistimos ao perigeu do empreendimento gerativo (cujo expoente principal foi Noam Chomsky), a possibilidade de compreensão dos diversos fenômenos da linguagem pela perspectiva do funcionalismo linguístico se revela como oportunidade necessária para a proposição de pesquisas ocupadas do uso, da mudança e da variação, entendendo tais mecanismos como constitutivos das línguas naturais e da cultura em que se inscrevem e constroem.

---

1 Constitui uma recomposição das ideias discutidas em dois artigos: (i) MENDES, W. V. A perspectiva sistêmico-complexa na relação com os estudos da linguagem: experiência com textos acadêmicos. **Diálogo das Letras**, v. 7, n. 1, p. 21-40, jan./abril, 2018; (ii) MENDES, W. V.; SOUZA, M. M. Linguística Sistêmico-Funcional: contextos, usos e significados. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, v. 8, n. 2, p. 603-619, jul./dez 2019.

Como entendemos o funcionalismo em linguística como abordagem ou perspectiva – e não como um paradigma encapsulado –, vamos atentar de modo mais específico para os conceitos propostos pela Linguística Sistêmico-Funcional (LSF).

A estrutura de coerência do capítulo se apresenta sob a sequência que apresenta a origem do modelo, passando pelos princípios teóricos mais gerais, a fim de indicar a trajetória metodológica que (re)cria esses mesmos princípios epistemológicos, já que a teoria aqui é entendida como uma elaboração permanentemente afetada e moldada pelo uso linguístico. Logo em seguida, apresentamos um exemplo de interpretação/análise construída a partir da perspectiva do funcionalismo linguístico e retomamos as concepções mais salientes nas considerações finais.

3.2 Surgimento da teoria

As teorias de orientação funcionalista podem ser tidas no momento presente de nosso conhecimento como perspectivas surgidas a partir da desconsideração feita às orientações de base formalista. Todavia, não deve derivar de tal noção a ideia de que o empreendimento funcionalista é algo novo, advindo de uma espécie de "cisma" que convergiu para o surgimento de um paradigma absolutamente recente.

O paradigma funcionalista deve ser visto, pois, como um tipo de conexão com concepções presentes antes mesmo daquelas trazidas por Saussure. Os fenômenos linguísticos do final do século XIX, notadamente estudados sob enfoque sincrônico e diacrônico por Whitney, von der Gabelentz e Hermann Paul impuseram a percepção, a orientação epistêmica de que esses fenômenos devem ser estudados a partir de imperativos de natureza psicológica, cognitiva e funcional.

A ideia de um "novo" paradigma já podia ser encontrada também na Escola de Praga, destacando-se especificamente o Roman Jakobson, cuja ampliação do conceito de função da linguagem incluiu os participantes

da interação. Mas a visão funcionalista ganha destaque na tradição antropológica americana, a partir dos trabalhos de Sapir e Whorf. É também nos Estados Unidos que muitas escolas de corrente funcional vão surgir, tendo como referência Givón, Thompson, Chafe, Hopper – na Califórnia; Lakoff e Langacker – em Berkeley.

No Brasil (e, de modo mais pontual, na Região Nordeste), os pesquisadores das universidades públicas concentraram atenção ao modelo norte-americano, tendo Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 22) apontado como o paradigma funcionalista compreende a noção de gramática na realização das línguas:

> A gramática das línguas naturais se molda a partir das regularidades observadas no uso interativo da língua, as quais são explicadas, por sua vez, com base nas condições discursivas em que se verifica a interação sócio-comunicativa. A gramática é, pois, vista como um sistema flexível, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetado pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia.

Desse registro, fica explicitada a noção de sistema, que, embora não seja tão fortemente difundida na linguística funcional norte-americana, é a concepção basilar da teoria sistêmico-funcional, nomeadamente Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Nos anos de 1960, essa perspectiva teórica foi postulada por Michael Alexander Kirkwood Halliday, para quem a linguagem é proposta a partir de um sistema social e cultural, o que implica, necessariamente, interpretá-la dentro de um contexto sociocultural em que tal processo se realiza.

O modelo de Halliday se desenvolve com bases da antropologia e da linguística e toma por base a noção de operar escolhas na envolvência de outras escolhas, expandido os princípios a outras abordagens teórico-metodológicas como Potencial de Estrutura Genérica (HASAN, 1989), Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 1992, 1993), Gramática do

Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996), Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), entre outras.

3.3 Princípios teóricos

Na concepção hallidayana, a linguagem é proposta como um sistema social ou cultural, o que implica, necessariamente, interpretá-la dentro de um contexto sociocultural em que tal processo se realiza. Dito de outro modo, a linguagem pode ser entendida como uma manifestação semiótica, já que, no dizer de Halliday (1994), ela se constitui como uma forma de representação da experiência humana, quer seja na "realidade" presente/percebida no meio físico ou concreto, quer seja na "realidade" idealizada/fabricada em nosso interior, num plano mais abstrato.

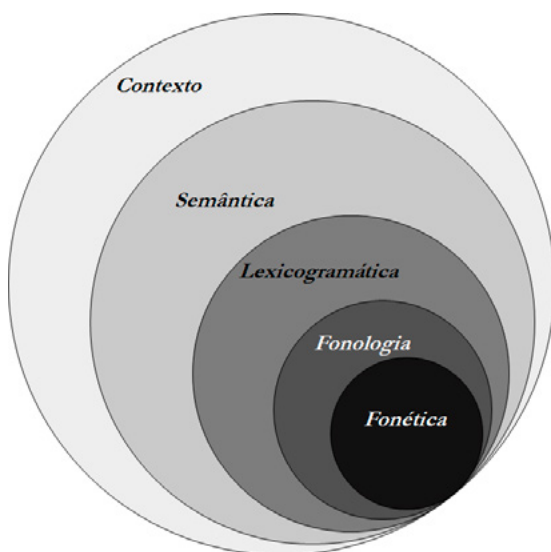
A abordagem se classifica como sistêmica porque compreende a língua como redes de sistemas linguísticos, em cuja interconexidade configuram-se as possibilidades de significar e atuar no mundo. Dessa condição, deriva sua natureza funcional, já que os significados é que explicam as escolhas mobilizadas na estrutura gramatical.

Nessa corrente de pensamento, a linguagem pode ser entendida como uma manifestação sócio-semiótica porque, no dizer de Halliday e Martin (1993), constitui-se como uma forma de representação da experiência humana quer seja na "realidade" presente/percebida no meio físico ou concreto, quer seja na "realidade" idealizada/construída em nossa mente, num plano mais abstrato, e todos os usos têm relação com as necessidades próprias de nossa relação com a comunidade. Desse entendimento mais amplo, deriva a noção das metafunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual. Halliday (1994) é quem explica que tais metafunções apresentam o sentido próprio da teoria da LSF: todo texto é multidimensional e, portanto, realiza mais de um significado simultaneamente.

Uma boa maneira de compreender a linguagem pela formulação da LSF é admitir que os significados se realizam a partir de uma concepção

metafuncional e estratificada, em que os sentidos interpessoais, ideacionais e textuais ocorrem simultaneamente para a construção dos significados no texto e em que, ao mesmo tempo, as escolhas em um estrato projetam construções no estrato seguinte. As escolhas no estrato grafofonológico são a realização das escolhas do estrato léxico-gramatical. Estas, por seu turno, estão realizando escolhas no estrato semântico-discursivo, sendo que tais escolhas ocorrem em contextos de cultura e de situações distintos. (VIAN JUNIOR; MENDES, 2015, p. 164).

Essa conceptualização de realizações de sentidos por processo de estratificação é mais claramente expressa na Figura 1, em que Halliday (1978) caracteriza o modelo semiótico de linguagem:

Figura 1 – Estratificação

Fonte: Elaborada a partir de Halliday (1978).

A linguagem, na orientação epistemológica da LSF, é uma realidade da cultura, da vida social de seus agentes, de suas relações consigo mesmos e, também, da necessidade inseparável da relação com o ambiente físico. Nesse caso, como bem lembra Halliday (1973), a linguagem é também um meio central de promoção da cultura nas relações cotidianas, nos mais diferentes espaços, tanto como condição de representação da experiência no mundo físico, social e psíquico, quanto como condição de estabelecer identidades e afinidades grupais, de modo a se construir e transmitir uma visão específica de mundo, uma cultura, portanto.

Por esse turno, pensar os contextos (desde o mais geral e o imediato da situação comunicativa até o *background* mais amplo da cultura), significa levar em conta que um modelo teórico de estudo da língua baseado nos usos não pode abstrair os sentidos que são próprios das relações sociais e das diversas maneiras como essas relações configuram os discursos e seus efeitos (ideologias) e por eles são também transformadas. É a partir da tradição dos estudos de Bronisław Kasper Malinowski que Halliday propõe a configuração de uma realidade linguística que potencializa as funções da linguagem (os usos, por assim dizer) e que realiza necessidades humanas: (i) acima dos sistemas funcionais, estariam os contextos de cultura e de situação; (ii) abaixo e partir dos sistemas, estariam as funções de expressar a experiência, no desempenho de papeis sociais, estabelecendo relações de significados nos próprios enunciados.

A fim de ilustrar essa discussão, apresentamos o Quadro 1:

Quadro 1 – Contextos e sua relação com as metafunções e sistemas

Nível acima do sistema		**Nível do Sistema**		
Cultura	**Situação**	**Metafunção da linguagem**	**Sistema lexicogramatical**	**Atividade**
	Campo	Ideacional	Transitividade	Representar a experiência
	Relação	Interpessoal	Modo	Deflagrar relações sociais
	Modo	Textual	Tema	Organizar os textos

Fonte: Mendes e Souza (2019, p. 609).

Os significados ideacionais, interpessoais e textuais de metafunções cumprem papel funcional na construção de sentidos, por meio de estruturas distintas, com organização semântica própria. Os sistemas realizam na lexicogramática os sentidos do nível semântico-discursivo. Esse nível contempla todas as possibilidades de escolhas linguísticas para um sujeito em determinada situação de interação. Tal sistema de opções é, *per si*, a gramática, ou seja, o potencial de realização em que o sujeito da língua faz uma espécie de seleção a partir das opções disponíveis no sistema e considerados os contextos acima dele.

Para cumprir essas funções, o sistema realiza três metafunções: (i) *ideacional* – responsável por expressar as experiências do sujeito, incluindo o mundo externo e o mundo interno de sua própria consciência; (ii) *interpessoal*: responsável por estabelecer e manter as relações entre os interactantes: estabelecer e manter relações, influenciar, expressar pontos de vista, sugerir etc.; (iii) *textual* – responsável por manter ligações entre a própria linguagem e as características da situação de interação, organizando os significados ideacionais e interpessoais como discurso, conforme Halliday e Matthiessen (2014). E cada uma dessas metafunções se concretiza na lexicogramática, respectivamente, pelos sistemas de transitividade, de modo e de tema.

No nível extralinguístico, as concepções de ideologia e de contexto de cultura são importantes porque, para uma descrição mais adequada da língua, necessário se faz agregar algo que esteja além da situação imediata de interação e da própria instanciação textual, tendo em conta que, no momento de enunciar qualquer mensagem, os sujeitos também carecem de conhecimento sociocultural mais amplo que lhes permita interpretar e dar sentido tanto ao que é verbalizado quanto ao que acontece durante a situação interativa. Nas situações reais de uso da língua, os contextos precedem os textos e, desse processo de instanciação, constitui-se também o sujeito que, por sua sucessão e reciprocamente, cria os contextos em que a linguagem significa. O discurso, por essa circularidade ininterrupta, pode ser considerado como um potencial da cultura, da ideologia.

3.4 Metodologia para a pesquisa

Os estudos em LSF se configuram pela realização de movimentos, cujo paradigma é também um empreendimento das pesquisas realizadas nas Ciências Sociais e Humanas, sendo sua associação possível aos estudos da linguagem. Em geral, são os movimentos: 1. Revisão da literatura; 2. Seleção de *corpora,* sujeitos e documentos e composição de um quadro de amostras; 3. Apresentação/análise dos dados.

Em trabalho intitulado *A perspectiva sistêmico-complexa na relação com os estudos da linguagem: experiência com textos acadêmicos*, Mendes (2018) sugere, a partir do conjunto epistemológico proposto por Halliday, que a língua (uma construção possível no sistema social e cultural) é somente passível de interpretação e compreensão metalinguística também na inscrição desse sistema social e cultural.

Assim, a conceptualização de realizações de sentidos por processo de estratificação (expressa na Figura 1, que dispusemos na seção anterior), caracteriza seu modelo semiótico de linguagem, mas não somente ele. A noção de estratificação é importante composição para o entendimento de

como a pesquisa pode se configurar em LSF. Por esse viés, o paradigma sistêmico-funcional é também uma proposição de natureza metodológica por possibilitar a compreensão de certos fenômenos da linguagem, sem excluir sua conexão com os demais estratos. A título de ilustração, se o pesquisador estiver analisando um fenômeno que se apresenta no estrato da **fonologia** (e até mesmo da fonética), a melhor forma de compreendê-lo ou de interpretá-lo será pela recorrência ao estrato **lexicogramatical** (mais próximo), passando pelo estrato **semântico-discursivo,** até chegar aos **contextos** que o motiva.

A interconexidade de todos os elementos que participam das condições de construção de sentidos é um fenômeno a que deve estar atento o pesquisador, sobretudo porque a interpretação deste ou daquele texto vai depender e muito do modo como a observação dessas relações é criada/mantida/recuperada ao longo dos episódios comunicativos, com vistas a seus propósitos particulares.

Mais recentemente, temos chamado esse cuidado epistêmico de perspectiva sistêmico-complexa, como anota Vian Junior (2018, p. 356-357):

> compreende os fenômenos em sua auto-organização e o modo como se relacionam com outros sistemas, indo ao encontro do paradigma proposto por Morin nas ciências da complexidade de uma interligação de saberes que imprime, aos contextos de práticas hipermodernos, a necessidade de ressignificação de muitos de seus fenômenos.

A proposição de um pensamento sistêmico-complexo implica, pois, a compreensão de uma perspectiva que conecta sistemas e complexidade, não sendo pura e simplesmente a intersecção desses dois conceitos – que já abrigam um sem-número de definições. Essa proposta enfatiza a visão de totalidades integradas, costumeiramente manifestas no uso de terminologias como *conexidade*, *relações*, *padrões* e *contexto*; e, *complexidade* como

a *interconexidade* que existe nas redes, cuja compreensão deve se pautar na não linearidade e na dinamicidade dos fenômenos (CAPRA; LUISI, 2014).

Logo, entendemos que pensamento sistêmico-complexo e interconexidade se realizam nas totalidades integradas em redes e em padrões perceptíveis nos diferentes contextos. Ilustramos a abordagem sistêmico-complexa com o exemplo de interpretação tratado na próxima seção, em que a totalidade é tomada para se chegar às conclusões, a partir do sistema-de-interesse[2] analisado.

Como defendido em Mendes (2016, 2018), reforçamos que a perspectiva sistêmico-complexa não se ajusta às ideias de sucessão e hierarquização, posto que o todo não pode ser reduzido ao conjunto sintético resultante da soma de elementos e com a propriedade de ser um desenho mais facilmente apreensível da realidade, justamente pelo fato de os elementos que se configuram no sistema, mesmo que organizados e dispostos diferenciadamente; mesmo que, pelas necessidades e condições de pesquisa, possam ser tomados num recorte textual "pinçado" para amostra, não são e não devem ser explicados fora desse sistema.

A metodologia da abordagem da pesquisa, a partir do pensamento sistêmico-complexo, é representada na Figura 2, composta a partir de círculos cotangenciais bastante recorrentes nas ilustrações da LSF:

2 A perspectiva epistêmica/metodológica e, portanto, complexa apresenta alternativa a também válida terminologia de "objeto de estudo", qual seja: "sistema-de-interesse". A ideia de sistema-de-interesse remete ao conjunto de elementos que são tomados na interpretação/compreensão de um determinado fenômeno. Entendido na sua relação com os demais, o sistema-de-interesse é o ponto de convergência do estudo ou a perspectiva a partir da qual se deseja entender a totalidade, desde a zona de atividades/sentidos (SILVA, 2016; MENDES, 2016, 2018).

Figura 2 – Perspectiva sistêmico-complexa da pesquisa em linguagem

Fonte: Mendes (2018, p. 28).

Entendemos, a partir da ilustração, que a pesquisa se realiza nos/dos próprios contextos em que os sistemas discursivos significam, e sua interpretação também ocorre nesses mesmos contextos e sistemas, de modo que os resultados decorrem do caráter interpretativo e da compreensão da relação entre o sistema-de-interesse, o pesquisador e o contexto pontual, temporal em que o trabalho toma forma e apresenta sua função ou contribuição.

Nessa direção, o trabalho de Vian Junior (2014) apresenta percursos metodológicos bastante recorrentes no paradigma da LSF, indicando a natureza dinâmica e articulada com que a teoria da LSF permite a interpretação da linguagem. Assim, a metodologia em LSF, quase sempre, implica a (i) composição de *corpora* que representem o fenômeno a ser estudado; (ii) estudo acerca dos aspectos contextuais de onde emergem os textos desses corpora; (iii) seleção de aspecto linguístico enfocado; (iv) definição de como os textos podem ser submetidos à análise; (v) quantificação; (vi) busca por padrões lexicogramaticais; (vii) busca por respostas qualitativas, a partir da quantificação; (viii) definição sobre o modo como o texto-con-

texto representa a realidade, construções identitárias e/ou demais relações de poder (VIAN JUNIOR, 2014, p. 441).

Esses movimentos, aqui defendidos, como possibilidade e não como trajetória de obrigação, também foram reanalisados em Mendes (2018), numa espécie de modelo sinótico da proposta da Figura 2 (apresentada antes):

Quadro 2 – Síntese da abordagem sistêmico-complexa e da estratificação de Martin (1992)

Perspectiva adotada	Definições operativas da abordagem sistêmico-complexa	Estratificação do mundo extra/intralinguístico	
Perspectiva sistêmico-complexa	Marco que orienta o pesquisador, em que se inscrevem as concepções teóricas e os procedimentos subjacentes ao estudo	Orientação ideológica geral Contexto de cultura (gênero) Contexto de situação (registro)	Extalinguístico
Sistema-de-interesse	Fenômeno passível de interpretação dentro de outros sistemas, comumente construído/significado no estrato semântico-discursivo.	Sistema semântico-discursivo	
Corpus	Conjunto de dados linguísticos em que se pode identificar o sistema de interesse pelas realizações na léxico-gramática.	Sistema lexicogramatical	IntrallinguísticoIntralinguísticain
Amostras	Porção de texto resultante em realizações de forma, passíveis de serem interpretadas à luz do modelo sistêmico-complexo.	Sistema grafonológico	

Fonte: Mendes (2016, p. 30).

Na seção a seguir, apresentamos uma experiência com a perspectiva teórico-metodológica de que tratamos nesta parte, de maneira tal de que

o leitor possa compreender os movimentos pragmáticos relacionados ao pensamento sistêmico-complexo a partir da abordagem da LSF.

3.5 Recorte de uma pesquisa

Nesta parte, apresentamos, como recorte de uma pesquisa, a análise das circunstâncias, como papel do Sistema de Transitividade como concebido pela LSF, em *blogs* da revista Época on-line, sistema-de-interesse estudado por Mendes (2010)[3] e cuja interpretação é parcialmente recuperada de seu capítulo de análise.

As circunstâncias estudadas no trabalho foram relacionadas às funções dos *processos* e *participantes* associados, especialmente porque a concepção de circunstante que fora reconhecida é absolutamente diferente da conhecida pela tradição gramatical, que entende o circunstante como palavra responsável por modificar um verbo, adjetivo ou um advérbio – não estabelecendo diferença entre este último e circunstância (NEVES, 1996).

Como propôs o autor, a pesquisa das circunstâncias tinha também a finalidade de ampliar o entendimento a respeito do "como" esses papéis do Sistema de Transitividade constitutivos/envolvidos se realizam, de modo a compreender os mecanismos mobilizados para a construção dos significados opinativos no *blog*.

Foram analisadas setenta e cinco postagens de quatro *blogs* (Diário do Centro do Mundo, Paulo Moreira Leite, Blog do Nelito e Guilherme Fiuza), com *corpus* de mais 25 mil palavras, nas quais foram identificadas um total de 422 circunstâncias de variados significados ideacionais. As circunstâncias foram identificadas a partir da configuração **sintagmas adverbiais, sintagmas compostos por preposição + sintagma nominal** (determinado ou não) e **sintagma nominal + sufixo** – *mente*, modificando *processos*.

3 O texto desta seção reapresenta parte dos dados da pesquisa de mestrado desenvolvida por Mendes (2010) no Programa de Pós-graduação em Letras/ CAPF/UERN, cuja referência encontra-se neste livro.

A partir deste ponto, apresentamos mais detalhadamente a interpretação dessas circunstâncias. Nos exemplos dispostos a seguir, é possível analisar o comportamento das circunstâncias de extensão nos processos materiais. Para favorecer a identificação dos papéis do Sistema de Transitividade, as circunstâncias de extensão destacam-se em negrito, e os processos, sublinhados:

(01) Mergulhei no caso, e senti uma imediata antipatia pelo policial português Gonçalo Amaral, que chefiou as investigações **durante cinco meses** e depois foi afastado (B1L224-225).
(02) Jornalista formada pela Universidade de Brasília, Juliana Poletti sempre dividiu sua atenção entre reportagens sérias, de temas políticos e questões internacionais, e a música de qualidade. Estudou piano **por três anos**. (B2L670-672).
(03) Como vocês se lembram, espalhou-se **na semana passada pelo mundo** um sentimento de perplexidade raivosa depois que foi publicado um documento de 2.600 páginas que descrevia violências "endêmicas" em crianças submetidas à guarda da Igreja Católica na Irlanda **entre 1930 e 1990** (B1L331-335).

Todas as ocorrências de circunstâncias de [01] a [03] estabelecem temporalmente o desenrolar das ações expressas, respectivamente, pelos *processos materiais* "chefiar", "estudar" e "espalhar", corroborando igualmente para a construção do sentido nas sentenças. Nos dois primeiros casos, os processos indicam mudanças físicas perceptíveis, ações no mundo concreto. Em [03], porém, o processo estabelece um fenômeno abstrato: espalhar sentimento de perplexidade raivosa, por exemplo, é algo que somente pode ser compreendido num plano de representação menos concreto e, portanto, metafórico – cujos sentidos somente podem ser tomados numa comunidade de sujeitos que compartilham dos domínios representados na relação fonte/alvo.

A esses processos se associam as circunstâncias de extensão temporal. No exemplo de [01], o participante ator "Gonçalo Amaral", retomado pelo relativo "que", conduz investigações numa determinada extensão temporal que é claramente expressa: "durante cinco meses". O autor da postagem, ao demonstrar explicitamente seu descontentamento com o policial (que tratou, no início das investigações, do desaparecimento da criança Madeleine, na noite de 3 de maio de 2007), tenta, ao logo do texto, desqualificar o trabalho empreendido pelo investigador e se vale da circunstância de extensão temporal possivelmente para sugerir morosidade, lentidão nas investigações. O emprego desse tipo de circunstância em [01], mais do que explicitar uma relação de duração temporal, sugere a necessidade de endossar a opinião (*Amaral é um tipo truculento, tem ares de dono da verdade, fala muito, um fanfarrão–mas não resolveu nada no caso de Madeleine.* – B1L226-228) num dado que tem relevo: a atuação nas investigações durante cinco meses.

Fenômeno semelhante ocorre em [02]. Para atribuir ao enunciado o fato de que a jornalista Juliana Poletti tem conhecimento musical um caráter persuasivo, o autor da postagem se vale do período de tempo em que a profissional se dedicou ao estudo do piano (três anos). Atentemos, assim, que o uso da circunstância reforça a ideia por ele defendida no enunciado anterior, contribuindo para o entendimento de que esse papel do Sistema de Transitividade tem função importante na construção da opinião.

Já as circunstâncias presentes em [03] estão associadas a um processo material que denota não uma experiência perceptível no mundo, mas que pode ser entendida em um plano mais abstrato. O blogueiro faz uso de uma circunstância de localização temporal, seguida de duas de extensão: uma espacial e outra temporal. "Pelo mundo" engrandece, num movimento hiperbólico, o "sentimento de perplexidade raivosa" que o autor demonstra pelo comportamento da Igreja Católica na Irlanda. Quando se empregou a circunstância "pelo mundo", o autor possivelmente pretendia sugerir/estabelecer o repúdio que todo o mundo deve sentir pelo comportamento

violento da Igreja, no período de 60 anos (expresso pela circunstância entre 1930 e 1960), posto não haver garantia de que o documento de 2.600 páginas (ou mesmo a notícia sobre ele) tenha chegado ao conhecimento das pessoas em todos os lugares do mundo. Logo, ao apresentar as circunstâncias antepostas ao participante meta "um sentimento de perplexidade raivosa", o blogueiro pretendia chamar a atenção do leitor (alcance do problema) para o assunto apresentado.

Ainda sobre a mesma temática, o exemplo [04] apresenta uma circunstância de duração temporal que expressa bem o papel das escolhas no plano da LSF:

(04)... Especula-se que o montante de indenizações vá chegar a 3 bilhões de reais.

Veja aqui um vídeo em que uma mulher relata a (má) expêriencia que viveu, **durante a infância e a adolescência**, num abrigo da Igreja.

Soube-se também que o Papa será inteirado dos fatos. (B1 L372-376).

O processo viver está sequenciado por dois tipos de circunstâncias: a primeira, em negrito, de extensão tempo; a segunda, sem grifos, de localização espacial. Nesse caso, o uso da circunstância "durante a infância e a adolescência" apoia o argumento da maldade que envolve a exploração sexual em fases específicas da vida do agente experienciador de tal abuso. Ao invés de dizer "durante quinze ou dezesseis anos", o blogueiro sugere que a exploração sexual não teve como agravante apenas o fator tempo e sua duração, mas, principalmente, as etapas de vida da pessoa envolvida, para sugerir que o crime é ainda mais cruel por ter sido praticado em crianças ou adolescentes.

Vejamos que a escolha da circunstância, nesse exemplo específico, não foi de modo algum aleatório, posto que, no desenvolvimento argumentativo, ela melhor se ajustaria à proposta de enunciar a violência legal, com características de crime de pedofilia, em que figura como autora a Igreja Católica na Irlanda. Isso fica mais sensivelmente percebido quando o autor

"ordena" que se assista a um filme sobre essa situação: "Veja aqui um vídeo [...]". O vídeo, que poderia ser executado por meio de *link* disposto no *blog*, é como que a prova completa para aquilo que denuncia. A mulher que "relata a (má) expêriencia [sic.] que viveu" naturalmente vai aludir ao tempo que passou (infância/adolescência) num abrigo da Igreja, corroborando para a verdade pretendida pelo autor da postagem.

Ora, se fizesse uso de outras escolhas de circunstâncias para representar temporalmente a duração do evento, como se pode ver em (01) e (02), por exemplo, o autor poderia não lograr êxito na ofensiva contra a Igreja, a quem são atribuídas as responsabilidades pelos crimes de pedofilia e, não somente, pelos atos de exploração sexual menos invasiva em determinado período.

As circunstâncias de duração temporal menos precisas, ou a referência a um período convencionalmente sabido pelo leitor, têm valores diferençados dentro do texto do *blog*. Em (04), é possível compreender a intenção de melhor representar o tempo de ocorrência do fato/evento, aludindo a certo período da vida dos sujeitos envolvidos. Em outros casos, circunstâncias que podem exprimir certa imprecisão temporal apresentam finalidades diferentes, como se pode ver em (05):

(05) Peter Singer **desde muito tempo** sonha com um mundo menos errado, em que não morram 27 000 crianças por dia.

Mas não apenas sonha. Também age. (B1 L036-038).

Nesse outro caso do *corpus*, o processo mental "sonhar" está determinado pela circunstância de extensão temporal "desde muito tempo". Aqui é possível perceber que a imprecisa duração do desejo/sonho não tem a finalidade de representar, por entendimento de convenção esta ou aquela do leitor, outro estado de coisas. Porém, a seleção de "desde muito tempo" deve ter tomado como parâmetro outra situação para a qual não é possível estabelecer um marco inicial/final: um mundo errado. Ou seja, não é possível saber há quanto tempo o participante ator, Peter Singer,

sonha com um mundo melhor, porque, pela mesma lei, não é possível determinar desde quando o mundo está “errado”.

É preciso que se diga também que a não exatidão circunstancial pode ter relação direta com o tipo de processo. Como se trata de um processo mental, cuja representação é frequentemente relacionada a crenças, valores, desejos e expressam as experiências do “sentir”, a pouca precisão do tempo talvez sirva ao propósito de não demarcar as fronteiras do início/fim. Se, em lugar do processo mental, houvesse sido empregado um processo material (trabalhar, construir etc.), eventualmente poderia ter havido a predileção por uma circunstância que pudesse expressar duração de tempo com mais justeza, dado que a ação estaria acontecendo no plano concreto, perceptível.

Essa possibilidade é reforçada por esta outra ocorrência de circunstância de duração temporal em processos mentais:

(06) Já não sei há **quantos anos** Alencar enfrenta o cancer. Perdi a conta de quantas cirurgias já fez. A impressão é que um tumor desaparece apenas para dar lugar a outro. (B2 L777-779).

Embora a circunstância “quantos anos” se refira mais diretamente ao processo “enfrentar”, da oração encaixada, o processo mental “saber” é complementado pela dificuldade de estabelecer o tempo que o autor da postagem julga não poder determinar da luta do vice-presidente José Alencar contra o câncer. O uso da circunstância em [06], referindo-se ao processo material e complementando o processo mental, tem em vista o enaltecimento da figura de Alencar. Naturalmente, para o autor do *blog* (Paulo Moreira Leite), que tem vivência e experiência na imprensa (17 anos de jornalismo, conferir p. 61), seria possível determinar quando foi diagnosticado o câncer do vice-presidente, considerando mais ainda que é informação recorrente na mídia cada nova intervenção ou tratamento de José de Alencar. Porém, ao afirmar não saber “há quantos anos Alencar enfrenta o cncer [sic.]”, o jornalista se mostra impressionado pelas inúmeras superações do agente (*Perdi a conta de quantas cirurgias já fez*), demonstrando,

por sua vez, que o lapso de tempo é "pretexto" para valorizar a forma como se comporta o vice-presidente diante de seu problema de saúde.

Ainda no mesmo *blog,* é possível identificar o uso de circunstâncias que se valem de imprecisão temporal para reforçar determinada tese do autor. Diferentemente do que ocorre em [06], nos exemplos que seguem, o blogueiro expressa uma representação de extensão temporal imprecisa menor para enaltecer, valorizar (ou falsear um desconhecimento com o propósito de elevar a outrem) e, mais, para afluir com os argumentos que propõe na defesa de sua opinião.

Na primeira ocorrência, o autor está se posicionando acerca das cotas nas universidades pública; na segunda, lamenta o fim do jornal Gazeta Mercantil:

(07) Acho que um país como o Brasil não tem o direito de excluir de suas melhores universidades, **durante várias gerações**, aqueles estudantes que, em exames tecnicamente isentos — sem privilégio de origem, raça ou gênero — podem demonstrar que tem maior preparo e competência para frequentar seus cursos. (B2 L812-816).
(08) Precisam de história para encontrar seu lugar, crescer e mostrar o que tem a dizer para homens e mulheres de seu tempo e, por fim, tornar-se parte da cultura de um país. Fundada em 1920, a Gazeta fez isso **durante décadas**. (B2 L857-859)

Paulo Moreira Leite (B2), na postagem em que discute a temática das cotas para negros e/ou estudantes de escolas da rede pública nas universidades estaduais/federais que regulamentaram a legislação, posiciona-se contra o sistema que estabelece percentual de vagas para esses alunos. O processo material "excluir", a que se associa a circunstância "durante várias gerações", está na base de sua retórica: para o autor, o sistema de cotas é excludente, na medida em que estudantes com "maior preparo e competência" podem ser impedidos de admissão em cursos, em função das cotas. A circunstância empregada pelo blogueiro é importante porque

se vale do argumento daqueles que são a favor das cotas, de que há uma dívida de gerações em desfavor das classes mais marginalizadas historicamente pela sociedade: os negros/os pobres.

Quando o autor menciona não ser justa a exclusão, nas melhores universidades, de estudantes preparados, em exames isentos, a circunstância "durante várias gerações" apresenta duas proposições principais: a primeira é de que o sistema de cotas pode estar privilegiando um grupo em detrimento de outro – como pode ter ocorrido com a discriminação racial; segundo, que o sistema de cotas pode perdurar por algumas gerações. Em outras palavras, o emprego da circunstância estabelece uma hipótese na defesa da tese do blogueiro, para quem o sistema de cotas não contribui para a diminuição da exclusão, mas apenas para mantê-la por outro viés.

Antes de passar à análise da ocorrência [08], já anunciada, cabe aqui, por semelhante valor, a interpretação de outra ocorrência em que figura a circunstância "por cinco gerações", no *blog* 4 – Guilherme Fiuza:

(09) A caixa preta da contabilidade petrolífera daria para bancar as estripulias dos deputados e senadores **por cinco gerações**. Manipulam o preço do óleo como bem entendem, vivendo num paraíso monopolista pós-soviético – pura jogatina com fachada de indústria. (B4 L1879-1882)

Na ocorrência anterior, o uso de "por cinco gerações" tem valor semelhante ao que ocorre em (07). Porém, nesse caso, o autor pode estar fazendo ironia/associação relacionada à contabilidade da Petrobrás e ao fato de a sucessão deputados/senadores estar apresentando características de hereditariedade no Congresso Nacional, onde alguns legisladores têm elegido seus filhos, netos para mandatos parlamentares. Mais do que isso, o autor pode também estar sugerindo que os regimes de pagamento de propinas, frequentemente investigados pelos próprios deputados/senadores, pode se estender ainda por vários anos, graças ao volume financeiro movimentado pela estatal do petróleo.

Em comum, as ocorrências (07) e (09) têm a intrínseca correspondência entre a convenção temporal (por gerações) e o fato a que estão associadas (dívida social/sucessão no poder). O emprego, portanto, desse tipo de circunstância sugere que a intenção do autor (persuadir, ironizar, expor) pode ter no tempo e nas suas convenções (gerações, décadas etc.) uma base capaz de apoiar a discussão a favor de seu ponto de vista ou de sua opinião.

Depois desse aditamento, em (08) o autor do *blog* 2 lamenta o fechamento da Gazeta Mercantil, entre os meses de maio de junho de 2009. "Durante décadas" é a circunstância de que se vale o autor para confirmar sua apreciação pelo trabalho do jornal em questão. Nesse caso, seria possível determinar, se fosse esse o caso, o número de anos de atuação da Gazeta Mercantil, já que o blogueiro situa o leitor quanto à data de fundação do jornal (1920). Porém, quando preferiu empregar a circunstância em destaque, é possível que o escrevente tenha pretendido não se comprometer acerca da integralidade do tempo para o qual faz suas deferências. Ou seja, afirmar que a Gazeta Mercantil teve papel relevante no dizer da cultura de homens e mulheres, "durante décadas", é, possivelmente, diferente de dizer que esse jornal teve papel relevante durante 89 anos, ou durante oito décadas. Ou, contrariando tudo que foi dito até aqui, ao enunciar "durante décadas", depois de ter enunciado o ano de fundação do jornal, o blogueiro já esperava a precisão temporal por parte do leitor e, sendo assim, pouca relevância poderia ter a configuração morfológica da circunstância.

Porém, do ponto de vista das escolhas (nos planos léxico-gramatical e semântico), o emprego de "durante décadas" reforça o caráter sério e competente que o blogueiro atribui ao jornal, durante seus anos de atividade – razão esta que conduz autor da postagem a lastimar pelo fechamento da Gazeta.

No *Blog* do Nelito (B3), há exemplo semelhante: neste, todavia, não há marco temporal inicial que permita estabelecer com precisão a duração de tempo:

(10) **Durante anos**, Lula foi a cara do PT. E o PT foi a cara de Lula. Quem tentou internamente desafiar o barbudo teve que colocar as barbas de molho. (B3 L1204-1205).

O processo relacional "ser" está antecedido pela circunstância "durante anos". Nelito, ao discutir a sucessão presidencial, trata da influente figura de Lula no partido que ajudou a fundar: o Partido dos Trabalhadores (PT). Ao aventar que a sucessão possa ser conferida a esse partido, ou pelo menos discutindo o(a) possível candidato(a) do referido partido para eleições presidenciais, o autor inicia sua declaração com a circunstância que tenta assemelhar Lula e o PT, indicando, por conseguinte, que as tentativas de "desafiar" essa realidade não foram bem sucedidas. Ora, no decurso de sua postagem no *blog*, Nelito apresenta a possibilidade de um terceiro mandato de Lula não simplesmente por uma eventual popularidade do presidente, mas porque o PT não teria outro nome para concorrer às eleições presidenciais. A circunstância (durante anos), dessa forma, reforça a ideia de que o tempo em que o partido esteve associado/identificado ao nome do presidente Lula permitiu a não ascensão de nenhum outro partidário.

Nesse mesmo *blog*, a temática das cotas, já tratada por Paulo Moreira Leite, é também discutida. O autor, ao demonstrar acompanhamento sistemático do assunto pela mídia, também assevera sua produção em torno da questão:

(11) As cotas já foram suspensas, já voltaram, já caíram e ressurgiram. Cubro o assunto há **pelo menos seis anos**, já devo ter feito umas 15 matérias sobre isso. Aqui é um espaço onde eu teoricamente devo ter uma opinião. (B3 L1167-1169).

Nessa ocorrência, a circunstância "pelo menos seis anos", associada ao processo material "cobrir" (expressão do jornalismo que corresponderia a "acompanhar"), indica o tempo em que o blogueiro tem se dedicado à discussão sobre as cotas. Além disso, há também certa sugestão de movimento/mudança de comportamento do tema (*As cotas já foram suspensas, já*

voltaram, já caíram e ressurgiram.). Quando o autor afirma estar envolvido com esse assunto há mais de seis anos, é possível que esteja pretendendo sugerir que o tema é ainda muito polêmico e, portanto, carente da opinião a que se propõe no *blog* (*Aqui é o espaço onde eu teoricamente devo ter uma opinião*). Ora, se num curto espaço de tempo, já ocorrem diversas mudanças em relação ao entendimento do sistema de cotas, isso pode significar que o assunto não é caso fechado. O uso da circunstância em questão implica, portanto, que sua opinião, seus posicionamentos ainda não se esgotaram ([...] *já devo ter feito umas 15 matérias sobre isso*).

Pelo que foi disposto até aqui, é possível compreender que as circunstâncias de extensão temporal no *blog* são mais recorrentes que as espaciais. Isso pode decorrer do fato de que, para conferir certo caráter de verdade a esta ou àquela opinião, o período de tempo em que se configurou determinada ação é mais relevante que o espaço. Ou ainda, a forma de identificar esse local físico, em que tais ações ocorrem, pode estar expressa pelas circunstâncias de localização, bem mais frequentes no *corpus*, e objeto da próxima seção. Mencionamos, ainda, que as circunstâncias de extensão desempenham papel importante na composição argumentativa/persuasiva dos textos do *blog*, na medida em que reforçam ideias, confirmam apreciação, aduzem raciocínios, valorizam características/qualidades de entidades, pessoas ou temas a que se proponha discutir ou opinar.

3.6 Considerações finais

Neste capítulo, tivemos por finalidade principal trazer até o leitor as concepções que traduzem o paradigma do funcionalismo linguístico, com enfoque específico na abordagem da LSF, indicando a possibilidade de seu emprego como construção teórico-metodológica capaz de explicitar as razões/motivações dos usos e mudanças pelas quais passam as línguas naturais, entendendo que os dados desses usos configuram a materialidade por meio da qual se pode partir para a descrição.

Em qualquer de duas formas, o funcionalismo linguístico está estreitamente vinculado ao uso, sendo esse conceito caro ao empreendimento de pesquisar a especificidade da língua nas suas mais variadas realizações na cultura. A concepção de função (tal como para Bronisław Kasper Malinowski em *Argonautas do Pacífico Ocidental*) figura como mecanismo que permite dar sentido, com base em dados aparentemente caóticos, aos diversos sistemas que configuram e criam a linguagem e, por conseguinte, ao mundo por ela elaborado.

As concepções centrais foram apresentadas, tomando por base uma pesquisa realizada com orientação no modelo funcionalista, cujo interesse foi ampliar o entendimento acerca das circunstâncias do Sistema de Transitividade, a fim de compreender os mecanismos mobilizados para a construção dos significados opinativos em *blogs*.

Por fim, o capítulo, assim como toda a obra, é mais um convite à problematização, uma chamada ao movimento de não aceitar como verdadeiro tudo aquilo que "logicamente" tem sido dado como paradigma dominante, uma provocação para se pensar o papel da Linguística e de seus cientistas nestes tempos em que as máquinas se propõem fazer, com fidelidade e precisão ainda não registradas, tudo aquilo que construímos à maneira da espécie humana.

REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pierre Luigi. **A visão sistêmica da vida**: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Cultrix, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis and the marketization of public discourse: the universities. **Discourse & Society**, n. 4, v. 2, p. 133-168, 1993.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge, UK: Polity Press, 1992.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira. **Transitividade e seus contextos de uso**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Explorations in the functions of language**. London: Edward Arnold, 1973.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Language as social semiotic**: the social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MARTIN, James Robert. **Writing science:** literacy and discursive power. London: Falmer, 1993.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian Mathias Ingemar Martin. **Construing experience through meaning:** a language-based approach to cognition. London; New York: Continuum Publishing, 1999.

HASAN, Ruqaiya. Parte B: *In:* **Language, context and text:** aspects of language I a social semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images:** the gramma of visual design. London: Routledge, 1996.

MARTIN, James Robert. **English text:** system and structure. Philadelphia; Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1992.

MARTIN, James Robert; WHITE, Peter R. R. **The Language of evaluation:** appraisal in english. London: Palgrave; Macmillan, 2005.

MENDES, Wellington Vieira. A Perspectiva sistêmico-complexa na relação com os estudos da linguagem: experiência com textos acadêmicos. **Diálogo das Letras**, v. 7, n. 1, p. 21-40, jan./abr. 2018.

MENDES, Wellington Vieira. **As Circunstâncias e a construção de sentido no blog.** 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2010.

MENDES, Wellington Vieira. **Mecanismos de junção em textos acadêmicos:** uma abordagem sistêmico-funcional. 2016. 293 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MENDES, Wellington Vieira; SOUZA, Medianeira. Linguística Sistêmico-Funcional: contextos, usos e significados. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, v. 8, n. 2, p. 603-619, jul./dez 2019.

NEVES, Maria Helena de Moura. Os advérbios circunstanciais de lugar e de tempo. *In.* ILARI, R. (org.). **Gramática do português falado.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 1996. v. 2.

SILVA, Francisco Canindé. **Práticas pedagógicas cotidianas na EJA:** memórias, sentidos e traduções formativas. 2016. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VIAN JUNIOR, Orlando. Linguística Sistêmico-Funcional. *In*: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (org.). **Ciências da linguagem**: o fazer científico. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014. p. 423-444.

VIAN JUNIOR, Orlando. Os Multiletramentos e seu papel no conhecimento de professores de línguas: por uma perspectiva sistêmica e complexa. **Revista DELTA,** São Paulo, v. 34, n. 1, p. 351-368, 2018. Edição especial.

VIAN JUNIOR, Orlando; MENDES, Wellington Vieira. O Sistema de conjunção em textos acadêmicos: os mecanismos de sequenciamento e de explicação. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras**, Santa Maria, v. 25, n. 50, p. 163-186, jan./jun. 2015.

4 PRAGMÁTICA: ANÁLISE DOS ATOS DE FALA

Pedro Adrião da Silva Júnior

4.1 Considerações iniciais

Este estudo se fundamenta, basicamente, em duas áreas de conhecimento. Por um lado, situa-se a pragmática, componente básico que se reconhece na competência comunicativa (HYMES, 1971) e que procura estabelecer, com precisão, fatores que determinam sistematicamente o modo como funcionam nossos intercâmbios comunicativos. A pragmática é conhecida, tradicionalmente, como o estudo do uso da linguagem.

Sabemos que, durante o processo de aquisição de um idioma, para expressar-se na língua estrangeira, o aprendiz precisa de conhecimentos linguísticos, gramaticais, fonéticos e fonológicos, culturais, etc. Porém, nos últimos anos, a competência pragmática vem ganhando destaque no ensino e na aprendizagem de línguas estrangeiras, visto que, durante os intercâmbios comunicativos, as intenções dos interlocutores que rodeiam o enunciado nem sempre são compreendidas. É precisamente nesse ínterim que os conhecimentos pragmáticos se fazem importantes para decodificar o que se quer comunicar implicitamente.

Por outro lado, este estudo se fundamenta na Gramática do Designer Visual, que estuda, entre outros, textos publicitários como veículo de comunicação. Esse gênero textual está presente no nosso dia a dia, em forma de representações visuais, que se organizam e se estruturam nos textos multimodais.

Os textos multimodais são textos formulados a partir de signos linguísticos e são representados por meio de elementos visuais e verbais. Esses textos são divididos em dois modos, que compõem sua estrutura: o modo verbal e o modo não verbal.

Propomos, com este estudo, apresentar a análise de algumas peças publicitárias, sob a ótica da pragmática, com base na teoria dos atos de fala diretivos propostos por Austin (1962) e Searle (1969). As peças publicitárias serão analisadas na perspectiva da GDV, segundo os autores Kress e Van Leeuwen (2006), abordando a função composicional nos enunciados.

No que concerne à metodologia, a pesquisa possui caráter descritivo, qualitativo e interpretativo.

O primeiro tópico apresenta o surgimento da pragmática e sua importância para os estudos da linguagem, bem como os pressupostos teóricos da Gramática do Design Visual (GDV); o segundo tópico mostra alguns principais conceitos necessários à compreensão da Pragmática, dos Atos de Fala e da GDV; no terceiro tópico, está presente a metodologia empregada

em nossa pesquisa; o quarto tópico apresenta um recorte de uma pesquisa que analisa os atos de fala em peças publicitárias.

Sendo assim, a importância deste trabalho está em proporcionar uma leitura imagética de anúncios que abordam importantes temas para a sociedade, contribuindo, dessa forma, para uma visão crítica acerca de textos visuais.

4.2 Princípios teóricos: surgimento da pragmática

Na última metade do século XX, a linguística passou por uma importante transformação, marcada pela ampliação do seu objeto teórico: experimenta a renovação da psicolinguística, da semiótica e da etnolinguística, e ocorre o surgimento de novas disciplinas, como a pragmática, a sociolinguística, a análise do discurso e a análise conversacional. Segundo Ordóñez (2004), nesse campo fértil, as ciências da linguagem ampliam seus estudos e direcionam suas pesquisas para explicar seus objetos.

Maingueneau (1997) aponta que as reflexões de natureza pragmática são bem antigas, remontam à Grécia Antiga, posto que a retórica, considerada como estudo da intenção persuasiva, já tratava de questões do campo pragmático. Ainda conforme esse autor, a própria gramática tratou de alguns aspectos, como: o estudo de modo, tempo e outros elementos importantes para a atividade enunciativa. Entretanto, a relevância desses estudos estava subjugada a uma condição periférica diante da tradição morfossintática gramatical.

Considerada uma das mais importantes linhas do conhecimento contemporâneo, o pragmatismo foi idealizado por um grupo de pensadores, mediante uma escola de especulações filosóficas instituída no final do século XIX. Esse pensamento desenvolveu-se ao longo do século XX, principalmente nos Estados Unidos, liderado pelo lógico e filósofo Peirce (1839; 1914), pelo psicólogo James (1842; 1910) e, posteriormente, pelo

filósofo norte-americano Dewey (1859; 1952). Esses nomes configuram os principais representantes desse pensamento em suas várias vertentes.

Um dos primeiros estudiosos a usar o termo pragmática foi o filósofo americano Peirce (1839), em seu artigo *How to make our ideas clear*. Nele, o autor escreve sobre a tríade pragmática: as relações entre signo, objeto e interpretante. Por meio desse esquema, Pierce estabelece uma relação entre o que se diz, a quem esse dito remete e o que ele significa.

A filosofia de Peirce trouxe importantes contribuições para o entendimento da linguagem. Sua compreensão entre pensamento e signo foi responsável pelo surgimento da semiótica, uma visão de como o homem significa aquilo que o rodeia e dos processos da linguagem.

O autor postula que todo pensamento se dá por meio de signos e que não há pensamento sem signo. Segundo Peirce (1992b, p. 283), o signo e o pensamento são inseparáveis, porque

> Ora um signo tem, como tal, três referências; o primeiro, é um signo para algum pensamento que o interpreta; é um signo de algum objeto ao qual, naquele pensamento é equivalente; terceiro, é um signo, em algum aspecto ou qualidade, que o põe em conexão com seu objeto (PEIRCE, 1992b).

A partir do que foi proposto por Peirce, o também filósofo Charles William Morris (1938) difundiu o termo pragmática – embora tenha sido Peirce o primeiro a usá-lo. De acordo com a definição de Morris (1938, p. 67), a pragmática é "a ciência que trata da relação entre os signos e seus intérpretes".

Tanto Peirce quanto Morris estabeleceram uma importante relação: o vínculo entre os signos e os referentes. Os estudos pragmáticos partem da ideia da semiótica de Pierce, o qual propõe que os estudos linguísticos deveriam centrar-se em três níveis: sintático, semântico e pragmático.

No texto *Foundations of a Theory of Signs3,* Morris (1938) estabelece uma distinção entre sintaxe, semântica e pragmática. Segundo esse pesquisa-

dor, a sintaxe examina as relações entre os signos; a semântica estuda a relação dos signos com os objetos aos quais se referem; e a pragmática trata da relação dos signos com seus usuários e de como estes os interpretam e os empregam.

Essas definições, nos estudos sobre a linguagem, foram de grande importância para a linguística, a filosofia e, principalmente, para os estudos sobre a teoria da comunicação. Entretanto, não foram suficientes para precisar o termo pragmática, tampouco capazes de definir e delimitar em que ponto termina a semântica e começa a pragmática.

Nessa mesma perspectiva, Carnap (1938, p. 69-70), filósofo alemão, define a pragmática como o estudo da linguagem em relação aos seus falantes ou usuários e acrescenta: “a pragmática está na base de toda a linguística”. Entretanto, analisá-la do ponto de vista pragmático foi sem dúvida uma das suas grandes inquietações.[4]

Para esse estudioso, o uso da linguagem em situações concretas é bastante heterogêneo, complexo e está sujeito a muitas variações, o que impossibilita torná-la objeto de uma análise científica ou filosófica. Carnap, em seu clássico *The Logical Syntax of Language* (1938), afirma que não há dependência contextual. Por essa razão, elementos como tempo, lugar e intenção dos falantes não são considerados nas suas análises. Com essa posição, Carnap reitera a análise da linguagem com um sentido mais teórico e sistemático, dando ênfase apenas nos planos da semântica e da sintaxe.

Também é importante ressaltar que os estudos pragmáticos possuem grande relevância no campo discursivo. As pesquisas sobre essa disciplina começaram no século XIX com Austin (1962) e Searle (1969). Segundo Calsamiglia Blancafort e Tusón Valls (2002),

4 Escrito em 1938 por Charles W Morris. O texto serviu de introdução à *International Encyclopedia of Unified Science* (Enciclopédia Universal de Ciência Unificada), da qual o filósofo foi um dos organizadores, junto com Otto Neurath e Rudolf Carnap, do Círculo de Viena.

> Para que haja comunicação, deve haver uma transação de informação entre uma fonte–a instância emissora–e um destino–a instância receptora -, e isso é reproduzido em um contexto específico e concreto. (Tradução do autor)[5].

Essas teorias explicam que nós nos comunicamos não somente para informar, mas também para pedir convidar, saudar. É importante compreender que, quando uma pessoa fala algo, ela tem alguma intenção, e isso vai além do que se vê literalmente em nossas trocas comunicativas e depende de fatores que influenciam diretamente o locutor e o interlocutor.

Segundo Frías Conde (2001, p. 4), "o enunciado pode ser uma oração ou uma frase, contanto que esteja contextualizado". Por isso, a compreensão e a interpretação também podem variar, pois estão vinculadas ao momento específico que envolve os falantes.

Todavia, é importante considerar que todo discurso possui um objetivo, como afirmam Calsamiglia Blancafort e Tusón Valls (2002):

O discurso sempre tem um propósito–muitas vezes, mais de um–embora o grau de controle que a consciência exerce sobre a produção dos enunciados e sobre a manifestação ou a execução de nossas intenções seja muito variável² (CALSAMIGLIA BLANCAFORT; TUSÓN VALLS, p. 187, 2002, tradução do autor)[6].

Segundo a autora de *Las cosas del decir*, o propósito do nosso discurso é algo que varia e de que nós só manifestamos e deixamos aparecer o que

---

5 Texto original: "Para que haya comunicación es preciso que exista una transacción de información entre una fuente- la instancia emissora- y un destino- la instancia receptora-, y eso se reproduce en un contexto determinado y concreto".

6 Texto original: "El discurso siempre tiene un propósito-a menudo, más de uno-, si bien el grado de control que la consciência ejerce sobre la producción de los enunciados y sobre la manifestación o la ocutación de nuestras intenciones es muy variable".

nos é conveniente. Para esse propósito, costumamos fazer uso de elementos extralinguísticos, e uma das funções da pragmática é, precisamente, analisar o que está sendo dito nas entrelinhas.

Essa é a principal diferença entre a pragmática e a gramática: enquanto a primeira se preocupa em estudar o contexto de produção do enunciado, a segunda leva em consideração somente o enunciado, fora de contexto comunicativo.

Nesse sentido, de acordo com Escandell Vidal (2004), há quatro fatores que intervêm no processo comunicativo: "emissor, destinatário, situação, enunciado". Além desses, há ainda "a intenção e a distância social", que a autora aponta como relações que se estabelecem entre esses fatores.

Além disso, em nossa sociedade, há padrões estabelecidos que nos permitem adotar certos comportamentos em diferentes contextos comunicativos. Por exemplo, ao chegar ao local de trabalho, nós automaticamente adotamos um comportamento diferente do que usamos em nossa casa com nossos familiares ou do que usamos na rua com nossos amigos.

Isso ocorre, segundo Escandell Vidal (2004, p. 185), porque "nos acostumamos a padrões de interação sociais que nos levam a adotar comportamentos determinados em diferentes situações comunicativas", o que gera um conhecimento interiorizado em nós.

4.2.1 Teoria dos Atos de Fala – Austin (1962) e Searle (1975)

Uma das teorias precursoras dos estudos da pragmática e que possui grande relevância nesse campo de estudo da linguagem é a teoria dos atos de fala, proposta por Austin (1962). Austin buscava uma teoria que estruturasse e explicasse como a linguagem humana está constituída. Em seus estudos, Austin percebeu que, com a linguagem, fazemos mais do que descrever o mundo ao nosso redor e destaca que, com o uso das palavras, realizamos ações sobre o mundo (OLIVEIRA, 1996). Para responder seus

questionamentos sobre a linguagem, Austin desenvolveu uma teoria e chamou-a de teoria dos atos de fala.

Na teoria dos atos de fala, Austin afirma que a linguagem está composta por três instâncias, sendo elas chamadas de: ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário. Austin afirma que "todo dizer é um fazer", ou seja, dizer é comunicar.

Em sua obra *How to do thinhs whith wods* (1962), Austin baseou seus estudos em duas linhas de raciocínio: a teoria dos atos de fala constativos e a teoria dos atos de fala performativos.

Os atos de fala constativos eram descritos como verdadeiros ou falsos em um enunciado, ou seja, quando pronunciamos uma frase, como, por exemplo:

- Batizo esse carro em nome de Cláudia.

Estamos fazendo uso de palavras as quais não podemos proferir, pois não temos autoridade para batizar, senão o padre ou o pastor. Esse ato de fala é considerado falso; logo, é constativo.

Por outro lado, nos atos de fala performativos, o enunciado não se prende ao que está sendo proferido como verdadeiro ou falso, mas a uma ação comunicativa como saudar, agradecer, ordenar, etc. Nesse sentido, o ato de fala faz com que a mensagem, ao ser proferida, gere uma ação. Por exemplo:

- O senhor se sentou na minha cadeira.

Nesse caso, o enunciado estará realizando três atos de fala consecutivos: O ato locucionário: ao proferir a frase, além de comunicar, ele estará também transmitindo uma informação (avisar, prometer, informar, etc.). Esse ato designa a dimensão linguística (produção, articulação e significação gramatical de um enunciado) presente na linguagem (OLIVEIRA, 1996). Sendo assim, todo idioma está constituído, primeiramente, por um ato locucionário, ou seja, por estruturas linguísticas previamente estabelecidas, que buscam cumprir um propósito comunicativo.

A segunda instância da linguagem proposta por Austin é chamada de ato ilocucionário. Nesse caso, a linguagem é constituída de intenções comunicativas, ou seja, a língua exerce um propósito comunicativo que rege a relação entre sujeito/sujeito e sujeito/mundo, realizando então uma ação (OLIVEIRA, 1996).

Todo ato de fala (pedir, assegurar, explicar) desencadeia uma intenção comunicativa (obter, convencer, informar). No exemplo acima, o ato ilocucionário faz com que a frase que foi proferida gere uma ação como resposta do ato de fala locucionário.

A terceira instância da linguagem é o ato perlocucionário. Tal ato designa o *efeito produzido no interlocutor*, advinda da dimensão ilocucionária. Por exemplo, se o locutor, por meio de uma expressão linguística (ato locucionário), alcança o propósito comunicativo desejado (ato ilocucionário–advertir, convencer, etc.), diz-se que o ato perlocucionário (efeito produzido ◎ advertir, convencer, etc.) foi positivo. Caso contrário, diz-se que foi negativo (OLIVEIRA, 1996).

O ato perlocucionário é essa ação gerada por meio do ato de fala ilocucionário, por meio do qual se alcança um efeito de sentido nos interlocutores (felicidade, surpresa, espanto, etc.).

A importância de se estudar os atos de fala e como eles são desenvolvidos na linguagem está basicamente na busca por compreender como cada comunidade estrutura seus códigos linguísticos (ato locucionário) para executar e cumprir uma intenção comunicativa (ato ilocucionário) e gerar seus efeitos (ato perlocucionário) positivos ou negativos no interlocutor.

Alguns anos depois, Searle (1975) apresentou uma "continuação" dos estudos de Austin. Searle dedicou-se aos estudos dos atos de fala, tendo em vista a importância da manifestação do ato ilocucionário.

Para Searle (1976), o ato ilocutivo pode ser classificado em cinco grupos:

Assertivos ou **representativos**: descrevem um estado de coisas no mundo. São passíveis de uma veracidade ou não–(afirmar, explicar, presumir, etc.).

Diretivos: têm a pretensão de fazer com que o destinatário realize uma determinada ação–(ordenar, pedir, aconselhar, etc.).
Compromissivos: comprometer-se a realizar determinada ação–(prometer, garantir, oferecer, etc.).
Expressivos: manifestam um estado de ânimo a respeito de algo–(agradecer, perdoar, felicitar, etc.).
Declarativos: produzem uma mudança em seu contexto em virtude da autoridade que lhe foi delegada–(batizar, contratar, delegar uma sentença, etc.).

A diferença entre ambos os teóricos é que "Austin põe ênfase na ideia de ação, Searle se centra mais no caráter convencional dos atos de fala e nas relações entre forma linguística e ato de fala" (ESCANDELL VIDAL, 2004, p. 188).

Portanto, com a teoria dos atos de fala, os estudos da linguagem ganham novas proporções e possibilitam novas áreas de pesquisa. A partir de então, passa-se a levar em consideração o dito, o contexto no qual os sujeitos estão inseridos, quem são esses sujeitos que proferiram o enunciado e as intensões que existem além da estrutura literal de um enunciado.

Em síntese, a teoria dos atos de fala tem a pretensão de catalogar as intenções comunicativas, analisar os meios e formas pelas quais essas intenções são manifestadas (ESCANDELL VIDAL, 2004). Em outras palavras, busca-se verificar como cada comunidade linguística estrutura seus enunciados para cumprir determinadas intenções comunicativas

A partir dessas contribuições, Austin (1962) descreve os atos de fala como um processo de enunciados linguísticos que fazem parte do desenvolvimento da comunicação humana, que tem por finalidade compreender o que está sendo dito por meio da teoria dos atos de fala.

Searle (1969) dá continuidade às pesquisas de Austin (1962) na linguística contemporânea, fazendo uma análise na perspectiva comunicativa entre os falantes, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento da teoria dos atos de fala.

4.2.1.1 Ato de fala diretivo

Como apontamos desde o início deste capítulo, os atos de fala não só comunicam ou informam, mas realizam várias outras ações, como, por exemplo: ordenar, cumprimentar, convidar, saudar, etc.

Searle aponta o ato de fala diretivo como sendo o ato que realiza ações por meio do que está sendo dito. Para que isso ocorra, há uma interação comunicacional entre o emissor e o receptor, que faz com que ambos façam uma interpretação bem-sucedida dos anúncios, alcançando assim os objetivos esperados.

É necessário que o receptor tenha conhecimento de mundo de modo geral. Para isso, é preciso associá-lo ao sentido literal do que está sendo dito e que se façam observações a partir do conhecimento verbal contido nesses textos.

Ao proferir uma frase como:

- Feliz aniversário!
- Obrigado!

O emissor transmite uma felicitação, fazendo com que a mensagem provoque uma ação sobre o receptor, alcançando, assim, a interação por meio do processo comunicacional do ato de fala diretivo.

4.2.2 A gramática do designer visual

A gramática do designer visual estuda, dentre outros, textos publicitários como veículo de comunicação. Esse gênero textual está presente no nosso dia a dia, em forma de representações visuais, que se organizam e se estruturam nos textos multimodais.

Os textos multimodais são textos formulados a partir de signos linguísticos e são representados mediante elementos visuais e verbais. Esses textos são divididos em dois modos que compõem sua estrutura: o modo verbal e o modo não verbal.

A gramática do designer visual foi adaptada pelos autores Kress e Van Leewen (2006), sob a perspectiva de textos metafuncionais (representacional, interativo e composicional) que se estruturam por meio das propostas de Halliday (ideacional, interpessoal e textual).

Essas classificações se dão a partir de representações que dizem respeito ao que está exposto, tanto no explícito quanto no implícito, no contexto da imagem, construindo significados de acordo com cada função.

Kress e Van Leewen (2006) estabelecem a seguinte classificação:

a) **O representativo**: contém subclasses compostas por elementos como: representações, narrativas e representações conceituais;
b) **O interativo**: contém subclasses compostas por elementos como: contato, distância social em (plano fechado, plano médio e plano aberto), perspectiva em (ângulos frontais, ângulos oblíquos e ângulos verticais) e modalidade em (cor/saturação, contextualização e brilho);
c) **O composicional**: contém subclasses compostas por elementos como: valor da informação, saliência e estrutura.

A teoria da gramática do designer visual se desenvolve a partir desses elementos supracitados, os quais compõem cada subclasse com suas respectivas funções para compor uma imagem, a fim de relacionar um todo, para que essa imagem possa então transmitir uma informação coerente, presente nos textos visuais.

Para nossa pesquisa, fizemos a escolha pela categoria composicional. Descreveremos, na continuação, as características dessa categoria.

4.2.2.1 A categoria composicional

A categoria escolhida para a análise do *corpus* do nosso artigo é a composicional, a partir da contribuição de Kress e Van Leewen.

A categoria composicional foi selecionada com o propósito de demonstrar que os textos publicitários são construídos com mais de um sentido,

pois, como bem afirmam Kress e Van Leewen (2006, p. 27-42), "cabe a esta integrar os elementos visuais das outras metafunções a fim de construir um todo coerente".

Essa categoria é propícia para nossa análise, já que os textos publicitários são capazes de estabelecer função por meio das imagens ou com a finalidade de comunicação, que podem ser tanto classificados quanto organizados, exigindo do leitor mais de uma forma de interpretação, que é a verbal e a não verbal.

A classificação verbal se dá a partir da fala ou da escrita e a não verbal é composta por elementos que são representados em forma de imagem, desenho, gravuras, etc., como meio de comunicação.

De acordo com a classificação feita por Kress e Van Leewen (2006, p. 23), "Esse elemento composicional é composto por subclasses que são: **o valor da informação, saliência e estrutura"**.

a) **O valor da informação**: segundo Kress e Van Leewen (2006), é organizado a partir das substâncias fundamentais que compõem a imagem, sendo estas: esquerda/direita (dados e novo), topo/base (ideal e real), centro/margem;
b) **Saliência**: é o principal objeto da imagem, que faz com que a informação seja transmitida por meio de processos como as cores mais vibrantes, o contraste, o brilho, entre outros recursos, capazes de fazer com que o leitor possa compreender o andamento da imagem.
c) **Estrutura**: dá-se a partir dos elementos contidos na imagem, ou seja, elementos verbais ou não verbais, ou até mesmo desses dois elementos juntos na mesma imagem, capaz de fazer com que o leitor possa associar ou não esses elementos a sua interpretação, segundo Kress e Van Leewen (2006).

É, então, a partir desses elementos que compõem um todo na imagem que o leitor faz suas interpretações, de forma coerente e concisa. Com isso,

iremos analisar, de acordo com a GDV, os elementos composicionais que estão contidos nos textos publicitários.

4.3 Metodologia da pesquisa

Apresentaremos, nessa seção, a metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa apresentada aqui. Faremos uma descrição dos passos que nos levaram a obter os resultados, os quais serão apresentados mais adiante.

Na segunda parte deste quarto capítulo, iremos nos deter à análise do *corpus* selecionado para este estudo.

4.3.1 Aspectos metodológicos

A nossa pesquisa se caracteriza como estudo descritivo, interpretativo e qualitativo. Procuramos, com esta pesquisa, apresentar a análise de algumas peças publicitárias, nas quais se tenta explicar como o ato de fala diretivo se apresenta e qual a sua influência na publicidade.

O intuito, de fato, é observar como o ato de fala diretivo está representado nos anúncios, a fim de que possamos compreender o que está implícito nesses textos e qual a intenção que se teve ao produzir esse material e os efeitos de sentido que esses textos produzem no público alvo.

Como objeto de análise, foram selecionadas três propagandas publicitárias que circularam nos seguintes meios de comunicação: *blog*, *twitter* e revista. Os anúncios foram publicados na Espanha e na Argentina.

Em um primeiro momento, havíamos pré-selecionado doze propagandas para estudo. Observamos, no entanto, que nem todos esses textos contemplavam o objetivo da pesquisa. Desse modo, realizamos uma seleção e apenas três publicidades atenderam ao propósito do trabalho.

O segundo passo foi analisar o material selecionado, à luz da teoria da GDV. Para tanto, procuramos identificar, nesses textos, como se apresenta a categoria composicional.

Em seguida, observamos como o ato de fala diretivo se manifesta nesses anúncios publicitários, buscando enxergar o texto subentendido contido nas peças publicitárias, bem como os efeitos de sentido que possuem.

4.4 Recorte de uma pesquisa: análise do corpus

4.4.1 Análise do anúncio 1

Apresentamos, na continuação, três anúncios publicitários veiculados em diferentes meios de comunicação, que servirão de base para nosso estudo.

Figuras 1 e 2–Anúncio 1

Figura 1 Figua 2

Fonte: No creen en los milagros (2008)[7].

O anúncio faz uma análise baseada nos princípios linguísticos, mais precisamente na construção de um enunciado, fazendo uso do ato de fala diretivo. O texto apresenta a preocupação com o uso do preservativo.

7 Disponível em: http://nocreasenlosmilagros.blogspot.com/2008/02/no-creas-en-los-milagros.html. Acesso em: 21 set. 2020.

A imagem mostra uma oposição: de um lado, temos a representação de duas pessoas “desprevenidas" por não usarem preservativo; do outro, as pessoas estão protegidas, pois usam o preservativo.

Para chegarmos a essa interpretação, foi elaborada uma análise, partindo do princípio da GDV, segundo a qual a categoria a ser utilizada foi a composicional. A imagem foi dividida por uma linha horizontal, sendo esta, representada por duas partes: a ‘ideal’ e a ‘real’.

A primeira parte da imagem aborda a questão ‘ideal’ e nela foi construída a interpretação do casal sem utilizar o preservativo, passando a informação de uma possível gravidez indesejada, como também de possíveis DSTs (doenças sexualmente transmissíveis).

Sendo essa a primeira informação obtida, faz-se um alerta de que milagres não existem, deixando evidente que não é possível confiar em métodos que sigam o viés religioso. Por outro lado, deixa claro que, quando se contrai DSTs, milagres não acontecem.

Já a segunda parte da imagem, representada pelo ‘real’, faz uso do imperativo afirmativo na seguinte frase: “ponha e faça-o”, passando uma ideia de segurança ao leitor, de que o uso correto do preservativo não gera uma gravidez indesejada e ainda previne contra doenças sexualmente transmissíveis.

O ato de fala diretivo está presente na publicidade por meio do verbo no imperativo negativo e no imperativo afirmativo, cuja ideia principal é orientar o público acerca do uso do preservativo, para que evitem uma gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis.

Mesmo sabendo que não há métodos cem por cento confiáveis, o anúncio defende o uso do preservativo como uma das formas mais eficazes de evitar uma gravidez indesejada e doenças.

4.4.2 Análise do anúncio 2

Figuras 3 e 4–Anúncio 2

Figura 3

Figura 4

Fonte: La Voz del Sur (2018)[8]

8 Disponível em: https://www.lavozdelsur.es/desde-mi-pulpito. Acesso em: 21 set. 2020.

Nesse anúncio, temos uma campanha do governo da Argentina para fazer com que o povo leia mais e conheça sua história. Analisando a GDV na categoria composicional, observamos o uso dos elementos que compõem a imagem a partir do elemento 'valor informacional', contidos no centro da imagem, para que assim se obtenha uma interpretação de forma coerente.

O anúncio leva o leitor a formular sua interpretação a partir do eixo central da imagem, com a escolha do livro de história, que ocupa uma posição de destaque na imagem, transmitindo o valor da informação, na tentativa de combater o fascismo, representado pela mão entregando o livro, inferindo que, com a leitura, a pessoa terá o conhecimento.

É importante observar que existe uma luz saindo de dentro do livro, que, metaforicamente, na nossa interpretação, representa a luz do conhecimento que irá tirar o homem da escuridão da ignorância, fazendo com que ele não volte a repetir erros cometidos no passado.

Mediante a forma verbal "leia", no centro da imagem, no modo imperativo, temos o ato de fala diretivo. Essa estrutura verbal, na parte superior da imagem, é representada pelo elemento 'ideal', que sugere um alerta para combater a ignorância da população, levando-a a adquirir o hábito de leitura.

Diante do elemento 'real', na parte inferior da imagem, o governo oferece mais comodidade e acessibilidade para a população que, não tendo tempo de ler na biblioteca, pode levar o livro para fazer a leitura em casa, complementando, assim, a interpretação da imagem no centro, construindo um todo coerente.

4.4.3 Análise do anúncio 3

Figuras 5 e 6–Anúncio 3

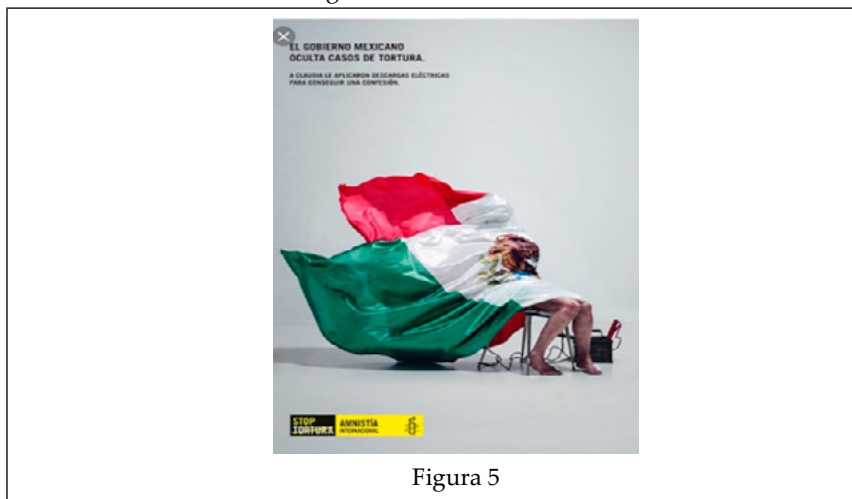



Figura 5

Figura 6

Fonte: 4 Vientos (2017)[9].

9 Disponível em: http://www.4vientos.net/2017/04/24/al-filo-de-la-navaja-impunidad-en-delitos-y-violaciones-a-los-derechos-humanos. Acesso em: 21 set. 2020.

Esse anúncio faz clara denúncia aos casos de tortura. Elaboramos uma análise sob a GDV, partindo da categoria composicional. Utilizamos, dessa vez, a saliência para explicar a informação contida na imagem, mediante as cores vibrantes e a informação que essas cores evidenciam.

Na imagem, aparece uma pessoa do gênero feminino, principal objeto de análise desse anúncio, elaborado pelo governo mexicano. O texto evidencia os atos cruéis do governo, o qual toma atitudes como aplicar choques eléctricos para obter confissões, exposto na parte superior do lado esquerdo da imagem. A presença da cor vermelha pode significar uma urgência quanto aos casos de tortura, seguida da frase da Anistia Internacional, que é justamente o alerta dos direitos humanos com pedido de denúncia.

A máquina ao lado da cadeira está inserida como plano de fundo, do lado direito, na parte inferior da imagem. Esse cenário procura passar uma informação maior do que está exposto. A imagem se sobressai ao texto verbal.

A mulher sentada, com as pernas machucadas, evidencia a tortura e os casos de crueldade. Ela está coberta com a bandeira mexicana, levando-nos a acreditar que essa imagem simboliza os casos de tortura com as mulheres, que são ocultados pelo governo.

O anúncio do lado esquerdo da imagem, na parte inferior, associado ao pedido de socorro 'stop', com a frase na cor amarela, que significa precaução, cautela, também pode sugerir que o país necessita de uma atenção redobrada a esses casos, ou até mesmo, pode informar que casos assim sejam frequentes.

A bandeira em movimento, com as cores vibrantes em verde, revela o país ao qual o anúncio faz referência. Sendo assim, sugere uma ideia de insegurança, em que a população pede socorro para que, mais cedo ou mais tarde, os casos de violência provocados pelo governo sejam descobertos.

O anúncio tem como objetivo fazer um apelo à Anistia Internacional. Mediante a forma verbal no imperativo afirmativo "stop", podemos explo-

rar o ato de fala diretivo, visto que direciona o leitor a dar um basta na tortura e a exigir que o governo seja investigado e punido por suas crueldades.

4.5 Considerações finais

Os estudos sobre a linguagem e a interação comunicativa ganham grande relevância, ampliando, assim, seu horizonte teórico/descritivo. Tornam-se interessantes estudos que se somem aos pensamentos já existentes e que contribuam para o crescimento e a concretização das teorias que compõem a base do ensino-aprendizagem de idiomas.

A língua não é um elemento estático, mas está em constante mudança e estudá-la a partir de uma estrutura fixa é o mesmo que limitá-la e não compreendê-la num sentido mais amplo.

Para o estudo da linguagem, é imprescindível levar em consideração aspectos do entorno comunicativo, o que está além da estrutura linguística e passar a ver o enunciado não com o que é "certo" ou "errado", mas com o conceito de *adequado* e *não adequado* (ESCANDELL VIDAL, 2004).

Explorar o ato de fala diretivo nesses textos possibilitou compreender que há uma mensagem implícita nas publicidades, mas que fica subentendida pelo que foi exposto na peça publicitária. Além disso, as imagens possuem um importante papel nesse gênero textual, visto que o texto verbal, sozinho, não proporcionaria a mesma leitura.

Nesse contexto, foi possível interpretar e inferir, de forma mais clara, o conteúdo que se sobressai da imagem. Por meio das formas verbais no modo imperativo, foi possível identificar e interpretar a função do ato de fala diretivo.

A gramática do Designer Visual, com a categoria composicional, viabilizou uma leitura acerca das imagens. Compreendemos que, para uma boa interpretação, há que se considerar as cores, os objetos e a posição que está presente na imagem.

A partir dessa teoria, compreendemos a importância dos ângulos em que a imagem está inserida, como a parte superior, a central e a inferior, que contribuem para a informação, bem como as laterais dessa imagem, sendo a lateral esquerda usada para obter dados, e a direita, para passar uma informação nova.

A leitura do texto não verbal, associada ao texto verbal, foi fundamental para inferir e, dessa forma, realizar uma leitura crítica dos anúncios publicitários que serviram de corpus para esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things withg words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

CALSAMIGLIA BLANCAFORT, Helena; TUSÓN VALLS, Amparo. **Las cosas del decir:** manual de análisis del discurso. Barcelona: Ariel, 2002.

CARNAP, Rudolf. **Logical Foundations of the Unity of Science**. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

FRÍAS CONDE, Xavier. Introducción a la pragmática. **Revista Philologica Romanica**, p. 3-35, 2001.

ESCANDEL VIDAL, Maria Victoria. Aportaciones de la Pragmática. *In*: SÁNCHEZ, Jesús Lobato, **Vademéum para la formación de professores**. Madrid: SGEL, 2004.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images:** the grammar of visual design. London. New York: Routledge, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky, Solange Maria Ledda Gallo e Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

MORRIS, Charles. **Fundamentos de la teoría de los signos**. México: Universidad Autónoma de México, 1938.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea.** São Paulo: Layola, 1996. p. 149-195.

PEIRCE, Charles Sanders. **The essential Peirce**: selected philosophical works. Bloomington: Indiana University Press, 1992b.

SEARLE, John Rogers. Una taxonomia de los actos ilocucionarios. **Teorema: Revista internacional de filosofía**, Espanha, v. 6, n. 1, p. 43-78, 1976.

VESTERGAARD, Torben. **A linguagem da propaganda**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

5 A ANÁLISE DO DISCURSO DE TRADIÇÃO FRANCESA: UM VIÉS FOUCAULTIANO

Lúcia Helena Medeiros da Cunha Tavares

5.1 Considerações iniciais

Nas sociedades contemporâneas, as quais se apresentam em constantes movências, circulam as práticas discursivas que formam/transformam os sujeitos e que constroem historicamente os sentidos. A Análise do Discurso (AD) de tradição francesa nos dá respaldo para uma melhor compreensão dessa sociedade, dos acontecimentos e dos sujeitos sociais, pois nos incita a questionar e a refletir, buscando o fio condutor dos sentidos.

A AD, no Brasil, tem o seu marco nos anos 80, com a figura de Eni Orlandi, que disponibiliza as traduções das obras de Michel Pêcheux e começa a consolidar, no país, grupos de pesquisas sobre o discurso. Devido a isso, no Brasil, diferentemente da França, não se apagou a imagem do fundador da disciplina. Pêcheux continua a ser retomado e estudado. Aqui, os analistas do discurso, muitas vezes, são classificados em pecheuxtianos, foucaultianos ou bakhtinianos e isso não interfere no desenvolvimento dos trabalhos com as mais diversas materialidades linguísticas, que se encontram tanto nos discursos institucionalizados quanto nos discursos do cotidiano. Dessa forma, mesmo trabalhando com a Análise do Discurso de tradição francesa, fundada por Michel Pêcheux, escolheu-se aqui seguir as concepções foucaultianas, por ser em Foucault que encontramos maior respaldo para conduzir as nossas pesquisas.

Para um maior conhecimento sobre a AD francesa, trazemos aqui um breve relato sobre o seu surgimento e apresentamos, em uma vertente foucaultiana, alguns conceitos, como **sujeito, discurso, poder, vontade de verdade, memória, sentido, arquivo, formação discursiva, enunciado, acontecimento,** os quais norteiam a nossa análise, que se dará a partir dos discursos da Comissão Nacional da Verdade–CNV sobre as formas de violência cometidas contra a mulher na Ditadura Militar Brasileira. Nesse viés, procuraremos descrever os vestígios de memória e os mecanismos de poder que permeiam os testemunhos de mulheres violentadas, em época de Ditadura, e de seus familiares, além de interpretar as relações de saber/poder nos discursos da CNV sobre a violência contra a mulher, de ordem psicológica, física, moral e/ou sexual.

A materialidade analisada aqui se compõe de discursos sobre a Ditadura Militar no Brasil, presentes nos relatórios da CNV, como os testemunhos de mulheres ou de familiares de mulheres que foram presas, torturadas e violentadas durante esse período da história de nosso país. Sigamos, então, às discursividades.

5.2 Surgimento da teoria

A Análise do Discurso, que tem início no final dos anos 60, na França, é fundada por Jean Dubois, lexicólogo de renome, criador da revista *Langages*, e por Michel Pêcheux, filósofo ligado a Althusser e preocupado em discutir a Epistemologia das Ciências. Esses dois fundadores viam diferenças nos estudos da Análise do Discurso. Dubois achava que a Análise do Discurso, doravante AD, seria uma continuidade da Linguística, enquanto Pêcheux tinha em vista um novo campo de investigação. Para Pêcheux, esses estudos tratavam de "estabelecer a articulação entre a base linguística e o processo discursivo, analisando o funcionamento da base linguística em relação às representações colocadas em jogo nas relações sociais" (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 28). Apesar de suas diferenças, esses dois estudiosos tinham um só objeto de estudo: o discurso.

Quatro nomes estão intimamente ligados à AD: Althusser, autor de várias releituras marxistas; Foucault, introdutor da noção de Formação Discursiva na AD; Lacan, com a leitura do inconsciente das teses freudianas, e Bakhtin (via Jackeline Authier-Revuz), sobretudo com os conceitos de gênero e de dialogismo da linguagem. Cada um deles serviu como pilar para a articulação entre língua, sujeito, discurso e história. E é com essa articulação que Pêcheux "constitui o edifício da Análise do Discurso" (GREGOLIN, 2003, p. 25).

O histórico da Análise do Discurso pode ser visualizado "por meio da relação que se vai estabelecer entre a linguística e outras disciplinas, na busca da interdisciplinaridade para a análise de um objeto 'além da frase', que exige a abordagem da articulação entre o lingüístico e o seu 'exterior"' (GREGOLIN, 2003, p. 22).

Na França, a AD passa por **três épocas** distintas, cada qual com os seus pontos significativos para o engrandecimento das teorias e das pesquisas relacionadas a essa área. Essas três épocas são marcadas por revisões e

mudanças de conceitos. Várias indagações teimam em aparecer sobre as teorias formuladas.

A primeira dessas três épocas tem início nos anos 60 e possui como marco o livro de Pêcheux *Analyse Automatique du Discours* (1969). Este "é um livro original que chocou lançando, a sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido" (MALDIDIER, 2003, p. 19). Nessa época, Pêcheux pensava criar uma máquina para análise automática do discurso, mas, por não haver discursos homogêneos, o trabalho dessa máquina era dificultoso. As bases do autor são ainda muito estruturalistas, mas também distribucionalistas, quando abrange as teorias de Harris, o que lhe permitia trabalhar com o enunciado.

Totalmente influenciado por Althusser, Pêcheux propõe uma teoria não subjetiva do sujeito, um sujeito assujeitado por uma ideologia e que tem a ilusão de ser fonte de seu dizer, acreditando produzir discursos, enquanto somente os reproduz. A experiência de Pêcheux com a informática, por meio de sua máquina de analisar discursos, leva-o a sentir a necessidade e a importância da linguística. Isso sela o seu percurso pelas trilhas da linguagem.

No entanto, mudanças políticas e epistemológicas levam essa disciplina a passar por constantes transformações, reconstruindo e retificando seus conceitos. Pêcheux, em suas inquietações, reelabora suas propostas e faz surgir uma nova época de teorias discursivas.

Na segunda fase, que se inicia a partir de 1975, Pêcheux fala do sujeito atravessado pela Psicanálise e traz a teoria não subjetiva do sujeito. Desenvolvem-se, de forma mais profunda, os conceitos de enunciado, memória e interdiscurso. Analisa-se, nos discursos, uma enunciação anterior, combinações de novos enunciados com outros enunciados já pronunciados. Há, então, um maior diálogo com os conceitos de Bakhtin e Foucault.

Em 1975, Pêcheux e Fuchs apresentam o quadro epistemológico da AD em *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. Nesse texto, aparecem "três regiões do conhecimento atravessadas por

uma teoria da subjetividade da natureza psicanalítica" (FONSECA-SILVA, 2007, p. 89). São elas: 1) o materialismo histórico – explicado como teoria da ideologia e das formações e transformações sociais, 2) a linguística – teoria que rege os mecanismos sintáticos e os processos de enunciação e 3) a teoria do discurso – teoria dos processos semânticos e da determinação histórica. Nesse mesmo ano, Pêcheux lança *Semântica e Discurso.*

É ainda nessa época que a noção de formação discursiva emprestada de Foucault ganha espaço, o que leva a começar a explodir a "máquina estrutural" de Pêcheux, pois, com a formação discursiva, identificam-se os discursos transversos, introduzindo-se assim a noção de interdiscurso. Além disso, se reconhece a formação discursiva como o lugar da constituição do sentido, vinculando-se também à constituição do sujeito. Mesmo assim, para Pêcheux, o sujeito do discurso continua sendo um sujeito assujeitado à formação ideológica. O sujeito da enunciação não é posto ainda, mas se descobre uma zona de entrelaçamentos, de atravessamentos de discursos e de efeitos discursivos. Na segunda fase da AD, são questionados os pontos interiores e exteriores nos processos discursivos. É nesse momento em que ocorrem as tensões maiores entre Pêcheux e Foucault.

A terceira época da análise do discurso inicia-se nos anos 80. É um novo tempo, marcado por dúvidas e incertezas. Nessa fase, é desconstruída de vez a "máquina discursiva", outrora pretendida por Pêcheux, surgindo, assim, novos horizontes teóricos. A heterogeneidade começa a fazer parte do discurso, ampliam-se os diálogos e retifica-se a noção de Formação Discursiva, da qual Pêcheux se aproxima mais, reconhecendo as propostas de Foucault. São as teorias foucaultianas que estão presentes nas análises dos vários discursos transversos. Pêcheux também relê Bakhtin, a quem havia criticado por apresentar algumas teorias de cunho humanista. Nessa época, consegue-se ver que as reflexões de Bakhtin dão um novo impulso aos estudos do enunciado. Isso acontece a partir das influências de Authier-Revuz, no colóquio *Materialidades Discursivas,* do qual participava

Pêcheux, surgem então os estudos sobre a heterogeneidade do sujeito, o que leva à discussão sobre o Outro.

Em 1981, Courtine "retoma as reflexões de Pêcheux (1977) e propõe a releitura de Foucault para fazer funcionar alguns conceitos que vão redirecionar a teoria do discurso" (FONSECA-SILVA, 2007, p.103). No período de 1980 a 1983, há uma desconstrução em vários preceitos que regiam os estudos pecheuxtianos.

Nessa época,

> Pêcheux afasta-se de posições dogmáticas sustentadas anteriormente a partir de sua vinculação com o Partido Comunista. É o momento do encontro com a "Nova História", de aproximação com as teses foucaultianas, em que Pêcheux critica duramente a política e as posições derivadas da luta na teoria e, assim, abre várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento (GREGOLIN, 2004, p. 64).

Esse afastamento de Pêcheux das posições assumidas anteriormente fica bem claro nas colocações que faz a seguir:

> Como os métodos da Nova História, os da Arqueologia foucaultiana terminam, por sua vez, por tratar explicitamente o documento textual como um monumento, ou seja, como um traço discursivo em uma história, um nó singular em uma rede. Desse ponto de vista, a necessidade de levar em conta, na análise das discursividades, as posições teóricas e as práticas de leitura desenvolvidas nos trabalhos de M. Foucault constituiu um dos sinais recentes mais nítidos da retomada da Análise de Discurso: a construção teórica da intertextualidade, e, de maneira mais geral, do interdiscurso, apareceu como uma das questões cruciais dessa retomada, conduzindo a Análise de Discurso a se afastar mais e mais de uma concepção classificatória que dava um privilégio que se

revela cada vez mais contestável aos discursos escritos oficiais "legitimados" (PÊCHEUX, 1998, p. 48).

Percebe-se, nesse dizer, a abertura para se trabalhar os discursos de forma diferente. Pêcheux lança um outro olhar para as teorias foucaultianas, aproximando-se do filósofo e começando uma nova era para os estudos em Análise do Discurso. Devido às mudanças ocorridas, essa é também a época em que esses estudos começam a repercutir com maior intensidade.

No Brasil, a Análise do Discurso já apresenta seus vestígios, no período de 1962 a 1974, com os textos e livros de Carlos Henrique Escobar (GREGOLIN, 2007a). Esses textos–produzidos por militantes marxistas brasileiros, quase que na mesma época das discussões dos grupos de Althusser, Pêcheux e Foucault – falam de momentos de repressão no Brasil. A revista *Tempo Brasileiro* é um exemplo desses discursos ao apresentar em suas páginas a pluralidade de manifestações políticas. As teorias althusserianas já aparecem em números temáticos da revista. Nos anos 70, o marco mais importante é a publicação de *O homem e o discurso. A arqueologia de Michel Foucault (entrevista),* organizado por Sérgio Paulo Rouanet (GREGOLIN, 2007a). Nesse livro, podem-se encontrar as críticas de Lecourt e de Escobar ao pensamento foucaultiano.

Em 1975, Escobar publica *Epistemologia das Ciências Hoje*, em que se podem encontrar as críticas que movimentam as propostas de Althusser e Foucault, já publicadas em livro anterior. Porém, devido a um novo momento vivido na França, Escobar dedica o último capítulo do livro às mudanças que envolviam althusserianos e foucaultianos, pois se começa a repensar a utilidade do material de pesquisa levantado por Foucault. Há então uma retificação das posições assumidas por Escobar em relação a Foucault, mas, assim como Pêcheux, Escobar, que acompanha as discussões das teses althusserianas, não deixa de repensar pontos como a luta de classes, o Estado e a política, por exemplo.

A AD, com suas categorias de análise, nos auxilia nos estudos da linguagem, seguindo pelos mais diversos domínios discursivos, como o político,

o religioso, o publicitário, o midiático, entre outros. Isso não quer dizer que não haja embates teóricos entre a análise do discurso e a linguística. Como afirma Ferreira (2007, p.19), "há contato, mas não pertencimento. E isso vale para os dois lados". A autora completa, ressaltando que "a AD compõe o seu tabuleiro, escolhe suas peças principais e arma seu jogo no campo da linguagem" (FERREIRA, 2007, p.19).

Alguns dos conceitos trabalhados na Análise do Discurso – os quais funcionam como elementos de uma caixa de ferramentas – abordados neste artigo, são: sujeito discursivo, poder, vontade de verdade, sentido, memória, formação discursiva, enunciado, arquivo, acontecimento.

5.3 Princípios teóricos

Para iniciar esta conversa e melhor conhecer as categorias de análise presentes no decorrer deste trabalho, nada mais inquietante que começar falando do objeto de estudo de Foucault, **o sujeito**, juntamente com os conceitos que tentam esclarecer o que é o **discurso** para a AD.

O discurso tem seu funcionamento, suas regularidades, que se ligam ao social e ao histórico. Sendo assim, no funcionamento da linguagem, dá-se a **produção de sentidos** e a constituição do sujeito, pois ambos são afetados pela língua e pela história. Pode-se ressaltar, então, que "as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados" (ORLANDI, 2005, p. 21). Esses efeitos de sentidos emanam de dizeres que estão dentro de uma condição de produção, a qual vai compreender o sujeito, a situação, a história e a memória.

Foucault (2006, p. 22), em *A Ordem do Discurso,* diz que, nas sociedades, há regularmente um tipo de desnivelamento entre os discursos que se dizem, pois estes

> passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos

> que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer.

Isso acontece nos textos que já se conhecem culturalmente, como nos textos jurídicos, religiosos, literários, midiáticos, entre outros. Nesses campos discursivos, surgem a repetição, a transformação, a retomada de muitos discursos já-ditos. Como coloca Foucault (2006, p.26), "o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta".

Foucault (2007, p. 28) afirma também que

> é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros.

E é assim que encontraremos, no decorrer deste trabalho, os discursos que (não) se dizem sobre a Ditadura Militar Brasileira. Discursos repetidos, transformados, apagados, silenciados, historicizados por uma memória. É também durante esse estudo que poderemos ver a dispersão do sujeito. Um sujeito heterogêneo, como ressalta Authier-Revuz (1982). Para essa autora, o sujeito, em sua heterogeneidade, demonstra ser disperso, descentrado, dividido. E, sendo também um efeito de linguagem, é um sujeito constituído por muitas vozes sociais. O sujeito não sendo homogêneo, mas heterogêneo, traz em si formações discursivas que apresentam uma inter-relação com a linguagem e a história, perpassadas pela memória. São as formações discursivas que revelam as formações ideológicas do sujeito.

Quando se fala em sujeito, há uma certa confusão devido ao sujeito gramatical ou mesmo no sentido de se fazer uma alusão ao sujeito de Lacan, o sujeito do inconsciente, que não é o mesmo do qual trata a AD. Maziére (2007, p.22) tenta demonstrar as várias concepções de sujeito quando diz que

> o marxismo, que é uma referência durante os primeiros anos da AD, o sujeita. Foucault o dispersa na formação discursiva. A colaboração entre lingüistas e psicanalistas o resgata do psicologismo. A colaboração com os historiadores introduz um sujeito da história. O peso da interdiscursividade organiza 'a deslocalização tendencial do sujeito enunciador' na materialidade dos enunciados, segundo uma fórmula de Michel Pêcheux [...]. As sofisticações da pragmática o reconfiguram em uma escala de ações e de co-ações enunciativas e semânticas na qual ele pode se multiplicar e se diluir.

São muitas as concepções sobre o sujeito. Para a AD, o sujeito seria um *lugar de sujeito* que pode ser apreendido na busca do analista do discurso. Gregolin (2004, p. 92) explica dizendo que, de acordo com os estudos arqueológicos de Foucault,

> compreendemos que o sujeito do enunciado não pode ser reduzido aos elementos gramaticais, pois ele é historicamente determinado, o que faz com que não seja o mesmo de um enunciado a outro e a função enunciativa pode ser exercida por diferentes sujeitos.

Daí a dispersão do sujeito. Um mesmo indivíduo pode ocupar diferentes lugares em uma série enunciativa e assumir diferentes papéis sociais. Esse sujeito representa, na verdade, um grupo social e fala de um lugar social ocupado por ele. Para compreender esse sujeito discursivo, é necessário que se compreendam as suas vozes sociais, pois ele apresenta diferentes discursos, diferentes vozes, vindas de diferentes lugares. Isso constitui o sujeito discursivo que produz sentido no jogo das formações discursivas.

Para melhor explicar **formação discursiva**, serão tomadas as palavras de Michel Foucault (2007, p. 43), que diz:

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas

> temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (grifos do autor).

Uma formação discursiva é constantemente invadida por outras formações discursivas, muitas vezes, sob a forma de um discurso transverso. Daí surge o interdiscurso. Para Courtine (2006, p. 69), o interdiscurso é um conjunto complexo de discursos que "serve como 'material discursivo original'".

Foucault (2007) ressalta que não há **enunciado** que não suponha outros enunciados. Para o filósofo, o enunciado também se constitui pelo conjunto das formulações a que este se refere, "seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas, não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados" (FOUCAULT, 2007, p. 111). Diante dessas colocações feitas por Foucault, Courtine (2006, p. 70) chega à conclusão de que "o enunciado entra em uma rede interdiscursiva vertical de formulações, uma concepção que se aproxima do interdiscurso concebido por Pêcheux". O **interdiscurso** aparece como um "discurso transverso, a partir do qual se realiza a articulação com o que o sujeito enunciador dá coerência 'ao fio de seu discurso'" (COURTINE, 2009, p. 75).

Nesse sentido, em cada texto produzido, em cada enunciado oralizado ou escrito, há a presença de outras vozes e o sujeito, pode-se dizer que, na verdade, é constituído historicamente e é constituído pelo outro.

O sujeito também é disciplinado, controlado por mecanismos de **poder** que regulam o seu dizer/fazer. Para disciplinar esse sujeito, também é preciso produzir verdades. Sobre a **verdade**, Foucault (2008, p. 13) diz ser "o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder". Esses efeitos de poder, tidos como verdades, vão regulamentar os corpos desses sujeitos, que devem ser disciplinarizados, para uma convivência adequada na sociedade.

Em suas investigações sobre o "como" do poder, Foucault (2008, p.179) estuda os mecanismos que se apresentam entre dois pontos de referência: "por um lado, as regras do direito que delimitam formalmente o poder e, por outro, os efeitos de verdade que este poder produz, transmite e que por sua vez reproduzem-no". Para Foucault, isso resulta no triângulo "poder, direito e verdade". Dessa forma, o filósofo questiona: "de que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade?" (FOUCAULT, 2008, p. 179).

Busca-se então apreender os **efeitos de sentido** dos discursos que circulam, se acumulam e produzem a "verdade". A verdade é produzida pelos sujeitos que, ao mesmo tempo, são submetidos a ela. E para melhor explicar essa produção da verdade, a qual se dá pelo direito, Foucault (2008) retoma a história do poder real, o qual incentivava a criação do edifício jurídico exercido nas sociedades. Havia um poder monárquico, o poder do rei, que se dava de forma autoritária e absolutista. O poder jurídico se faz em torno do poder real, com leis que satisfaçam e favoreçam ao rei. No entanto, há uma outra forma de interpretar esse poder soberano, pois o jurídico também surge para limitar os poderes do rei, impondo-lhe as regras de direito as quais ele deveria seguir. Tudo isso acontecia para legitimar o poder do soberano. A teoria do direito exerceu então "o papel de fixar a legitimidade do poder" (FOUCAULT, 2008a, p. 181).

Para Foucault, (2008a, p.183), "o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação". Isso pode ser visto mesmo nos discursos do cotidiano. Foucault (1995) defende ainda que, para compreendermos o que são as relações de poder, também devemos investigar as formas de **resistência**. O exercício do poder, para Foucault (1995, p.242), "não é simplesmente uma relação entre 'parceiros' individuais ou coletivos. É um modo de ação de alguns sobre os outros". Desse modo, o autor inclui ainda um elemento importante, que é a liberdade, pois

> o poder só se exerce sobre "sujeitos livres", enquanto "livres" – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer (FOUCAULT, 1995, p. 244).

O exercício do poder, nas sociedades modernas, dá-se, ainda, "no jogo da heterogeneidade entre um direito público da soberania e o mecanismo polimorfo das disciplinas" (FOUCAULT, (2008a, p. 189). E, para melhor se compreenderem esses processos de mudanças sobre o exercício do poder, é preciso revisitar a **história** e a **memória**, reconstruir as falas do passado, para se entender o presente e visualizar o futuro.

A investigação histórica já levou a muitas afirmações, algumas convergentes, outras divergentes, entre os estudiosos. Para Althusser (2003), na História, não se encontra Sujeito nem sujeitos, pois ela é apenas o motor da luta de classes. Discípulo fiel de Althusser, Pêcheux (2008) ressalta que, do ponto de vista do materialismo histórico, a história deve ser trabalhada como o lugar em que se materializam os equívocos, um lugar contraditório. Isso é o que leva o sujeito para o real histórico. E, para ele, tudo isso começa a se desvendar no campo político.

Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2007, p. 08), afirma que

> a história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como dis-

> ciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento.

Essas mudanças, para Foucault, vão trazer várias consequências, entre as quais a noção de descontinuidade que, para a história, levava ao disperso, ao impensável e que, pela análise, deveria ser "contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos" (FOUCAULT, 2007, p. 9). O filósofo ressalta ainda que a descontinuidade que o historiador tratava de suprimir da história tornou-se agora "um dos elementos fundamentais da análise histórica" (FOUCAULT, 2007, p. 09). À análise do discurso interessa não a história tradicional, que se baseava na análise de documentos, mas a **Nova História**, que se preocupa e se interessa por toda a atividade humana. Para essa Nova História, conforme Gregolin (2007b, p.45), "os documentos são transformados em monumentos". Sendo assim, o **acontecimento** é visto "como um conjunto heterogêneo de relações que faz emergir diferentes estratos de interpretação e, por isso, a escrita da História realiza a passagem da 'memória coletiva' para a 'memória histórica' ao ler o documento como monumento" (GREGOLIN, 2007b, p. 45). Na Análise do Discurso, procura-se, como diz Gregolin (2004, p. 11) "interpretar os vestígios da historicidade dos conceitos que mobilizamos no campo do saber em que nos situamos".

Para Burke (1992, p.11), "a base filosófica da Nova História é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída". E é reconstruindo as falas do passado que se faz essa investigação histórica. Mas, para se compreender esse processo histórico em que se dão os acontecimentos e ainda como e porque esses vestígios aparecem, é necessário se percorrer um caminho até a **memória discursiva**, em que estão os **sentidos** que são atribuídos a esses vestígios, a esses (inter)discursos.

A história, sendo uma ponte entre o passado e o presente, liga-se profundamente à memória, a qual é resgatada e reelaborada por meio da **linguagem**. Para Halbwachs (2006), é a história que faz com que um período se distinga do outro. O autor considera que um acontecimento só toma lugar na série dos fatos históricos algum tempo depois de ocorrido e as lembranças de cada um começam a ser associadas, então, a esses acontecimentos históricos. Falar em acontecimento é fundamental, pois é em decorrência dos acontecimentos que surgem os mais variados discursos, os quais têm uma relação com a história.

Pensando na irrupção dos discursos e em sua dispersão, "Foucault propõe entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento e a cristalização de certos objetos em nossa cultura" (GREGOLIN, 2004, p. 88). Para isso, é preciso visitar o **arquivo** e a memória, no sentido de compreender o surgimento de certos enunciados, em determinada época, em determinado lugar. Para Foucault (2007, p.31), "um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente". Quanto ao acontecimento discursivo, Guilhaumou e Maldidier (1997, p.166) dizem que "não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder". Nos enunciados, nas palavras, escritas ou oralizadas, materializam-se os acontecimentos, fazendo aparecer os vestígios de memória prontos para fazerem parte da história e, de alguma forma, contribuírem com ela.

Halbwachs (2006, p.100) enuncia que "a história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens". Mas os fatos históricos (principalmente os passados) são selecionados, comparados, classificados e só então ensinados de acordo com as regras que regem as relações de poder de uma sociedade. Cabe ao historiador redescobrir e atualizar, na medida do possível, fatos que estejam imersos em memórias ainda não exploradas, como determinados escritos que possam surgir e contribuir com as pesquisas realizadas. Essa é uma das formas de trazer o passado para se compreender o presente.

Para se reforçar o que se sabe sobre algum evento ou fazer surgir um acontecimento passado, uma imagem conhecida, é à memória que se recorre. Essa memória, que pode ser, de acordo com Le Goff (2003), discursiva, religiosa, familiar, social, escolar, entre outras, traz à tona fatos que precisam ser lembrados, revistos, recapitulados.

Para Davallon (2007), a imagem também age como um operador de memória social. Nela há um efeito de repetição e de reconhecimento. A imagem mostra como ela funciona como diagrama, esquema ou trajeto enunciativo, como ela se lê. Essa é a memória como estruturação de materialidade discursiva complexa que aparece por meio da repetição e pela regularização. É essa memória discursiva que estabelece os elementos citados e relatados, os discursos transversos, os implícitos necessários à sua leitura.

Achard (2007) ressalta que esses implícitos residem nas retomadas, remissões e paráfrases, nas quais se encontra uma regularização discursiva. Mas essa regularização, lembra o autor, pode ruir sob o aparecimento de um acontecimento discursivo novo que possa vir a perturbar a memória evocada.

Para Pêcheux (2007, p.50), a memória deve ser entendida "nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador". Para ele, a inscrição do acontecimento no espaço da memória tem se apresentado constantemente sob uma dupla forma-limite:

1) O acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever;
2) O acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido.

Ao retomarmos o tema da Ditadura Militar Brasileira, podemos perceber como o silenciamento, o apagamento e o esquecimento podem fazer parte da memória. Orlandi (2002, p. 50) ressalta que "o esquecimento é um dos modos do político se marcar na relação com a memória, ideologicamente". Quando a censura intervém, é como se o acontecimento não

tivesse ocorrido, escapando à inscrição da memória. Nesse caso, o sujeito tem sua memória silenciada pelas relações de poder.

Pode-se dizer, então, que os efeitos de memória vão transparecer tanto na lembrança, na transformação, quanto na ruptura, no esquecimento.

Isso tudo leva a pensar em uma outra categoria que, tanto quanto a memória, também está intrinsecamente ligada à história: o **arquivo**. E para se falar em arquivo, trazemos as afirmações a seguir, feitas por Foucault (2007, p. 147):

> O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas, o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas [...] é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade.

É assim o arquivo uma prática que permite ao enunciado se modificar regularmente, como também subsistir no tempo, pois ele é "o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados" (FOUCAULT, 2007, p. 148). É o arquivo que, a partir de um acontecimento, faz (re)pensar as práticas discursivas sobre o sujeito, sobre uma sociedade. Nisso se dá a articulação entre o discurso e a história.

Sobre essa articulação entre discurso e história, Foucault (2007, p. 144-145) ressalta que

> o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho. Deve mostrar, por exemplo, que a história

> da gramática não é a projeção, no campo da linguagem e de seus problemas, de uma história que seria, em geral, a da razão ou de uma mentalidade; de uma história que, de algum modo, ela compartilharia com a medicina, a mecânica ou a teologia; mas que ela comporta um tipo de história – uma forma de dispersão no tempo, um modo de sucessão, de estabilidade, de reativação, uma rapidez de desencadeamento ou de rotação – que lhe pertence particularmente, mesmo se estiver em relação com outros tipos de história.

E para se rememorar essa história, buscam-se os discursos, o conjunto de enunciados que estão no interior do arquivo. Pode-se ler o **enunciado**, então, como elemento do arquivo. Esses enunciados são produzidos discursivamente, em um dado momento, e se materializam pela linguagem, fornecendo material de trabalho tanto ao historiador quanto ao linguista. Pode-se dizer que o arquivo determina a permanência, o apagamento, o aparecimento e o desaparecimento de determinados enunciados.

Para a construção do *corpus* aqui delineado, encontramos, nos arquivos da Comissão Nacional da Verdade – CNV, as materialidades a serem interpretadas e analisadas em nossa pesquisa.

5.4 Metodologia para a pesquisa

A Comissão Nacional da Verdade tem por finalidade apurar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas no Brasil, em período de Ditadura Militar. Essa comissão foi criada com o objetivo de resgatar a memória e a verdade sobre as violações e contribuir "para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período" (CNV, 2014a, p. 17). Na constituição de seu acervo, a CNV recebeu e incluiu documentos de comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais. Esses documentos são compostos por arquivos de familiares de vítimas da

ditadura, como cartas, fotos, entre outros, e documentos procedentes da cooperação com os governos de outros países, entre eles, Argentina e Chile.

No período de Ditadura Militar, o Brasil se deparava com a supressão de direitos constitucionais, repressão, perseguição política e censura. E, àqueles que se mostravam como sujeitos da resistência a esse regime, sobravam o exílio, a prisão, a tortura e, por vezes, a morte. Foram muitos os desaparecidos políticos. Surge, então, em 2009, por ocasião da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, a recomendação da criação da CNV, com o intuito de esclarecer publicamente as violações impostas aos opositores do Estado, em período de Ditadura no Brasil.

Após elaboração de projeto para a criação da CNV, foi aprovada a Lei 12.528, que foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011. Em 16 de maio de 2012, durante cerimônia acontecida no Palácio do Planalto, a presidenta Dilma Rousseff instalou a CNV. Este acontecimento contou com a participação de ex-presidentes, como Luiz Inácio Lula da Silva, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor de Mello (CNV, 2014a). Com a criação da Comissão Nacional da Verdade, instaurou-se a busca pela memória e pela verdade necessárias para o conhecimento, pelas novas gerações e pelos que perderam parentes e amigos, das ocorrências do passado.

Durante o período em que os militares governaram o país, muitos crimes ficaram impunes. Homens, mulheres, índios, homossexuais, que foram torturados até a morte, ficaram no apagamento da história, pois muitos deles nunca tiveram seus corpos encontrados. Porém, familiares e sobreviventes guardam na memória o terror vivenciado durante esse período. E é essa memória sobre a violência praticada, especificamente contra as mulheres, em período de Ditadura Militar no Brasil, que interessa a este trabalho de pesquisa.

A presença das mulheres no espaço público, no trabalho, com a conquista de uma profissão; ou nas ruas, protestando, participando de lutas com os movimentos sindicais, sempre lhes custou muito caro, inclusive

no que diz respeito à constituição familiar. As mulheres da resistência, na luta contra a ditadura, pagaram um preço alto, pois, quando pegas pelos militares, passavam por torturas inimagináveis e aquelas que tinham uma família (marido, filhos) viam o desmanche da família. Eram "castigadas" por terem saído de seu lugar, por terem ido em busca de algo que não lhes pertencia, por não terem calado a sua voz.

Em época de Ditadura, o silêncio deve reinar. Como diz Orlandi (2007, p.76), "proíbem-se certas palavras para se proibir certos sentidos". Essa interdição da palavra dava-se na história de um silêncio consubstancial. Sobre isso Foucault (2006, p.08-09) pontua, dizendo que "em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade". E quanto ao que estava relacionado aos discursos sobre essa época de torturas, o controle, a seleção, eram redobrados. E essa interdição levava ao silenciamento, ao esquecimento, o qual foi rompido com a divulgação do relatório da CNV. Com o acesso a esses dados, várias pesquisas puderam ser realizadas e aqui se encontra o recorte de uma delas.

O *corpus* analisado, a seguir, é parte de um arquivo que se formou por meio de estudos e pesquisas no âmbito do Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – GEDUERN. As materialidades a serem analisadas, de acordo com as categorias analíticas, seguindo um percurso arqueogenealógico, foram coletadas nos relatórios da CNV, nos arquivos referentes aos desaparecidos e/ou presos políticos, em época de ditadura militar no Brasil, e também nos arquivos da mídia.

5.5 Recorte de uma pesquisa

Segundo Foucault (1999), por meio de técnicas de vigilância e de punições normalizadoras, há um mecanismo de poder que se aplica singularmente

aos corpos. Nesse sentido, torna-se, então, necessário estudar, na materialidade do arquivo construído por vias do olhar arqueogenealógico de Michel Foucault, os mecanismos de poder e as vontades de verdade que envolvem os casos de tortura e violência na ditadura e os dispositivos disciplinares que controlam o fazer e o dizer de uma sociedade.

Vejamos, a seguir, parte do testemunho de Cristina Moraes Almeida, presa e torturada, em período de ditadura militar brasileira, como uma demonstração de como os militantes eram coagidos à obediência e à submissão.

> O Tibirica repetiu: "Tira a calça. Esqueceu que não pode vir de calça em uma repartição pública?" Aos berros. Eu: "Não vou tirar a calça para nada. Estou quebrada, com dor". [...] ele puxou a perna rasgando minha calça, acabando de rasgar minha calça. [Encapuzados] **pegam uma furadeira**, que me furou daqui até aqui. Com uma furadeira. Elétrica. Furadeira. Eu não vi mais nada (Cristina Moraes Almeida, CNV – relatório – v. 1 – 2014a, p. 421 – Grifos nossos).

No testemunho de Cristina Moraes, presente no relatório da CNV, percebe-se a resistência em obedecer à ordem do militar ao mandá-la "tirar a calça". Na concepção de Foucault, o exercício do poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir. "Estas relações não se dão onde não haja liberdade. Não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta" (LOURO, 1997, p.39). Mesmo resistindo à ordem dada e mostrando revolta com o fato de precisar se despir, Cristina não escapa à violação de seu corpo ao ter a calça rasgada e a perna perfurada por uma furadeira, como castigo por não ter obedecido prontamente à ordem dada. Despir o corpo também é um ato de violência moral e psicológica, um modo de fragilizar e humilhar o sujeito da resistência. Nesse testemunho, percebe-se o exercício do poder do dominante sobre o dominado–que o desafia–primeiramente pela linguagem imperativa, depois pela ação violenta do militar. Esse exercício do poder consiste em "conduzir condutas" (FOUCAULT, 1995), submetendo os corpos à docilidade.

Como diz Foucault (2008b, p. 118), "em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições e obrigações". No exercício da ditadura, havia o controle ininterrupto, a coerção e a disciplina dos corpos. Foucault (2008b, p.118) ressalta que "esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar "as disciplinas". Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação. Isso também pode ser perceptível nesse período da ditadura, quando os corpos da resistência, os militantes, eram pegos pelos militares. Na "subversão", encontrava-se a indisciplina, a indocilidade desses corpos, que deveriam ser castigados, punidos, maltratados, dominados.

É possível se conhecerem algumas dessas formas de tortura e de punição dos corpos pelo relato de Dulce Pandolfi, a seguir:

> Servi de cobaia para uma **aula de tortura**. O professor, diante dos seus alunos, fazia demonstrações com o meu corpo. Era uma espécie de aula prática, com algumas dicas teóricas. Enquanto eu levava choques elétricos, pendurada no tal do **pau de arara**, ouvi o professor dizer: "essa **é a técnica mais eficaz**". Acho que o professor tinha razão. Como comecei a passar mal, a aula foi interrompida e fui levada para a cela. Alguns minutos depois, vários oficiais entraram na cela e pediram para o médico medir minha pressão. As meninas gritavam, imploravam, tentando, em vão, impedir que a aula continuasse. A resposta do médico Amílcar Lobo, diante dos torturadores e de todas nós, foi: "ela ainda aguenta" (Dulce Pandolfi, CNV – relatório – v. 1–2014a, p. 351 – Grifos nossos).

Dulce Pandolfi foi utilizada, em 20 de outubro de 1970, como cobaia em demonstrações de tortura para uma turma de oficiais, como pode ser visto em seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade–RJ, em 28 de maio de 2013. A metodologia da tortura, na época da ditadura militar, tornou-se um objeto de saber e poder. Os militares aprendiam as "técnicas mais eficazes" por meio de demonstrações práticas. Podemos perceber, no testemunho da militante, o discurso autorizado, na voz do médico, ao dizer "ela ainda aguenta", provocando o efeito de sentido de que os militares poderiam continuar a "aula", poderiam continuar utilizando o corpo da jovem para o aprendizado daqueles alunos. Durante muito tempo, esses enunciados não fizeram parte da história do país, pois essas memórias foram silenciadas, esquecidas, transformadas.

Um caso que chama bastante atenção quanto ao apagamento da memória e à forma como se fabrica uma verdade por meio do discurso, é o caso que envolve a norte-riograndense Anatália de Souza Melo Alves. E sobre esse caso nos deteremos nesta análise.

Anatália foi presa em 1972, por agentes do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), do IV Exército em Recife, no mesmo dia em que prenderam também seu marido, Luiz Alves Neto, e outros companheiros filiados ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A jovem, que só teve o registro de sua prisão 26 (vinte e seis) dias após o ocorrido, morreu em janeiro de 1973, após supostamente ter cometido suicídio com a alça da própria bolsa.

> [...] Segundo versão apresentada pelos órgãos de segurança, como se vê no Ofício nº 20 produzido pela Delegacia de Segurança Social, **Anatália teria se enforcado com a tira de sua bolsa enquanto tomava banho** nas dependências da própria delegacia, ocasião em que estava sob a vigilância do agente policial Artur Falcão Dizeu. Segundo relatou o agente, passados 20 minutos dentro do banheiro, o policial teria estranhado a demora e, após bater várias vezes, teria arrombado a porta, deparando-se, em seguida, com ela morta com

> a alça da bolsa envolvendo o seu pescoço. Segundo Artur Falcão, ele teria pedido ajuda a Genival Ferreira da Silva e Amilton Alexandrino dos Santos. Segundo o laudo do Instituto de Polícia Técnica (IPT) de Pernambuco, **Anatália foi encontrada deitada numa cama de campanha, o que contraria a versão de que teria morrido no banheiro**. De acordo com a análise pericial, sua morte teria sido causada por asfixia por enforcamento (CNV – v. 3, 2014b, p. 1175 – Grifos nossos).

A fabricação da verdade se apresenta no discurso dos agentes de plantão e no ofício expedido por ocasião da morte de Anatália Alves. O discurso pode veicular, produzir e reforçar poder, como também pode minar, barrar esse poder. "Da mesma forma, o **silêncio** e o **segredo** dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também, afrouxam seus laços e dão margem às tolerâncias mais ou menos obscuras" (LOURO, 1997, p. 43). Os silêncios, os segredos permeavam os discursos dos torturadores, criavam-se vontades de verdades que poderiam apagar uma memória e inscrever outra em seu lugar. E até que se prove o contrário, essa verdade fabricada pelo sujeito do poder é a oficializada. Este e muitos outros casos de mortes de homens e mulheres foram registrados sem os maiores esclarecimentos. Durante muitos anos, os arquivos do "período de chumbo" brasileiro ficaram no silenciamento da história. Somente a partir das pesquisas da CNV e da abertura dos arquivos oficiais, outros dados vieram à tona. O outro lado da história foi escancarado e divulgado por meio dos relatórios produzidos pela equipe da CNV.

Com a abertura dos arquivos e com a oficialização de depoimentos de outros presos políticos sobreviventes e/ou de familiares dos mortos e desaparecidos, foi possível cruzar as regularidades que se apresentavam e conhecer o que realmente aconteceu com muitas dessas pessoas, inclusive com Anatália Alves. Em depoimento à CEMVDHC (Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara), Luiz Alves Neto, seu marido, narra os abusos aos quais ela foi submetida enquanto esteve presa.

> [...] aí submetem ela, a **uma tortura violentíssima** e **três ou quatro agentes da polícia torturando ela**, eu numa grade, mas ouvia os gemidos dela, ela sendo torturada, clamando por mim, eu numa grade preso só fazia protestar, não é? 'Bandidos, canalhas'. Então quando chega num momento em que **ela gritando muito e me chamando**, aí vem um companheiro, depois disse que ela **estava sendo estuprada por cinco homens, cinco policiais**. Miranda e mais outros (Luiz Alves Neto, CEMVDHC, 2012, p. 9–Grifos nossos).

Anatália, durante o período em que ficou presa, teria passado por diversos tipos de tortura, incluindo a violência sexual. Isso é observado no discurso do marido, que usa, em seu relato, os verbos *torturar*, *gritar*, *chamar*, *estuprar*. Essa verdade se confirma pelas vozes de outras testemunhas. Com isso, a causa de sua morte é retomada, os laudos são reanalisados, a busca pela verdade se faz.

Um fato chama atenção na análise das fotos retiradas na época: havia a indicação de que os órgãos genitais da vítima foram queimados. Como está dito no relatório da CNV:

> Anatália teria sido submetida a **diversos tipos de tortura, incluída violência sexual. As marcas de queimadura** se iniciavam na região pélvica, o que aponta para uma tentativa de eliminar os indícios de violência sexual. Ao mesmo tempo, um dos elementos que apontam para a inconsistência da versão apresentada pelos órgãos de repressão é o fato de uma presa incomunicável estar portando uma bolsa (CNV – v. 3, 2014b, p.1175 – Grifos nossos).

Diante dessas novas investigações, foi possível inscrever uma outra memória, pois, ao se concluir que Anatália de Souza Melo Alves morreu devido às ações violentas provocadas por agentes do estado brasileiro, foi recomendada a retificação de sua certidão de óbito, e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos no caso.

Somente com a investigação e os registros feitos pela CNV, é que essa memória saiu do apagamento e pôde ser (re)construída. Como ressalta Halbwachs (2006), a memória está sempre em movimento e em construção. No depoimento de Luiz Alves Neto, é possível observar as relações de força e poder exercidas pelos militares sobre o corpo de sua mulher. O caso de Anatália, como o de tantos outros, envolve o apagamento da memória a partir de um acontecimento que não foi inscrito, não foi registrado na história. O exercício do poder faz circular os discursos de uma vontade de verdade enquanto exclui outros. E as verdades que circularam, por muito tempo, acerca dos acontecimentos da ditadura, pertenciam aos militares, pois eles ocupavam a posição-sujeito que detinha o direito de proferi-las.

Mas o que é a verdade, afinal? É possível chegar à verdade? Para Foucault (2008b), não há a verdade propriamente dita; há, sim, os efeitos de verdade que são produzidos em diferentes épocas. Sobre isso, Foucault (2008a, p.13) ainda diz ser "o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder". Esses efeitos de poder, tidos como verdades, vão regulamentar os corpos desses sujeitos, que devem ser disciplinarizados.

Segundo Candiotto (2013, p. 51),

> o discurso qualificado como verdadeiro é aquele que se impôs sobre outros discursos relegando-os ao terreno do falso e do ilusório, instaurando assim uma ordem. A ordem do discurso é o critério normativo para impor significações, identificar, dizer o que é verdadeiro e o que é falso, o que está certo e o que está errado, o que é delirante e o que é racional, nada mais do que um modo de operar separações.

E esse discurso controlado, selecionado, qualificado como verdadeiro, foi exercido, por muito tempo, pelos sujeitos torturadores, na manipulação dos fatos reais das torturas, das violências sexuais e dos assassinatos ocorridos durante o período da ditadura militar, como no caso de Anatália

de Souza Melo Alves, que teve sua memória negada, quando os primeiros relatos oficiais afirmaram que sua morte teria sido causada por suicídio, durante sua prisão no DOPS. Isso leva à percepção de que houve a desconstrução de uma verdade em prol de uma outra, provocando o silenciamento–por um determinado tempo–da memória e da história.

5.6 Considerações finais

E o que pode, nessa contemporaneidade, funcionar como um discurso verdadeiro? Cada sujeito constrói suas verdades ao ser constituído pelo outro. Essas verdades criadas circulam ligadas aos sistemas de poder que as produzem e, ao mesmo tempo, induzem os sujeitos a acreditarem nelas, vivenciando-as, fazendo-as acontecer. Nesse mesmo sistema de produção e aceitação de uma verdade, podem-se encontrar os efeitos de sentido presentes nos enunciados.

Segundo Foucault (2008a, p. 12), "a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros". E o regime da Ditadura divulgou e acolheu "verdades" que mascararam a memória e a história de vários presos políticos, entre eles, as mulheres, que foram, entre outras atrocidades, vítimas da violência sexual. E isso se configura como uma grave violação humana cometida contra elas. Faz-se necessário, então, que desenterremos as memórias apagadas, esquecidas, silenciadas, para que a verdade silenciada seja discursivizada, legitimada e reconhecida.

Diante disso, neste capítulo, procuramos despertar inquietações, contribuindo para uma melhor compreensão sobre as teorias do discurso e viabilizando um maior conhecimento sobre um período de opressão, de obscuridades, que fez/faz parte da História do povo do Brasil, bem como sobre as relações de saber/poder entre os sujeitos, na época da ditadura militar brasileira.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva no sentido. *In:* ACHARD, Pierre *et al*. **Papel da Memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007.

AUTHIER-REVUZ, J. Hététrogénéité montrée et hététrogénéité constitutive: elements pour une approche de l'autre dans lê discours. **DRLAV**, n. 26, p. 91-151, 1982.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório.** v. 1. Brasília: CNV, 2014a. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade).

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos.** V. 3. Brasília: CNV, 2014b. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade).

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In:* BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CANDIOTTO, C. **Foucault e a Crítica da Verdade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E DA VERDADE DOM HÉLDER CÂMARA. Transcrição da sessão pública realizada em 27/11/2012: caso Anatália de Melo Alves. Recife: Comissão da Verdade, 2012. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/8/8/98850444947d1d7258435ad540df03cc2139f3ec74d881b97d74580131651883/9fa3f8b3-aa92-488b-be74-b697f798830c-21__27-11-2012__P__Luiz_Alves-Jose_Adeildo-Edmilson_Vitorino.pdf. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

COURTINE, J.-J. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

DAVALLON, J. A Imagem, uma arte de memória? *In:* ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007.

FERREIRA, M. C. Leandro. Análise do discurso no Brasil: notas à sua história. *In:* FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. dos (org). **Percursos da análise do discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007.

FONSECA-SILVA, M. C. **Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vitória da Conquista: UESB, 2007.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. (Coleção Leituras Filosóficas).

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008b.

GREGOLIN, M. R. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. *In:* FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. dos (org). **Teorias lingüísticas:** problemáticas contemporâneas. Uberlândia: EDUFU, 2003.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

GREGOLIN, M. R. Tempos brasileiros: percursos da análise do discurso nos desvãos da história do Brasil. *In:* FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. dos (org). **Percursos da análise do discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007a.

GREGOLIN, M. R. Discurso, história e a produção de identidades na mídia. *In:* FONSECA-SILVA, Maria da C.; POSSENTI, Sírio (org.). **Mídia e rede de memória**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007b.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. *In:* ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

HALBWACHS, M. Memória individual e memória coletiva. *In:* HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Walter Leitão. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1997.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso**: (re)ler Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MAZIÈRE, F. **A Análise do discurso**: história e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, E. P. **Língua e Conhecimento Lingüístico***:* para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6 ed. Campinas – SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. **As Formas do Silêncio**: nos movimentos dos sentidos. 6 ed. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007.

PÊCHEUX. M. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. **Cadernos de Tradução**, v. 2, n. 1, nov. 1998.

PÊCHEUX. M. Papel da Memória. *In*: ACHARD, Pierre et all. **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX. M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. Introdução: legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do Discurso no Brasil. *In:* PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

SOBRE OS AUTORES

Cid Ivan da Costa Carvalho
Doutor em Linguística (UFC). Mestre em Letras (UERN). Licenciado em Letras (UERN).

Gilson Chicon Alves
Doutor em Linguística (UFPB). Mestre em Letras (UFPB). Licenciado em Letras (UFPB).

José Roberto Alves Barbosa
Doutor em Linguística (UFC). Mestre em Letras (UFRN). Licenciado em Letras (UERN).

Lúcia Helena Medeiros da Cunha Tavares
Doutora em Linguística (UFPB). Mestre em Linguística (UFPB). Licenciada em Letras (UERN).

Pedro Adrião da Silva Júnior
Doutor em Linguística (Universidad de Salamanca). Licenciado em Letras (UERN).

Wellington Vieira Mendes
Doutor em Estudos da Linguagem (UFRN). Mestre em Letras (UERN). Licenciado em Letras (UERN).

Teorias Linguísticas: orientações para a pesquisa é resultante do diálogo entre vários pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPCL). A proposta deste livro é apresentar um guia para o conhecimento das principais áreas de pesquisa nos estudos da linguagem. Inicialmente, o Prof. Dr. Gilson Chicon Alves discorre sobre o Estruturalismo, destacando suas contribuições para os estudos das línguas, como sistema passível de descrição. Depois, o Prof. Dr. Cid Ivan da Costa Carvalho dá sequência ao percurso, ao desenvolver a empreitada gerativista de explicar a língua como faculdade humana. Em seguida, os Prof.s Dr. José Roberto Alves Barbosa e Dr. Wellington Vieira Mendes contribuem com o enfoque funcional nos estudos da língua, articulando os aspectos formais e funcionais da língua e atentando para suas metafunções. Logo após, o Prof. Dr. Pedro Adrião da Silva Júnior discute a revirada pragmática, bem como seus desdobramentos, com vistas a um modelo de língua(gem) que concebe os usos linguísticos em seus contextos. Por último, a Profa. Dra. Lúcia Helena Medeiros da Cunha Tavares articula a língua e suas relações de poder, com destaque para o discurso como prática social, marcado pelas subjetividades e disputas identitárias fincadas na história. Essas perspectivas teóricas – como mapas e modelos – não foram escolhidas aleatoriamente, mas por serem bastante recorrentes nas disciplinas de teorias linguísticas que estão presentes nos cursos de graduação, mestrado e doutorado em Letras e Linguística; e, além disso, por serem trabalhadas no contexto do PPCL.

TEORIAS LINGUÍSTICAS

ORIENTAÇÕES PARA A PESQUISA